



Celebrando Nossa História



Celebrando Nossa História

São Paulo (SP)
2026



OURO PLUS

biolab
& co.

 NORTEC QUÍMICA

OURO



Libbs

PRATA



BRONZE



GERALDO ALCKMIN
VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

TRABALHO QUE FAZ O BRASIL CRESCER

Celebrar os 40 anos da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades - ABIFINA em um momento em que o Brasil trabalha de modo estruturado e guiado por diretrizes sólidas estabelecidas no âmbito da Nova Indústria Brasil (NIB) é motivo de grande satisfação.

Política industrial lançada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em janeiro de 2024 para impulsionar o desenvolvimento da indústria nacional até 2033, a NIB estabelece seis missões principais. Em sua Missão 2, visa a implantação no Brasil de um sólido complexo econômico e industrial da saúde, capaz de suprir 70% das necessidades nacionais de produção de medicamentos, vacinas, equipamentos e dispositivos médicos, materiais e outros insumos e tecnologias, além da redução da alta dependência de importação de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs).

Assim sendo, suas metas vão ao encontro dos objetivos da ABIFINA. Fundada em 18 de junho de 1986, a entidade consolidou-se ao longo das últimas quatro décadas como um vetor do desenvolvimento de um parque industrial sólido, que hoje é responsável por produtos que são indissociáveis da vida cotidiana, como medicamentos, vacinas, defensivos agrícolas, corantes, aditivos, entre outros.

Ao priorizar a ampliação da capacidade produtiva nacional, a internalização de tecnologias e o fortalecimento das cadeias do setor, tanto a ABIFINA quanto o Governo Federal reafirmam o compromisso do Brasil com a garantia de um acesso mais universal e justo à saúde para nossa sociedade, ao mesmo tempo em que preparam o país para os desafios sanitários futuros, diante de um cenário repleto de incertezas na geopolítica internacional.

Servir ao Brasil como vice-presidente da República e, entre 2023 até o início de abril de 2026, como ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) consolidou em minha mente duas certezas. A primeira diz respeito ao nosso ilimitado potencial para se tornar uma nação plenamente industrializada, capaz de ocupar um lugar de destaque inquestionável na economia global. A segunda é que, quando motivados por propósitos elevados e voltados ao crescimento do país, nossos empresários tornam-se aliados imprescindíveis para que possamos alcançar os objetivos traçados pela Nova Indústria Brasil.

Em um mundo marcado por constantes evoluções tecnológicas, a busca por inovação, por uma robusta política industrial e pelo alinhamento entre o papel do setor produtivo, da comunidade científica e do Estado como molas propulsoras do desenvolvimento nacional e da geração e preservação do emprego de alta qualificação e renda, deve estar sempre no topo das prioridades.

Ao longo de suas quatro décadas, a ABIFINA tem se orientado dessa forma. Sua atuação na articulação com os diferentes níveis de governo, além de outras entidades setoriais, para apoiar a construção de políticas públicas que permitam à indústria de química fina crescer no país e em nível internacional merece nosso reconhecimento.

Parabéns à ABIFINA!

Que os próximos anos sejam marcados por muito sucesso!



Foto: Humberto Tesk.

MARCELO MANSUR
PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO
DA ABIFINA (2026-2028)

A DEFESA DE UMA INDÚSTRIA ESSENCIAL

Uma associação empresarial é algo que pode, à primeira vista, parecer ilógico ou pouco funcional, especialmente no atual cenário, no qual o que nos pode dividir tantas vezes parece ser mais forte do que aquilo que nos une. Em uma associação, empresas concorrentes devem se juntar e deixar de lado tudo aquilo que gera divergência e buscar as convergências para que todas possam ter a melhor chance de prosperar juntas. Esta capacidade de convergência e visão pelo Bem maior sempre foi o grande diferencial da ABIFINA.

Eu gosto de falar que estou na indústria de Insumos Farmacêuticos Ativos desde criança. Lembro de colocar o capacete e “rodar a fábrica” da Nortec Química com o meu Pai, Alberto Ramy Mansur, olhando para dentro dos reatores pelos visores, sentindo os cheiros, ouvindo os barulhos, cumprimentando os operadores. Naquela altura, não podia ter dimensão do que aquela fábrica representava para a gente, muito menos para o País, mas hoje esse entendimento vem com um senso de humildade e de responsabilidade comum a todos que trabalham com a química fina e a biotecnologia no Brasil. Há 40 anos, a ABIFINA vem sendo a maior defensora dessa indústria, de tudo que ela representa, e do que ela ainda pode agregar de valor e tecnologia ao País.

A Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades reúne fabricantes de IFA independentes, verticalizados, laboratórios que não produzem IFA, laboratórios oficiais, indústrias biotecnológicas e de

química fina. Todos tendo o valor fundamental de promover o desenvolvimento socioeconômico e assegurar a soberania na Saúde, na sua acepção mais ampla, através do fortalecimento da produção local. Isso é buscar a convergência maior do que aquilo que diferencia ou separa.

É sempre chocante para um público leigo quando se fala que o Brasil, com todo o seu tamanho, tem apenas 5% de autonomia no abastecimento de insumos ativos para a farmacêutica, e parece ser tão óbvio que isso deve ser corrigido o mais rápido possível. Quem viu, durante a pandemia de COVID-19, pacientes intubados amarrados a leitos por falta de sedativos, pacientes perdendo órgãos transplantados por falta de imunossuppressores, pessoas em filas por vacinas, entende a criticidade de se ter autonomia em uma indústria tão essencial para a estabilidade social e preservação de vidas.

Os desafios, porém, existem e se impõem, e a ABIFINA vem buscando há 40 anos racionalizar e estruturar soluções que sejam implementáveis e realistas, tanto para a indústria quanto para o governo. Com a credibilidade adquirida ao longo dessas décadas, ela consegue ter uma representatividade diferenciada e uma voz que exige ser ouvida. Participar da ABIFINA e dessa indústria é atender a esse chamado maior, e tenho certeza que os próximos 40 anos serão também desafiantes, mas a associação, através de seus membros, encontrará e promoverá as convergências que fortalecerão cada vez mais a indústria no Brasil.



ODILON JOSÉ DA COSTA FILHO
PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO
DA ABIFINA (2024-2026)

QUATRO DÉCADAS CONSTRUINDO O FUTURO

Celebrar 40 anos da ABIFINA é comemorar e reconhecer a trajetória de transformação de um setor e a construção de uma indústria que aprendeu a se reinventar e a projetar o futuro com ambição e propósito. Há quatro décadas, o país enfrentava forte dependência de importações e desafios estruturais que limitavam sua autonomia produtiva e tecnológica. Desde então, com resiliência e visão estratégica, avançamos na consolidação de um parque industrial nacional mais robusto e dinâmico, capaz de gerar valor, inovação e impacto na vida das pessoas — ainda que persistam desafios relevantes para o fortalecimento pleno dessa capacidade.

Ao longo dessa trajetória, a ABIFINA não só representou empresas nacionais diante de governos e reguladores, mas também contribuiu para políticas públicas e o debate técnico qualificado por meio de suas publicações, como a Revista FACTO e estudos sobre insumos farmacêuticos ativos, patentes e sustentabilidade setorial. Esses materiais ajudaram a consolidar a agenda setorial para o Complexo Industrial da Química Fina, promoveram análises de gestão e orientaram profissionais em temas centrais como biodiversidade, propriedade intelectual e boas práticas industriais.

A história que contamos no livro é, ao mesmo tempo, a narrativa de

quem vivenciou cada avanço e reflexo de políticas que nasceram desses debates: desde a defesa da inovação tecnológica e da bioequivalência dos genéricos até a construção de bases para a segurança regulatória e o fortalecimento institucional do setor. A contribuição intelectual da ABIFINA — em editoriais, artigos técnicos e manuais — tem sido fundamental para ampliar o entendimento coletivo sobre temas que impactam diretamente a competitividade e o desenvolvimento do País.

Mas celebrar não é apenas olhar para trás. É também afirmar um compromisso com o futuro. A ABIFINA continuará a trabalhar por políticas de Estado que ultrapassem governos e ciclos eleitorais, promovendo estabilidade regulatória, incentivo à inovação e desenvolvimento sustentável. Seguiremos contribuindo para que a química fina, a biotecnologia e suas especialidades sigam crescendo com qualidade, com ética e com foco no bem-estar da população brasileira.

Que este marco de 40 anos nos inspire a aprofundar ainda mais essa jornada, unindo experiência e ousadia para os desafios que virão, sem nunca esquecer do legado deixado por Nelson Brasil. Nossa obrigação é não deixar essa chama se apagar.

POR UMA ABIFINA
PUJANTE:
HOMENAGEM A
NELSON BRASIL DE
OLIVEIRA

14

LINHA DO TEMPO

16

CAPÍTULO 1
ABIFINA: A VOZ
DE UMA JOVEM
INDÚSTRIA

26

CAPÍTULO 2
ALIADA EM TEMPOS
DE MUDANÇA E
EXPANSÃO

38

CAPÍTULO 3
ARQUITETURA DE
UM NOVO CICLO

50

Sumário

CAPÍTULO 4
DA BASE INDUSTRIAL
AO FLORESCEM DA
BIODIVERSIDADE

64

CAPÍTULO 7
VOZES QUE
CONSTROEM:
DEPOIMENTOS DE
PARCEIROS DE
JORNADA

112

PATROCINADORES

127

CAPÍTULO 6
QUATRO DÉCADAS
DE ARTICULAÇÃO
INDUSTRIAL E
NOVOS CAMINHOS
PRODUTIVOS

94

CAPÍTULO 5
LEGADO, RUPTURA
E RECOMEÇO

78



POR UMA ABIFINA PUJANTE: HOMENAGEM A NELSON BRASIL DE OLIVEIRA

A história da ABIFINA e a trajetória de Nelson Brasil caminham lado a lado. Árduo defensor da entidade e presença marcante ao longo de décadas, ele dedicou grande parte de sua vida à estruturação do setor de química fina no Brasil, sempre orientado por uma visão desenvolvimentista clara: a de que uma indústria nacional forte, sustentada por políticas de Estado, é condição essencial para o crescimento socioeconômico de longo prazo. Mais do que ajudar a construir uma instituição, Nelson contribuiu para consolidar uma forma de pensar o país — ancorada na produção, no conhecimento e na convicção de que o desenvolvimento exige estratégia, perseverança e compromisso público.

Sua trajetória profissional expressa a consistência dessa visão. Engenheiro químico formado no Rio Grande do Sul, atuou como professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul nos primeiros anos de carreira, seguindo depois para a Petrobras, onde construiu uma longa trajetória até chegar à direção do CENPES (Centro de Pesquisas Leopoldo Américo Miguez de Mello). Posteriormente, exerceu funções de liderança na Carbonor e na Norquisa, acumulando experiência técnica e visão estratégica que levaria para sua atuação

institucional. Ao longo desse percurso, publicou centenas de artigos e participou de seminários e conferências no Brasil e no exterior, tornando-se referência para empresários, gestores públicos e formuladores de políticas.

Nelson Brasil foi um líder de rara combinação entre firmeza e generosidade. Não abria mão de princípios, mas sabia ouvir, formar e agregar. Sua presença era marcada pela clareza de propósito e pela disposição constante de enfrentar desafios complexos, muitas vezes em contextos adversos e profundamente assimétricos. Era um lutador incansável, alguém que não recuava diante das dificuldades e que acreditava, com convicção, na capacidade do Brasil de construir um caminho próprio. Ao mesmo tempo, exercia uma liderança que ia além da condução institucional: formava pessoas, orientava trajetórias e transmitia valores que ultrapassavam o campo técnico.

Ao longo de sua atuação, participou de momentos decisivos para a indústria brasileira. Esteve presente nas negociações do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), durante a Rodada Uruguai, contribuindo para o debate sobre propriedade intelectual em escala

DEDICATÓRIA

internacional. Nos anos seguintes, teve papel ativo nas discussões que envolveram a Lei da Propriedade Industrial e as negociações da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), posicionando-se firmemente contra propostas que pudessem fragilizar a base produtiva nacional. Defendia que os regimes de propriedade intelectual deveriam ser equilibrados — capazes de proteger a inovação sem inviabilizar o desenvolvimento da indústria local.

Essa mesma coerência orientou sua atuação em agendas estruturantes. Incentivou iniciativas pioneiras voltadas à produção local de insumos farmacêuticos ativos, apoiou instrumentos como o uso do poder de compra do Estado e contribuiu para o avanço de políticas de desenvolvimento tecnológico-industrial. Em todos esses temas, manteve uma postura ética, transparente e comprometida com o interesse público, sempre buscando reduzir a dependência externa e fortalecer as capacidades nacionais.

Ao longo dos anos, ajudou a consolidar a credibilidade técnica e institucional da ABIFINA, estabelecendo pontes sólidas entre o setor produtivo, o governo e a academia. Muito do reconhecimento

que a entidade possui hoje é resultado dessa construção paciente, baseada em conhecimento, articulação e confiança. Nelson compreendia, com lucidez, que o desenvolvimento não se sustenta sem continuidade, e por isso foi um defensor consistente de políticas industriais e de inovação estruturadas como políticas de Estado — estáveis, previsíveis e orientadas por objetivos de longo prazo.

Mesmo diante de limitações e obstáculos, nunca deixou de acreditar. Seu otimismo não era ingênuo, mas estratégico — uma forma de mobilizar, de insistir no possível e de ampliar horizontes. Pensava além do imediato e recusava a dependência como destino inevitável. Seu legado permanece vivo na ABIFINA, em sua capacidade de articulação, em sua relevância no debate público e, sobretudo, nas pessoas que formou ao longo de sua trajetória. Ao celebrar os 40 anos da ABIFINA, prestamos também uma homenagem à sua memória. Não apenas como reconhecimento de uma trajetória exemplar, mas como afirmação de um compromisso que segue atual: o de construir um Brasil com mais capacidade produtiva, mais autonomia tecnológica e mais desenvolvimento. Nelson Brasil permanece, assim, como referência, inspiração e direção.

1986

Criação da ABIFINA (Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades), que passa a representar empresas de capital nacional de diferentes segmentos da química fina, como os setores farmoquímico, farmacêutico, de intermediários de síntese, aditivos e biotecnologia.

A ABIFINA acompanha as negociações da Rodada Uruguai do GATT (em português, Acordo Geral de Tarifas e Comércio), defendendo que as regras internacionais de propriedade intelectual não comprometessem o desenvolvimento da indústria nacional. O tema se tornaria central na agenda da entidade.



1986–1988

José Correia da Silva exerce o primeiro mandato na presidência da ABIFINA, liderando a estruturação inicial da entidade e sua inserção nos debates sobre política industrial e desenvolvimento da química fina no Brasil.

1989

Realização do III QUIMIFINA, em Porto Alegre, com destaque para o debate sobre propriedade intelectual.

Participação da ABIFINA em missão empresarial da CNI (Confederação Nacional da Indústria) nas negociações da Rodada Uruguai do GATT, marcando sua inserção no debate internacional sobre propriedade intelectual.

1987

Realização do I QUIMIFINA, em Brasília, organizado pela ABIFINA, consolidando espaço de articulação entre governo, academia e indústria.

1988

Promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, que estabelece diretrizes da ordem econômica e favorece a indústria nacional.

Realização do II QUIMIFINA, em São Paulo, reforçando o debate estratégico do setor.



1988–1991

Roberto Teixeira preside a ABIFINA durante o período de consolidação institucional da entidade e de intensos debates sobre a nova Constituição e políticas industriais.

LINHA DO TEMPO

1990

Realização do IV QUIMIFINA, no Rio de Janeiro, com participação internacional e abertura conduzida por Ronald Van Mynen, da Union Carbide Chemicals and Plastics.



1991–1993

Nelson Brasil de Oliveira assume a presidência, dando continuidade à articulação da entidade nos debates sobre política industrial e regulação do setor.

1994

Aprovação da Ata Final da Rodada Uruguai do GATT, incluindo o Acordo TRIPS.

Lançamento da proposta da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) na Cúpula das Américas de Miami, com acompanhamento da ABIFINA como porta-voz da CNI.

Promulgação da Emenda Constitucional n.º 6, revogando o artigo 171 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

1991

A ABIFINA transfere sua sede para o Rio de Janeiro.

Instalação de CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) no Congresso Nacional para apurar o atraso tecnológico da indústria, com participação da ABIFINA.

Implementação da abertura comercial no governo de Fernando Collor de Mello, com redução de tarifas de importação e eliminação de barreiras não tarifárias.

1993

Lei n.º 8.661 institui o PDTI (Programa de Desenvolvimento Tecnológico Industrial) e o PDTA (Programa de Desenvolvimento Tecnológico Agropecuário), criando incentivos fiscais para investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico.



1993–1997

Kurt Politzer lidera a ABIFINA por dois mandatos consecutivos, período marcado pela intensificação das discussões sobre abertura econômica e competitividade industrial.

1996

Entrada em vigor da Lei n.º 9.279, que reformula o sistema de patentes e passa a reconhecer proteção para produtos e processos farmacêuticos.

Criação da CEB (Coalizão Empresarial Brasileira) pela CNI, com participação da ABIFINA, para acompanhar negociações comerciais internacionais.



1997–1999

Leodônio Francisco Schroeder assume a presidência em meio às transformações econômicas da década de 1990 e à reorganização do setor de química fina.

2000

O IBGE publica a primeira Pintec (dados de 1998), indicando que 31,5% das empresas industriais introduziram inovação.

1998

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) inicia a coleta da Pintec (Pesquisa de Inovação Tecnológica), marco na produção de estatísticas de inovação. A atualização da CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) contou com a colaboração da ABIFINA.

Ampliação do FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) com a criação dos fundos setoriais, iniciativa apoiada pela ABIFINA.

1999

Lei n.º 9.787 institui os medicamentos genéricos, ampliando o acesso e estimulando a concorrência no setor farmacêutico.

Criação da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) através da Lei n.º 9.782, estabelecendo-se como órgão regulador sanitário do país.



1999–2008

Luiz Cezar Auvray Guedes preside a entidade por quatro mandatos consecutivos, período de fortalecimento institucional da ABIFINA e ampliação de sua atuação em políticas públicas para o setor.

LINHA DO TEMPO

2001

A OMC (Organização Mundial do Comércio) adota a Declaração de Doha sobre TRIPS e Saúde Pública, afirmando a prioridade do acesso a medicamentos.

2004

Lançamento da PITCE (Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior), com foco em inovação e competitividade industrial.

Lei n.º 10.973, a Lei da Inovação, é sancionada, estimulando a cooperação entre empresas, universidades e instituições de pesquisa. A ABIFINA esteve entre as entidades empresariais que apoiaram a criação desse marco legal.

2006

Criação do GAJ (Grupo de Apoio Jurídico) pela ABIFINA, voltado ao acompanhamento jurídico em propriedade intelectual.

O Decreto n.º 5.813 institui a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, com diretrizes para uso seguro, acesso e desenvolvimento da cadeia produtiva.

A ABIFINA realiza, com a Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), a primeira edição do SIPID, voltado ao debate sobre propriedade intelectual e inovação.

A ABIFINA lança a revista FACTO, voltada à análise da indústria e temas estratégicos do setor.

2003

Instalação do Fórum de Competitividade da Cadeia Farmacêutica, reunindo governo, empresas e entidades para discutir políticas de fortalecimento do setor.

2005

Lei n.º 11.196 (Lei do Bem) é instituída, ampliando incentivos fiscais à inovação. A ABIFINA participa do processo de tramitação da lei, defendendo mecanismos que estimulem o investimento privado em inovação.

Criação do CIPI-qf (Centro de Informação para a Inovação na Empresa) pela ABIFINA, em parceria com a Protec (Sociedade Brasileira Pró-Inovação Tecnológica).

2007

O Decreto n.º 6.108 concede licenciamento compulsório do efavirenz para o Programa Nacional de DST/Aids, viabilizando produção pública a menor custo, com contribuição da ABIFINA.

A ABIFINA passa a atuar com Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), Anvisa e MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) no aperfeiçoamento do marco regulatório de agroquímicos.

Realizado o II SIPID, reforçando o uso das flexibilidades do TRIPS e seus impactos sobre inovação, concorrência e acesso a medicamentos.

2008

Criação do Gecis (Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde) para aprimorar a regulação do Complexo Econômico-Industrial da Saúde, com participação da ABIFINA.

Lançamento da PDP (Política de Desenvolvimento Produtivo), com metas de investimento, exportação e inovação industrial.

Aprovação do PNPMF (Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos), regulamentando a política de plantas medicinais e fitoterápicos no SUS (Sistema Único de Saúde).

Em sua terceira edição, o SIPID enfatiza o equilíbrio entre proteção de patentes e concorrência, influenciando decisões como a rejeição ao patenteamento de polimorfos.



2008–2010

Luiz Claudio Barone assume a presidência e dá continuidade à agenda de competitividade e inovação na química fina nacional.

2009

Anvisa publica a RDC n.º 57 e a IN n.º 15, estabelecendo o marco regulatório para IFAs (Insumos Farmacêuticos Ativos) no Brasil.

No IV SIPID, o debate consolida o equilíbrio entre inovação e acesso, impulsionando avanços regulatórios como a obrigatoriedade do registro de IFAs.

2010

A ABIFINA inicia planejamento estratégico voltado à defesa da propriedade intelectual e à valorização da biodiversidade e dos fitoterápicos como vetores de inovação.



2010–2012

Jean Daniel Peter conduz a entidade em um momento de maior inserção da ABIFINA em debates industriais e tecnológicos.

LINHA DO TEMPO

2011

Instituição do Plano Brasil Maior, com diretrizes de política industrial, inovação e comércio exterior.

2014

Na quinta edição, o SIPID consolida-se como espaço estratégico ao destacar a necessidade de convergência entre atores e de um Estado mais indutor.

2016

Lei n.º 13.243 institui o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação, ampliando instrumentos de cooperação e incentivo à inovação.

O GAJ e a revista FACTO completam 10 anos de atuação.

Na sétima edição, o SIPID marca os 20 anos da LPI (Lei de Propriedade Industrial) ao debater tensões entre interesse público e patentes “TRIPs Plus”, além de instituir o Prêmio Denis Barbosa, voltado à propriedade intelectual e interesse público.

2012

A ABIFINA lança programa de capacitação em patentes e inovação para associados e mercado.

Lançamento da Frente Parlamentar da Química, com participação da ABIFINA na articulação de pautas estratégicas para o desenvolvimento da indústria nacional.

2015

A ABIFINA atua na construção da Lei n.º 13.123, o Marco Legal da Biodiversidade, trazendo maior segurança jurídica ao setor.

O VI SIPID evidencia a resiliência do setor ao discutir a sustentação da inovação em meio à crise, reforçando a necessidade de políticas contínuas para a soberania tecnológica e industrial.



2012–2020

Dr. Ogari de Castro Pacheco preside a ABIFINA por quatro mandatos consecutivos, período de forte atuação da entidade em políticas industriais, inovação e defesa da produção nacional.

2017

A ABIFINA publica o “Manual de Acesso ao Patrimônio Genético Brasileiro e ao Conhecimento Tradicional Associado”, com apoio da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), apresentando uma leitura comentada sobre o Marco Legal da Biodiversidade.

Implementação do SisGen (Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado) para cadastro de acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional.

Na oitava edição, o SIPID debate soluções para o *backlog* de patentes e o futuro do INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial).

Criação do Prêmio Alcebiades de Mendonça Athayde pela ABIFINA, reconhecendo contribuições à indústria.

2019

A ABIFINA amplia sua atuação em comunicação digital, com presença em redes sociais e fortalecimento da revista FACTO em formato digital.

Instituição do Gipi (Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual), com participação da ABIFINA nas discussões estratégicas sobre propriedade intelectual.

Na décima edição, o SIPID aprofunda o debate sobre inovação, propriedade intelectual e acesso, destacando a inovação incremental e os desafios do *backlog*.

Lançamento da Frente Parlamentar Mista de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação. A ABIFINA integrou a mobilização em defesa do fortalecimento da CT&I no país.

2018

A ABIFINA lança o MAP (Monitoramento de Anuência Prévia), base de dados sobre patentes farmacêuticas no INPI e anuência da Anvisa.

O IX SIPID reforça a importância de um ecossistema de inovação ancorado em segurança jurídica, eficiência do INPI e cooperação entre Estado, indústria e academia.

Criação do cargo de diretor-executivo da ABIFINA, com a posse de Antonio Carlos da Costa Bezerra.



2018–2022

Sergio Frangioni assume a presidência após o licenciamento de Ogari Pacheco, conduzindo a entidade em um contexto de transformações regulatórias e industriais.

2020

A Anvisa institui o Difa (Dossiê de IFA) e a Cadifa (Carta de Adequação de IFA), novo marco regulatório para IFAs, com contribuição da ABIFINA.

A ABIFINA participa da elaboração de projeto para o fortalecimento do setor farmacêutico, que origina o GT-Farma no MCTI (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação).

O CNCP (Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual) concede à ABIFINA vaga como membro titular.

A ABIFINA publica seu Código de Conduta Ética, com diretrizes de governança e canal de denúncias.

A ABIFINA firma parceria com a Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) para fortalecimento do setor farmoquímico nacional.

O XI SIPID, em formato virtual, analisa os impactos da extensão de prazos patentários, destacando riscos à concorrência, ao acesso a medicamentos e aos sistemas de saúde.

2021

O STF (Supremo Tribunal Federal) declara inconstitucional a extensão automática de patentes (art. 40 da Lei n.º 9.279/1996), com participação da ABIFINA como *amicus curiae* (amigo da corte).

A ABIFINA passa a integrar o Fórum da Geração Ecológica do Senado, atuando em economia circular e indústria.

Publicação do Relatório de Sustentabilidade na Química Fina pela ABIFINA.

Na décima segunda edição, o SIPID aprofunda o debate após a decisão do STF sobre prazos de patentes, ampliando a agenda para temas como exclusividade de dados e equilíbrio entre inovação e acesso.

A ABIFINA passa a integrar o Comitê Gestor da Farmacopeia Brasileira, a convite da Anvisa.

2023

AABIFINA lança o Observatório de Ilegais, com registros de mais de 210 toneladas de defensivos agrícolas piratas apreendidos no primeiro semestre daquele ano.

A entidade cria o MPP FDA (Monitoramento de Pedidos de Patentes FDA), ferramenta de monitoramento de patentes de medicamentos nos EUA e no Brasil.

A associação publica o 1º Relatório ESG da Química Fina, com práticas de sustentabilidade das empresas associadas.

O Decreto n.º 11.482 institui o CNDI (Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial), voltado à política industrial.

O Decreto n.º 11.464 reativa o GECEIS (Grupo Executivo do Complexo Econômico-Industrial da Saúde), com participação da ABIFINA.

Lei n.º 14.785 estabelece novo marco regulatório para defensivos agrícolas.

A entidade firma acordo com a Abiquifi (Associação Brasileira da Indústria de Insumos Farmacêuticos) e a Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) para o fortalecimento do setor farmoquímico.

A ABIFINA, Abifisa (Associação Brasileira das Empresas do Setor Fitoterápico, Suplemento Alimentar e de Promoção da Saúde) e Abiquifi formam a Coalizão Fito para impulsionar a indústria de IFAV (Insumo Farmacêutico Ativo Vegetal) e fitoterápicos.

A associação lança o MPP Cannabis e o MPP Biossimilares, ampliando o monitoramento de patentes para segmentos emergentes.

Na décima quarta edição, o SIPID reforça o debate sobre judicialização e extensão de patentes, destacando seus impactos na concorrência e no acesso a medicamentos no Brasil.

Relançamento da Frente Parlamentar da Química, com participação da ABIFINA nas articulações voltadas ao fortalecimento da competitividade e da inovação na indústria química brasileira.

2022

AABIFINA lança o Movimento Consumo Seguro, voltado ao combate a produtos piratas na área da saúde, no âmbito da Comissão Especial de Saúde do CNCP, da qual a entidade é membro.

AABIFINA passa a integrar o comitê consultivo da rede de inovação em bioeconomia do MCTI e da Embrapii (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial).

Lançamento, pela ABIFINA, do Panorama Internacional Farmo, com monitoramento de informações regulatórias globais de interesse dos setores farmoquímico e farmacêutico.

AABIFINA encomenda estudo sobre o Complexo Industrial da Química Fina no Brasil.

AABIFINA firma parceria com a Embrapii para incentivo à inovação.

A ABIFINA adere ao IdQ (Instituto Nacional do Desenvolvimento da Química), vinculado à FPQuímica (Frente Parlamentar da Química).

A ABIFINA torna-se membro mantenedor da ACFB (Academia de Ciências Farmacêuticas do Brasil).

O XIII SIPID apresenta o debate sobre patentes e acesso à saúde, consolidando a defesa de um ambiente regulatório equilibrado.



2022–2024

Marcus Soalheiro lidera a entidade em um período de fortalecimento das agendas de inovação e competitividade industrial.

2024

Lançamento da Nova Indústria Brasil, com participação da ABIFINA no debate de políticas industriais.

A ABIFINA contribui para o aprimoramento das PDP e do PDIL (Programa de Desenvolvimento e Inovação Local) em consultas públicas.

Anvisa aprova diretrizes para a implementação gradual da bula digital no Brasil, com participação da ABIFINA nas discussões e contribuições ao processo regulatório.

Lei n.º 15.022 institui o Inventário Nacional de Substâncias Químicas.

A associação torna-se membro do APIC (*Active Pharmaceutical Ingredient Committee*).

A ABIFINA passa a integrar o CNPMF (Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos), representando o setor industrial farmacêutico na implementação de políticas voltadas ao uso sustentável da biodiversidade.

O XV SIPID amplia o debate para além da propriedade intelectual, incorporando os desafios da política industrial e da nova base industrial.



2024–2026

Odilon José da Costa Filho assume a presidência da ABIFINA, dando continuidade à atuação da entidade na defesa da indústria nacional de química fina, biotecnologia e insumos estratégicos.

2025

Andrey Vilas Boas de Freitas assume a presidência executiva da ABIFINA.

A ABIFINA firma acordo com o Ministério da Saúde para compartilhamento de inteligência patentária, apoiando a formulação de políticas públicas no CEIS (Complexo Econômico-Industrial da Saúde).

Instalada no Senado Federal a FPFARMA (Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento da Indústria Farmacêutica e da Produção de IFAs), com participação da ABIFINA.

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) nega prorrogação de patente da semaglutida, alinhado a entendimento defendido pela ABIFINA.

A associação passa a integrar o CEBC (Conselho Empresarial Brasil-China), ampliando sua inserção internacional e o diálogo sobre cadeias estratégicas da indústria química e farmacêutica.

Na décima sexta edição, o SIPID reforça seu papel no debate sobre reindustrialização, articulando inovação, segurança jurídica e política industrial em diálogo com instituições estratégicas como Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) e INPI.

Aprovação do novo marco regulatório de fitoterápicos da Anvisa, com ampla mobilização da ABIFINA.

A ABIFINA passa a integrar Comissões Intersetoriais do Conselho Nacional de Saúde, assumindo a titularidade da Comissão de Práticas Integrativas.

LINHA DO TEMPO

2026

Consolidação e aplicação da RDC n.º 997 pela Anvisa, com medidas para agilizar análises regulatórias.

A ABIFINA firma Acordo de Cooperação Técnica e Científica com o SENAI/RJ e o SESI/RJ, estabelecendo parceria estratégica em PD&I.

Lançado o GT da Cadeia de Valor da Indústria da Saúde na CNI pelo MES (Movimento Empresarial pela Saúde), com a presença e apoio institucional da ABIFINA.

Entrada em vigor do novo marco regulatório da Cannabis medicinal no Brasil regido pelo pacote de resoluções da Anvisa (RDCs n.º 1.012, 1.013 e 1.015).

Lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, com a participação e acompanhamento estratégico da ABIFINA.

Lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Cannabis Medicinal e do Cânhamo Industrial, com participação da ABIFINA.

Lançamento do PNDBio (Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia), estruturado com a participação ativa da ABIFINA nos Grupos de Trabalho.

Realização da 1ª Edição do IFA Summit pela ABIFINA, em correalização com a Firjan, para debater a produção nacional de insumos farmacêuticos ativos.

Entrada em vigor do novo marco de precificação de medicamentos da CMED (Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos), reformulando os critérios de definição de preços máximos e incentivando a inovação nacional.

A ABIFINA passa a integrar a Farmacopeia Brasileira no Comitê Temático de Biotecnologia e Produtos Biológicos.

A ABIFINA celebra 40 anos de trajetória na promoção da química fina e da biotecnologia, consolidando seu papel estratégico no desenvolvimento e no futuro da indústria nacional.



2026—2028

Marcelo Mansur assume a presidência do Conselho Administrativo da ABIFINA, inaugurando nova fase de mobilização do setor e projeção para o futuro, no marco dos 40 anos da entidade.



1

CAPÍTULO



1

ABIFINA:
a voz de uma
jovem indústria



Em meados dos anos 1960, a química fina ainda não se afirmava como um setor claramente delineado na indústria brasileira, mas já fazia parte do cotidiano das pessoas — nas moléculas que tornavam medicamentos mais eficazes, nos insumos que protegiam as lavouras e garantiam a produtividade agrícola e nos componentes que garantiam estabilidade e desempenho a produtos de uso diário. Produzidas em pequenas quantidades, mas com efeitos decisivos, essas substâncias surgiam, em sua maioria, dentro de estruturas maiores, como unidades especializadas de grandes empresas químicas ou departamentos internos de farmacêuticas e agroquímicas, voltados a atender demandas específicas. No Brasil, essa produção permanecia concentrada, associada sobretudo a filiais de grupos estrangeiros ou ao consumo imediato, com espaço ainda restrito para o desenvolvimento tecnológico local.

“Até o final dos anos 70 a indústria de química fina no Brasil era constituída por um reduzido número de empresas atuantes na área química ou de medicamentos — no último caso com clara inserção mercadológica e reduzido grau de verticalização da cadeia produtiva. Os primeiros laboratórios farmacêuticos nacionais foram fundados por empresários brasileiros inicialmente vinculados às áreas de vendas em laboratórios multinacionais”, explica Nelson Brasil de Oliveira (*in memoriam*), presidente de honra da ABIFINA, à frente da entidade entre os anos de 1991 a 1993, em seu artigo “Inovação e produção na química fina”.

Enquanto a química de maior valor agregado permanecia à margem das políticas públicas, o foco deslocava-se para a petroquímica, em linha com as demandas internacionais. Buscava-

se consolidar, no Brasil, uma indústria química de grande escala, voltada à substituição de importações e ao abastecimento interno, estruturada em polos integrados e sob coordenação estatal, em consonância com as diretrizes da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). Esse arranjo era conduzido pelo CDI (Conselho de Desenvolvimento Econômico), criado em 1969, responsável por articular decisões e aprovar projetos com acesso a incentivos fiscais e financiamentos, apoiado por instrumentos de regulação comercial, estruturados ainda nos anos 1950, que condicionavam as importações à existência de produção nacional.

A indústria química tornou-se uma das principais beneficiárias desse arranjo, sendo considerada estratégica por fornecer insumos a diversos setores e reduzir importações, o que lhe garantiu prioridade nos financiamentos do então BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) e de agências regionais como a Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) e o Banco do Nordeste. Essa orientação ganhou forma com a criação da Petroquisa (Petrobras Química S.A.), em 1967, concebida para viabilizar a participação do Estado em investimentos privados na petroquímica. A partir daí, sob o chamado modelo tripartite, que articulava capital estatal, empresas privadas nacionais e grupos estrangeiros, o país implantou seus grandes polos petroquímicos, iniciados em Mauá, na Região Metropolitana de São Paulo, e posteriormente em Camaçari, na Bahia, e no Polo do Sul, no Rio Grande do Sul, no âmbito dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) a partir de 1970.

UM OLHAR SOBRE A QUÍMICA FINA



Início das operações do Polo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, primeiro complexo planejado de forma integrada no país. Imagem: Acervo da Biblioteca IBGE.

Em pouco mais de duas décadas, o Brasil construiu uma base petroquímica moderna, capaz de atender ao mercado interno e gerar excedentes para exportação. Esse êxito, porém, ocultou uma assimetria decisiva. Enquanto avançava na produção de insumos básicos e intermediários, o Brasil seguia dependente, nos segmentos de maior valor agregado, das importações de especialidades químicas, princípios ativos farmacêuticos e produtos técnicos sofisticados. Essa fragilidade foi enfrentada, no início dos anos 1970, por meio de um movimento de proteção do mercado interno. Em 1971, a promulgação da Lei n.º 5.772 (Código da Propriedade Industrial) tornou-se um pilar dessa estratégia ao não reconhecer patentes para produtos farmacêuticos e alimentícios. O objetivo era abrir espaço jurídico para o desenvolvimento de uma indústria farmoquímica nacional baseada em engenharia reversa e adaptação técnica.

Sem a incidência de *royalties*, consolidou-se a estratégia de internalização de conhecimento por meio da reprodução tecnológica. Como observa Odilon José da Costa Filho, assessor da presidência e vice-presidente de Relações Institucionais da Cristália e presidente do Conselho Administrativo da ABIFINA (2024–2026), “o Brasil era essencialmente dependente de empresas multinacionais, sem produção local de insumos farmacêuticos ativos, e a retirada do regime de patentes abriu espaço para o surgimento de empresas nacionais, ainda incipientes, mas capacitadas a aprender fazendo”. Ainda assim, mesmo quando a produção final ocorria no país, as etapas mais intensivas em tecnologia permaneciam concentradas nas matrizes estrangeiras, limitando a internalização de conhecimento e o desenvolvimento de rotas próprias. Esse

contraste tornou-se mais evidente a partir da crise do petróleo, quando a balança comercial expôs a dependência externa nos produtos de maior valor agregado.

Na prática, essa dependência se manifestava como um gargalo operacional, especialmente em áreas como a biotecnologia. Como recorda Akira Homma, assessor científico sênior de Bio-Manguinhos/Fiocruz e vice-presidente de Biotecnologia da ABIFINA, a limitação no acesso a insumos e equipamentos estratégicos era recorrente desde os anos 1960: “A maioria dos insumos laboratoriais eram importados. O sentimento e a percepção da dependência de insumos estratégicos e de equipamentos ficou muito mais aguda quando, como diretor de Bio-Manguinhos/Fiocruz há 50 anos, tive que enfrentar os problemas de suprimento para os trabalhos de produção de vacinas. Os ovos embrionados SPF (*Specific Pathogenic Free*), necessários para a produção, eram e continuam sendo importados. Também, a maioria dos equipamentos necessários à produção eram e continuam a ser importados”.

Esse quadro de vulnerabilidade nas vacinas refletia o que ocorria na produção de medicamentos. A indústria farmoquímica, embora autorizada pela Lei de 1971 a produzir sem patentes, seguia dependente da importação de princípios ativos e reagentes finos, apesar da mão de obra qualificada e da capacidade instalada. Como relembra Marcus Soalheiro, vice-presidente de Tecnologia e Alianças Estratégicas da Nortec Química e 1º vice-presidente da ABIFINA, ao descrever sua atuação no fim dos anos 1970, a demanda por certos fármacos superava amplamente a capacidade produtiva, em um contexto de proteção industrial peculiar: “Em 1978, fui indicado para trabalhar em um projeto conjunto da Sandoz (uma das sócias da IQR) e a Smith Kline. Era para otimizar a produção

da cimetidina, o primeiro *blockbuster*. A demanda superava toda a capacidade instalada da empresa — e o Brasil não respeitava patentes na área farmacêutica”. Segundo ele, o país combinava a ausência de patentes com tarifas de importação de até 85% do valor FOB, enquanto cerca de metade dos insumos farmacêuticos ativos já era produzida localmente — dinâmica que levava multinacionais a utilizar a produção no Brasil como estratégia de defesa de mercado.

Nesse contexto, o CDI passou a direcionar incentivos à produção de fármacos vinculados à Renome (Relação Nacional de Medicamentos Essenciais), instituída em 1975 pela Portaria n.º 223 do Ministério da Previdência e Assistência Social, orientando investimentos para medicamentos estratégicos destinados à rede pública de saúde. Esse impulso também encontrou eco no setor produtivo, sobretudo entre empresas petroquímicas interessadas em avançar na verticalização da produção. Um exemplo foi a Copene (Companhia Petroquímica do Nordeste), criada pela Petrobras no final de 1970 para coordenar o Polo de Camaçari, que, no início dos anos 1980, deu origem à Norquisa (Nordeste Química S.A.), voltada a articular investimentos público-privados em química fina e aproveitar a base de matérias-primas do polo para a produção de moléculas mais complexas e princípios ativos destinados a defensivos agrícolas, medicamentos e corantes.

Essas iniciativas, somadas a movimentos pontuais da iniciativa privada, produziram avanços na química fina, mas a dependência tecnológica e produtiva persistia. As importações já ultrapassavam US\$ 1 bilhão e, em 1982, dos cerca de 600 laboratórios, 520 eram nacionais e 80 estrangeiros. Ainda assim, a maior parte das empresas operava em pequena escala, enquanto os 50 maiores



grupos concentravam cerca de 80% do mercado, dos quais apenas cinco eram de capital nacional, evidenciando a distância entre produzir no país e dominar a tecnologia e o valor agregado. Esse quadro tornou-se ainda mais delicado sob os ventos instáveis dos anos 1980, um período em que as empresas precisavam tomar decisões olhando para um horizonte pouco estável. A inflação ganhou protagonismo e passou a influenciar o ritmo das fábricas, os contratos e o planejamento de investimentos; produzir tornou-se um exercício de adaptação diária.

O ambiente era adverso e pouco favorável a projetos de longo prazo. Ainda assim, a química fina brasileira começou a registrar seus primeiros marcos. O CDI sinalizava o estímulo ao segmento, mas a execução enfrentava resistências, com projetos sob pressão de multinacionais que recorriam a importações em volumes superiores à demanda interna para limitar a substituição e preservar o controle tecnológico externo. Nesse período, destacaram-se iniciativas como a criação, em 1981, do Gifar (Grupo Interministerial da Indústria Farmacêutica), voltado à coordenação de medidas para estruturar o parque farmoquímico nacional, e, no campo regulatório, a publicação, pelo Ministério da Saúde por meio da SNVS (Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária), da primeira lista oficial de nomes genéricos de fármacos, marco que daria origem às DCBs (Denominações Comuns Brasileiras) e à padronização da identificação de medicamentos no país.

A adoção dessa nomenclatura comum respondia a um problema concreto. Ao examinar guias de importação, o CDI constatou que um mesmo fármaco circulava sob múltiplas denominações técnicas, o que fragmentava o mercado e obscurecia a real dimensão das importações. Com as DCBs, rótulos, bulas e

prospectos passaram a incorporar uma referência padronizada para os princípios ativos, reduzindo a predominância exclusiva dos nomes de marca e tornando mais transparentes as estatísticas de comércio e produção. Mais do que um ajuste técnico, essa padronização estabeleceu as bases de um modelo que, anos mais tarde, se tornaria um dos pilares da política de medicamentos no país, ao viabilizar a identificação inequívoca dos princípios ativos — elemento central para a futura política de genéricos, estruturada no final dos anos 1990.

Foi nesse contexto que emergiu um marco institucional decisivo: a Portaria Interministerial n.º 4, de 3 de outubro de 1984. Inserida nos esforços conduzidos pelo Gifar, a norma conferiu ao CDI poderes para aprovar ou vetar projetos destinados à produção de fármacos e de outros produtos sujeitos à vigilância sanitária, além de condicionar a importação de determinados itens à anuência da SNVS/MS.

Enquanto o Estado ampliava seus instrumentos de intervenção, a indústria de química fina fazia sua parte, mesmo sob as adversidades do período. Como observou José Correia da Silva, primeiro presidente da ABIFINA e presidente da Formil Química e Veterinária, vivia-se, paradoxalmente, um “milagre econômico”. “O Brasil daqueles anos estava num momento difícilíssimo em todos os níveis, enfrentando dificuldades imensas no campo econômico e dependência de importação de tecnologia média, sem recursos financeiros para importar insumos, máquinas e equipamentos. Na química fina, especialmente IFAs, o governo determinou que toda a cadeia envolvida, inclusive a indústria farmacêutica, deveria suprir suas necessidades com produção local e máxima verticalização tecnológica. Sem alternativas, as empresas farmacêuticas de capital estrangeiro aderiram ao chamamento governamental e

montaram muitas unidades de produção verticalizada de IFAs para centenas de produtos. Foi uma transferência massiva de tecnologia, com aproveitamento de mão de obra técnica formada em nossas universidades, proporcionando treinamento em todas as fases de produção”, recorda.

Havia movimentação fabril e também nas ruas. Naquela época, o país atravessava os estertores da ditadura militar e a sociedade civil reivindicava o espaço público. As manifestações pelas Diretas Já, que ocuparam as avenidas do país, sinalizavam que a correlação de forças havia mudado. No plano institucional, novas legendas políticas emergiam, a imprensa avançava sobre os limites da censura e sindicatos, associações e entidades representativas se multiplicavam, impulsionados por um forte espírito associativo e pela necessidade de voz organizada. Um novo Brasil começava a se esboçar; ainda incerto, mas irrecusável. A redemocratização, contudo, não foi um rompimento brusco. O processo avançou sob controles e pactos impostos por um regime que, embora esvaziado, ainda ditava a seu modo o ritmo da transição.

Nesse cenário, o papel do Estado entrou em disputa às vésperas da Nova República, quando funções antes assumidas como dever estatal foram sendo deslocadas para a iniciativa privada, reservando-se ao poder público atribuições estratégicas. A Lei n.º 7.486, de 6 de junho de 1986, registrava essa mudança ao indicar o protagonismo privado no crescimento econômico, marcando o enfraquecimento gradual da política de substituição de importações, então limitada à proteção da chamada “indústria nascente”. Esse reposicionamento ocorreu com tensões internas no governo, envolvendo debates sobre instrumentos como tarifas graduais e *antidumping*; no caso dos laboratórios farmacêuticos, prevaleceu uma solução pragmática: nas compras governamentais, medicamentos cujos insumos não contassem com produção interna continuavam sujeitos à licitação ampla; quando havia fármacos fabricados no país, buscava-se privilegiar fornecedores nacionais. O arranjo ampliou tensões: multinacionais buscavam preservar importações e controle tecnológico, enquanto laboratórios nacionais dependiam do mercado público para crescer e verticalizar. Nesse contexto, a química fina consolidava-se como setor estratégico e altamente disputado da política industrial.



Manifestações pelas eleições diretas para a presidência da República no Plenário da Câmara dos Deputados, em 1984. Imagem: Célio Azevedo/CC BY 2.0.

NASCE UM ALIADO

A despeito dos embates que existiam, o setor de química fina vivenciou naquele momento uma espécie de *boom*, impulsionado por um esforço concentrado de política industrial, articulação institucional e mobilização produtiva. “Com crescimento vertiginoso e vislumbrando o futuro das possibilidades de produção de IFAs no Brasil, um pequeno grupo de empresários e eu constatamos que a interlocução com o Estado, a academia, o Congresso, a mídia e demais segmentos da sociedade carecia urgentemente de uma aglomeração de esforços, para que nossas aspirações como empresas brasileiras produtoras de IFAs fossem de conhecimento geral e pudéssemos contribuir para um arcabouço que colocasse o Brasil como protagonista na fabricação verticalizada de insumos farmacêuticos, na mesma aspiração de diversos outros países em desenvolvimento”. Segundo José Correia, o resultado dessa percepção e propósitos foi a fundação da ABIFINA.

“Na década de 1980, havia uma expectativa, uma esperança. Acreditávamos que seria possível promover o desenvolvimento da química fina no Brasil, não no sentido de alcançar uma autonomia absoluta — porque isso nenhum país tem —, mas de reduzir a dependência externa, o que já seria bastante relevante. Havia um esforço, uma mobilização nesse sentido: fazer do Brasil um produtor de IFAs, especialmente daqueles mais importantes, que pudessem abastecer, por exemplo, os medicamentos adquiridos pelo SUS [Sistema Único de Saúde]. Era isso que nos movia. Hoje, eu diria que essa pretensão permanece, mas estamos mais distantes desse objetivo do que estávamos naquela época”, recorda Dante Alario Jr., vice-presidente de Propriedade Intelectual e Inovação da ABIFINA e presidente técnico científico da Biolab.

O salão de eventos do Plaza Hotel, em São Paulo, foi o palco inaugural da associação. Naquele encontro, realizado no dia 18 de junho de 1986, representantes de 17 indústrias brasileiras da química fina — um grupo ainda pequeno, formado por empresas produtoras e laboratórios com áreas próprias de produção de

IFAs — reuniram-se em torno de um propósito comum. Entre eles, José Correia destacava-se como um dos mais jovens e com maior disponibilidade para conduzir a articulação inicial, sendo apoiado pelos colegas para assumir a liderança nos primeiros momentos e, posteriormente, dar continuidade à condução da entidade até sua consolidação, em um processo que refletia tanto o espírito colaborativo quanto o caráter ainda nascente da organização.

A ABIFINA começou de forma simples. Sem recursos para manter uma sede própria, a associação recém-criada passou a funcionar nas instalações da Formil Química, em São Paulo, empresa de José Correia, primeiro presidente eleito. “Eram tempos muito difíceis e todos deveríamos economizar no que fosse possível; a sede na empresa do presidente evitava custos adicionais e engajava o *staff* da empresa no esforço conjunto pelo desenvolvimento”. Ali, longe de qualquer aparato formal, a entidade deu seus primeiros passos operacionais, estruturando uma agenda que logo se mostraria intensa, nacional e internacionalmente.

Nesse contexto, a dinâmica de funcionamento refletia a própria limitação de recursos e, ao mesmo tempo, o elevado grau de comprometimento dos envolvidos. “Sem caixa para arroubos, os diretores aproveitavam suas viagens para reuniões com organismos de governo e, voluntariamente, a seus custos, também levavam a mensagem da associação e realizavam reuniões produtivas com as autoridades; reuniões eram feitas em restaurantes, aproveitando a agenda dos afiliados, e encontros mais formais aconteciam na sede de associados, como a então Billi Farmacêutica — hoje denominada Eurofarma — com o apoio do saudoso Sr. Galliano Billi, que nos recebia em seu confortável auditório, com direito a mimos como café, água e bolachinhas”, relata Correia, destacando que, mesmo em condições modestas, foram realizadas inúmeras reuniões proveitosas, inclusive com ministros, todos engajados na superação dos problemas do setor e na consolidação de um segmento produtivo de alta tecnologia no país.

EMPRESAS FUNDADORAS

Billi Farmacêutica Ltda.
Blanver Farmoquímica Ltda.
Formil Química S.A.
Instituto Químico Campinas
Interlab – Distribuidora de Produtos Científicos S.A.
Iperobras – Produtos Sintéticos S.A.
Indústria Química Taubaté (IQT)
Libbs – Laboratório Brasileiro de Biologia e Síntese Ltda.
Pan-Americana S.A.
Paraquímica S.A. – Indústria e Comércio
RDM Farmacêutica S.A.
Revela Representações e Vendas Latino-americanas Ltda.
Sespo Química Fina Ltda.
Sintogram Indústria Química S.A.
Sulfabras S.A. – Indústria Química
Sulfaquim Química Fina Ltda.
Vetec Química Fina Ltda.

A FORÇA DO QUIMIFINA

O ano de fundação da ABIFINA coincidiu com um marco histórico que lançou as bases das transformações dos anos seguintes: a eleição da Assembleia Nacional Constituinte. Com sua instalação no ano subsequente, o Brasil passou a discutir, em bases inéditas, os fundamentos de sua nova ordem institucional, redefinindo direitos, deveres e os contornos do desenvolvimento nacional após duas décadas de regime autoritário. A Constituinte tornou-se um espaço de intensa disputa de projetos de país, no qual temas como ciência, tecnologia, indústria e soberania produtiva passaram a ocupar lugar central. Para setores como a química fina, estava em jogo não apenas o texto constitucional, mas a possibilidade de inscrever, na Carta Magna, princípios capazes de sustentar uma base industrial robusta e menos dependente do exterior.

Havia muito em jogo naquele momento. Os efeitos de um novo governo, sob a presidência de José Sarney, e seus planos econômicos de contenção da alta inflacionária coincidiam com debates decisivos no âmbito constituinte, inclusive sobre a definição de empresa brasileira de capital nacional, com impactos diretos para o setor de química fina. Nesse contexto, a atuação da ABIFINA

se destacou ao levar as pautas do setor a diferentes instâncias, ampliando sua visibilidade e reconhecimento e aproximando figuras relevantes na defesa da produção local. “Nelson Brasil é para mim um exemplo de retidão e paixão pelo nosso país. Eu o conheci pouco antes do I QUIMIFINA e, com um imenso prazer, logo o convidei para participar da ABIFINA e trazer para nós toda aquela fleuma e respeitabilidade de quem estava na luta pela consolidação da produção local mesmo antes de minha entrada no setor”, recorda José Correia. O encontro representou uma conjunção entre o resiliente Nelson e Correia, um “desbravador um tanto inquieto pronto para batalhar em várias arenas pelos projetos comuns”.

Conscientes de que o fortalecimento da produção nacional de química fina exigia presença ativa e articulação constante, a ABIFINA colocou em prática sua primeira grande expressão pública em 1987: o QUIMIFINA, em Brasília. O congresso nasceu já investido de prestígio e densidade política. Reuniu autoridades dos três Poderes da República, representantes destacados da academia, executivos de empresas nacionais e de capital estrangeiro, além de contar

com expressivo apoio da mídia. A abertura teve a participação do então ministro da Ciência e Tecnologia, Renato Archer, sinalizando o reconhecimento institucional da relevância do setor. Ao longo de quatro dias, palestras e debates discutiram os rumos que a cadeia produtiva da química fina deveria trilhar nos anos seguintes.

Além de se consolidar como uma importante plataforma de difusão da voz do setor, o I QUIMIFINA também atraiu novas empresas, entre elas a Norquisa, ampliando o círculo de atores comprometidos com o desenvolvimento da química fina no país. “A Norquisa decidiu filiar suas empresas à ABIFINA e participar do esforço de desenvolvimento da química fina no país. Nesse cenário, Nelson Brasil, Alberto Mansur, Nicolau Lages, eu, entre outros, entramos na associação”, recorda Marcos Oliveira, membro do Conselho Consultivo da entidade. O impulso do encontro ajudou a consolidar diagnósticos, alinhar posições e influenciar a formulação das novas diretrizes de política industrial. “Realizamos um memorável congresso que reuniu autoridades do Parlamento constituinte, ministros de governo, grandes figuras da academia e empresários da cadeia produtiva da área de saúde. Durante quatro dias, alinhamos posicionamentos que, levados à Constituinte, embasaram várias sugestões acatadas pelo Parlamento, entre as quais se destacaram as determinações voltadas aos setores de alta tecnologia e a necessidade de apoio governamental a eles”, lembra José Correia.

Esse movimento encontrou sua expressão mais contundente no II QUIMIFINA, realizado em São Paulo, em 1988, ainda sob o calor dos debates constitucionais. A dimensão política do encontro refletia o novo lugar da química fina na agenda nacional: aberto pelo senador Mauro Benevides, então presidente da Assembleia Nacional Constituinte, e encerrado com a presença do presidente da República, José Sarney, o congresso se afirmava como espaço de interlocução com o futuro do país. Nesse contexto, a ABIFINA transformou o evento em um ambiente de formulação, defendendo a construção e proteção de uma base produtiva nacional em áreas estratégicas. Esse esforço encontrou eco na Constituição, especialmente no artigo 170, que estabeleceu princípios da atividade econômica, e no artigo 171, que definiu a empresa brasileira de capital nacional e previu tratamento preferencial — posteriormente revogado, mas representativo na época.



Promulgada a “Constituição Cidadã”, em 1988, chamada assim pelo presidente da Assembleia Nacional Constituinte, o deputado Ulysses Guimarães. Imagem: Agência Brasil/CC BY 3.0.

Ao final de 1988, uma nova diretoria foi eleita, com Roberto Teixeira na presidência e Nelson Brasil de Oliveira na vice-presidência. Dando continuidade à consolidação da ABIFINA, a nova gestão ampliou a agenda ao trazer para o centro das discussões a propriedade intelectual, então uma nova fronteira de disputa para a indústria nacional. O Brasil vivia sob pressão: de um lado, os Estados Unidos intensificavam críticas, classificando o país como “nação pirata” por não reconhecer patentes de produtos farmacêuticos e químicos; de outro, avançavam as negociações da Rodada Uruguai do Acordo Geral de Tarifas e Comércio, que incorporariam a proteção intelectual como eixo do comércio global. Nesse cenário, a entidade passou a articular uma posição técnica e política em defesa da capacidade produtiva e inovadora do setor, temendo que um novo regime de patentes restringisse o acesso a tecnologias e elevasse o custo de medicamentos.

Esse movimento ganhou forma no III QUIMIFINA, realizado em 1989, em Porto Alegre, quando a ABIFINA levou o tema ao centro do debate público e estreitou sua interlocução com o Ministério das Relações Exteriores. A atuação se estendeu ao plano internacional, com a participação em missão empresarial em Genebra, em meio às negociações multilaterais, em que se evidenciavam divergências dentro do próprio setor químico brasileiro. Enquanto parte da indústria defendia maior abertura ao sistema de patentes, a ABIFINA sustentava a necessidade de preservar restrições estratégicas, como forma de evitar monopólios precoces e garantir espaço à industrialização. O impasse foi submetido ao embaixador Rubens Ricupero, cuja posição acabou por se alinhar à defesa de um equilíbrio entre proteção e acesso, em sintonia com as teses da entidade.



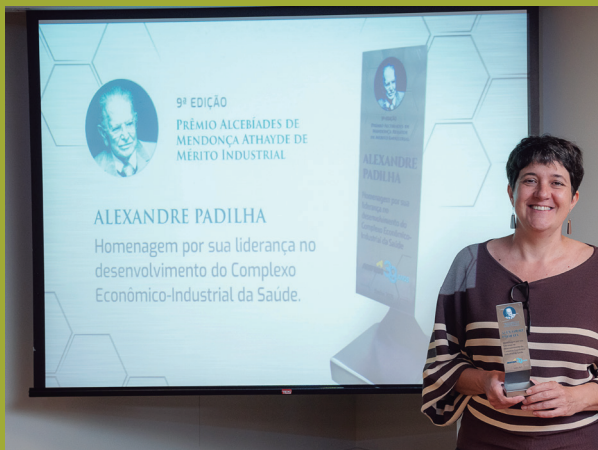
Alcebiades de
Mendonça Athayde

UM PILAR DA ABIFINA

Mesmo em seus primeiros anos e uma estrutura ainda modesta, a ABIFINA nasceu grande. Grande pela ambição de seus propósitos, pelo compromisso de sua diretoria e pelo engajamento das empresas que acreditaram na força da ação coletiva. Essa grandeza também se fez presente na atuação de personagens que ajudaram a moldar o espírito da entidade, entre eles Alcebiades de Mendonça Athayde, fundador da Libbs Farmoquímica e Farmacêutica. Conhecido carinhosamente como “seu Athayde”, ele acreditava, acima de tudo, na união em torno de objetivos comuns e participou ativamente da construção de uma entidade voltada ao fortalecimento da indústria nacional de química fina.

Alagoano de Anadia, Athayde costumava se definir como um “aventureiro”. A palavra, em seu caso, dizia menos sobre improviso e mais sobre coragem. Ainda jovem, deixou o Nordeste rumo a São Paulo, onde iniciou sua trajetória como propagandista farmacêutico. O contato direto com médicos, consultórios e pacientes despertou nele não apenas uma paixão pelo setor, mas uma visão clara de futuro. Empreendedor por natureza, construiu, passo a passo, um caminho que o levaria à criação e consolidação da Libbs, empresa na qual imprimiu valores que atravessaram décadas: inovação, ética, solidez, excelência e compromisso com o desenvolvimento nacional. Ao investir em produção local, pesquisa, farmoquímica e formação de pessoas, Athayde ajudou a ampliar a autonomia do país em um setor estratégico, deixando marcas profundas no parque produtivo brasileiro.

Anos depois, em 2017, a ABIFINA prestou a ele uma homenagem à altura de sua trajetória ao instituir o Prêmio Alcebiades de Mendonça Athayde de Mérito Industrial, dedicado a reconhecer empresários, dirigentes públicos e personalidades com atuação marcante na indústria brasileira. Mais do que um tributo individual, o prêmio simboliza uma visão de país compartilhada desde os primeiros passos da entidade: a de que o desenvolvimento da química fina exige visão de longo prazo, compromisso com o interesse nacional e a convicção de que grandes transformações começam, muitas vezes, com gente disposta a ousar quando o caminho ainda não está pronto.



O Prêmio Alcebiades de Mendonça Athayde de Mérito Industrial reconhece personalidades cuja trajetória ajudou a impulsionar a indústria brasileira, refletindo o espírito visionário, o compromisso nacional e a capacidade de transformar desafios em legado.



2

CAPÍTULO



2

Aliada em tempos
de mudança e expansão



O Brasil que ingressou nos anos 1990 ainda carregava as marcas de um ciclo de industrialização orientado pela substituição de importações. A construção de uma base petroquímica moderna e a adoção de instrumentos como a Lei n.º 5.772, de 1971 — que não reconhecia patentes para produtos farmacêuticos e alimentícios —, consolidaram capacidades produtivas relevantes, ainda que desiguais ao longo da cadeia. Sob proteção tarifária, controle das importações e mediação estatal, formou-se um tecido industrial que avançava nos segmentos de maior escala, mas seguia dependente, nos campos de maior intensidade tecnológica, de fluxos externos de conhecimento e insumos.

Ao final dos anos 1980, os limites desse modelo tornaram-se evidentes: a crise da dívida externa restringia investimentos, a inflação crônica comprometia o planejamento e a reorganização das cadeias globais impunha novos padrões de competitividade. Nesse contexto, a política econômica mudou de direção no início da década seguinte, sob a influência do Consenso de Washington. Com a posse de Fernando Collor de Mello, em 1990, teve início a abertura comercial, com redução de tarifas e eliminação de barreiras às importações. Inserido no Plano Collor, o movimento incluiu desregulamentação, abertura ao capital externo e privatizações, desmontando gradualmente o modelo anterior e expondo a indústria à concorrência ampliada, enquanto reformas administrativas centralizavam funções e extinguíam instâncias de interlocução com o setor produtivo.

Os efeitos dessa transição não tardaram a aparecer. A presença crescente de produtos importados alterou de maneira sensível o funcionamento do mercado interno. Já nos primeiros anos da década, seus impactos se tornavam mensuráveis: cerca de 1.400 produtos deixaram de ser fabricados no país, entre eles mais de 500 fármacos e mais de 300 intermediários químicos, em grande medida porque a rápida abertura expôs a produção local a uma

concorrência para a qual não dispunha de escala, atualização tecnológica ou condições de custo equivalentes. Em muitos casos, tornou-se economicamente mais viável substituir a produção doméstica pela importação de insumos e produtos acabados.

“A década de 1990 encerrou essa incipiente tentativa de desenvolvimento do setor. Com a abertura comercial, reduziram-se as tarifas de importação e eliminaram-se as barreiras não tarifárias. Os benefícios da Portaria Interministerial n.º 4 foram extintos, removendo os mecanismos de proteção às empresas nacionais, o que produziu um enfraquecimento da competitividade da nascente indústria farmoquímica nacional. Muitas companhias multinacionais passaram a importar insumos, desativando suas unidades produtivas no Brasil”, analisou Ricardo Lobato Torres, professor e pesquisador do Departamento de Economia da UFPR (Universidade Federal do Paraná) em artigo “O desenvolvimento da indústria farmoquímica brasileira”.

Esse processo acentuou uma tendência que já se ensaiava. Se, na década anterior, o Brasil atendia cerca de metade da sua demanda por insumos farmacêuticos, nos anos seguintes essa produção encolheu drasticamente, elevando a dependência de fornecedores externos. Mais do que uma oscilação passageira, o que se via era uma mudança estrutural: o enfraquecimento da base industrial que, mais tarde, seria definido como desindustrialização — processo especialmente severo nos setores de maior intensidade tecnológica. Como recorda Marcus Soalheiro, essa mudança foi, em grande medida, legitimada por um discurso de modernização que não se traduziu no fortalecimento dos instrumentos industriais: “Foi duro constatar que uma grande parte da desmobilização da produção local do setor se deu sob uma defesa de que era necessário ‘modernizar’ e que os instrumentos empregados significavam um ‘atraso’. No entanto, não se procurou modernizar os instrumentos”.

ENTRE A ABERTURA E A RESISTÊNCIA

Na virada da década, as fragilidades da estrutura produtiva nacional se traduziram em desafios diretos para a ABIFINA. Formada sob um modelo pautado pela proteção estatal e pela construção gradual de capacidades locais, a entidade passou a atuar em um ambiente em que essas referências já não se sustentavam. A abertura comercial, ao redefinir o cenário concorrencial, atingia as empresas associadas e colocava em risco o desenvolvimento da química fina no país. Esse movimento também se refletiu nos espaços do setor: o IV QUIMIFINA, no Rio de Janeiro, incorporou uma perspectiva mais internacional, sinalizando a ampliação do horizonte competitivo, enquanto a entidade ampliava seu quadro associativo para incluir empresas dos elos finais da cadeia — como fabricantes de medicamentos e defensivos agrícolas formulados —, em resposta a um ambiente em que a integração produtiva exigia novas formas de organização.

Essa mudança não se limitava à base associativa. Diante da perda de eficácia dos instrumentos de proteção, a ABIFINA passou a defender uma reorientação da estratégia industrial, deslocando o foco para o domínio de tecnologias e o desenvolvimento de insumos de maior valor agregado. Em paralelo, atuou no plano institucional, antecipando debates como a revisão do marco de propriedade industrial, e chegou a encaminhar ao Congresso, ainda em 1990, proposta de alteração da legislação. Ao mesmo tempo, investiu na produção de informações sobre o setor, com a publicação de anuários para mapear empresas, registrar capacidades e dar visibilidade à retração em curso, em meio ao avanço das importações, buscando sensibilizar o poder público e os agentes do setor.



Realizada, no Rio de Janeiro, a quarta edição do QUIMIFINA, em meio a um contexto de grande competitividade para o setor de química fina.

Em 1991, a atuação da ABIFINA ganhou maior definição em meio a um processo de reorganização interna. Sob a presidência de Nelson Brasil de Oliveira, com os vice-presidentes Marcos Oliveira e Leodonio Francisco Schroeder, a entidade promoveu uma mudança simbólica e estratégica ao transferir sua sede de São Paulo para o Rio de Janeiro, passando a operar em instalações cedidas pela Carbonor. Ao mesmo tempo, voltou-se ao acompanhamento do Congresso Nacional, que instalou, em maio daquele ano, uma CPMI para investigar as causas do atraso tecnológico da indústria. Durante os trabalhos, a ABIFINA contribuiu com subsídios técnicos e propostas incorporados ao relatório final, publicado em 1994.

Essa atuação também se expressou no plano público, por meio da articulação com outras entidades. Em julho de 1991, um ato no Clube de Engenharia, no Rio de Janeiro, reuniu lideranças do setor — nomes como Dante Alario, Nelson Brasil, Eloan dos Santos, Fernando Uchôa, Maria Augusta Tibiriçá e Benito Paret — em torno de preocupações com a política industrial e tecnológica e com as mudanças no regime de propriedade industrial. O encontro resultou na divulgação de um posicionamento conjunto em defesa de uma política industrial nacional e de cautela na revisão das regras de patentes.

A instabilidade do início daquela década não se restringiu ao campo econômico. Em 1992, a crise política que levou ao

afastamento de Collor aprofundou as incertezas e agravou as dificuldades da indústria, em meio à retração e à perda de coordenação estatal. A posse de Itamar Franco abriu espaço para rearranjos e recomposição gradual de agendas, sem ruptura imediata na orientação econômica. No plano institucional, esse cenário se refletiu na ABIFINA: a partir de 1993, com Kurt Politzer na presidência, a entidade reorganizou sua estrutura, adotando vice-presidências por áreas estratégicas e reunindo nomes como Nelson Brasil de Oliveira, João Alexandre Viegas, Fernando Marques, Marcos Oliveira e Leodonio Francisco Schroeder.

A reorganização da entidade foi além do plano formal, alinhando sua estrutura à diversidade e à complexidade do setor e criando condições para uma atuação mais articulada em um ambiente regulatório e competitivo em transformação. Para a indústria de química fina, o período combinava continuidade e mudança: persistiam os efeitos da abertura comercial e da desestruturação produtiva iniciada em 1990, enquanto avançavam, no Legislativo e em instâncias técnicas do governo, debates sobre a redefinição de instrumentos de política industrial e tecnológica. Nesse contexto, a CPMI desdobrou-se em iniciativas de estímulo à inovação, como o PDTI (Programa de Desenvolvimento de Tecnologia Industrial) e o PDTA (Programa de Desenvolvimento de Tecnologia Agropecuária), formalizados pela Lei n.º 8.661, de 2 de junho de 1993.



PROPRIEDADE INDUSTRIAL EM DISPUTA

Nesse contexto, a propriedade industrial consolidou-se como campo central de disputa. Em 1993, a ABIFINA obteve respaldo com a aprovação, na Câmara, do Projeto de Lei n.º 824/1991, que buscava preservar o desenvolvimento tecnológico nacional ao manter restrições a patentes no setor farmacêutico e definir critérios mais claros de proteção. Em 1994, o Plano Real trouxe previsibilidade ao conter a inflação e redefiniu o horizonte das empresas, enquanto a abertura e a integração internacional avançavam, inserindo o Brasil nas negociações que levariam à criação da OMC (Organização Mundial do Comércio) e ao Acordo TRIPs (Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio). Nesse ambiente, a agenda de propriedade industrial ganhava centralidade, acompanhada de perto pela ABIFINA.

“Acompanhei o papel da associação nas intensas discussões sobre os impactos das transformações regulatórias e econômicas ocorridas nos anos 1990, incluindo a implementação do Acordo TRIPS e a nova Lei de Propriedade Industrial. Havia uma preocupação central com os efeitos dessas mudanças sobre a capacidade produtiva nacional e sobre a competitividade da indústria brasileira, especialmente diante da globalização e das alterações no campo da proteção patentária”, recorda Claudia Chamas, membro do Conselho Consultivo da ABIFINA e pesquisadora do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde da Fiocruz.

Além da questão patentária, a década de 1990 reservava uma dificuldade adicional para a indústria nacional. Na esteira do Plano Real, o governo adotou uma política cambial que equiparava o Real ao Dólar americano, visando o controle da inflação através da redução do custo interno de produtos importados. A medida teve sucesso no controle da inflação, mas atingiu em cheio as empresas

nacionais do setor de química fina. As importações brasileiras cresceram exponencialmente, sobretudo nos setores estratégicos de medicamentos e defensivos agrícolas. Essa política só foi alterada com o esgotamento das reservas cambiais do Brasil e da crise econômica daí resultante.

A assinatura do Acordo TRIPs inseriu o Brasil em um novo marco regulatório internacional, no qual a proteção à propriedade intelectual se tornava elemento estruturante das relações comerciais. Resultado das negociações do GATT, o acordo refletia um equilíbrio assimétrico: em troca de maior acesso a mercados nos países desenvolvidos, os países emergentes assumiram compromissos mais rígidos de proteção às inovações, ampliando direitos de patente em seus territórios. Para a ABIFINA, o texto final não correspondia às condições ideais, mas representava um limite negociado em um contexto de forte pressão internacional. “Havia uma pressão muito forte dos Estados Unidos para que os países aderissem ao tratado internacional envolvendo o reconhecimento de patentes industriais ligadas principalmente à nutrição e à área da saúde”, recordou o médico sanitário Eduardo de Azeredo Costa, em livro de 30 anos da associação. A partir de então, a disputa se deslocaria para o plano interno, com a internalização dessas regras na legislação brasileira (por meio do Decreto n.º 1.355/1995) e o debate em torno da adoção de dispositivos ainda mais restritivos, conhecidos como medidas TRIPs Plus.

No mesmo período, a agenda de integração hemisférica avançava com a Cúpula das Américas, realizada em Miami, nos Estados Unidos, que lançou as bases da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas). Liderada pelos Estados Unidos, a iniciativa buscava ampliar a liberalização comercial no continente e recuperar posições não plenamente consolidadas no âmbito do GATT, especialmente

em temas como propriedade intelectual, investimentos e compras governamentais. Nesse contexto, a ABIFINA acompanhou as discussões no âmbito da CNI, contribuindo para a formulação de posições em defesa da indústria brasileira e manifestando resistência a uma eventual ampliação de compromissos nessas áreas. “A ABIFINA já havia participado formalmente dos debates sobre propriedade intelectual na Rodada Uruguai. [...] Era a entidade setorial no Brasil com visão mais estruturada sobre a questão”, destacou Sandra Rios, à época chefe da área de Comércio Exterior da CNI, ao indicar a entidade como porta-voz nas missões empresariais.

No plano institucional, mudanças também sinalizavam a reorientação do papel do Estado na economia. A Emenda Constitucional n.º 6, de 1995, revogou o artigo 171 da Constituição de 1988, eliminando a distinção entre empresa brasileira e de capital nacional e, com isso, um dos principais instrumentos de tratamento preferencial em políticas públicas e compras governamentais, reforçando a equiparação entre agentes domésticos e estrangeiros. A medida teve impacto direto sobre a ABIFINA, que, historicamente alinhada à defesa da indústria nacional, se posicionou contrariamente à mudança e, diante do novo quadro, ajustou seu estatuto para orientar sua representação pela presença produtiva no país, e não mais pela origem do capital. Ainda assim, permanecia como referência o artigo 219 da Constituição, que reconhece o mercado interno como patrimônio nacional, preservando estratégias futuras de desenvolvimento.

Na época, a associação também avançou em seu processo de estruturação, intensificando sua aproximação com ministérios, agências e demais órgãos públicos, com o propósito de consolidar canais de interlocução mais estáveis com o Estado — movimento que, como destacaria Alberto Ramy Mansur, um dos fundadores e presidente do Conselho da Nortec Química, no livro de 30 anos da ABIFINA, se apoiava na construção de “canais harmoniosos de convivência, comunicação e aproximação”. Esse processo foi acompanhado pela formação de uma equipe técnica própria, comprometida com a produção de análises e o acompanhamento das agendas regulatórias, reunindo profissionais como Claudia Craveiro, Luciana Bitencourt e Washington Soares.



A Rodada Uruguai foi um marco nas negociações que pavimentaram o caminho para a criação da OMC.
Imagem: OMC/CC BY-SA 2.0.



A NOVA ORDEM DAS PATENTES

A estabilidade trazida pelo Plano Real redefiniu o funcionamento da economia, com desindexação, valorização cambial e aumento das importações, pressionando a indústria nacional e ampliando a presença de produtos estrangeiros, especialmente no setor químico. Nesse cenário de competitividade e fragilização dos instrumentos de proteção, a promulgação da Lei n.º 9.279/1996 representou um ponto de inflexão decisivo. Ao alinhar o Brasil ao Acordo TRIPs, a nova Lei de Propriedade Industrial encerrou um ciclo de autonomia baseado na ausência de patentes e instituiu um ambiente regulado por direitos de exclusividade. A legislação impôs um novo padrão de atuação, exigindo que uma indústria já pressionada pela abertura comercial migrasse de estratégias baseadas na reprodução e adaptação para um paradigma orientado à inovação própria.

A nova legislação também incorporou dispositivos que ampliaram o alcance da proteção patentária no país. O chamado sistema de *pipeline* foi a face mais controversa dessa transição, ao permitir a validação de patentes estrangeiras sem que o corpo técnico brasileiro pudesse realizar exames detalhados sobre o que estava sendo protegido. Somado a isso, o Artigo 40 da nova legislação trouxe uma armadilha temporal. Ao estabelecer o prazo de 20 anos para as patentes de invenção, a lei incluiu um parágrafo único que garantia um fôlego mínimo de 10 anos de exclusividade a partir da concessão. Na prática, o dispositivo compensava a demora administrativa do Estado. “Ao prever em seu artigo 230 a possibilidade da revalidação de patente estrangeira no Brasil (*pipeline*), a Lei n.º 9.279-96 atentou contra o princípio insculpido no inciso XXXVI do artigo 5.º da Constituição, já que uma série de inventos que, sob a égide da legislação revogada, encontravam-se em domínio público passaram a ser objeto de proteção intelectual, fato que representa violação ao direito adquirido dos nacionais anteriormente consolidado”, destacou o Dr. Denis Borges Barbosa em seu parecer intitulado “Inconstitucionalidade das patentes *pipeline*”, publicado em 2009.

A abertura desse regime jurídico gerou um efeito imediato: o aumento do volume de depósitos de patentes, que rapidamente sobrecarregou a estrutura de análise do INPI. Sobre esse cenário, Marcos Oliveira observa que a adoção do regime TRIPs ocorreu sem o correspondente fortalecimento institucional. Segundo ele, o governo “nada fez para dotar o INPI de competência para análise de patentes de produtos químicos, nem investimento em infraestrutura para fazer face à avalanche de pedidos de patentes farmacêuticas que viriam, e vieram. Nos anos 90, o INPI teve oito presidentes!”. Nesse ambiente de pressões e mudanças, a atuação da ABIFINA consolidou-se como uma das vozes técnicas mais consistentes no debate, articulando-se com outras entidades na defesa do uso do conhecimento e na preservação de margens de autonomia tecnológica, em posição crítica à ampliação da proteção patentária para além dos compromissos internacionais.

O resultado desse processo evidenciou as assimetrias de forças no contexto internacional. A legislação que emergiu das negociações não apenas cumpriu o acordo multilateral, mas incorporou exigências que extrapolavam seus termos, reduzindo a margem de manobra da indústria nacional. Ainda assim, a mobilização de entidades como a ABIFINA contribuiu para que o texto final incluísse salvaguardas essenciais, como a licença compulsória, assegurando ao Estado a possibilidade de intervir em situações de interesse público, especialmente na área da saúde. Esse protagonismo se manteve após a promulgação da lei, quando, a partir de 1996, a entidade passou a integrar a CEB (Coalizão Empresarial Brasileira), iniciativa da CNI para articular o setor produtivo nas negociações internacionais, reunindo diferentes segmentos em torno de uma agenda comum e ampliando a capacidade de atuação em um cenário global mais integrado.

A VIRADA DOS GENÉRICOS

O final dos anos 1990 trouxe novas pressões ao setor, marcado pelas crises na Ásia e na Rússia, que pressionaram as reservas brasileiras e culminaram na desvalorização do Real. Com a abertura comercial consolidada, tornou-se mais vantajoso importar medicamentos e insumos do que os produzir localmente, o que desestimulou a produção de farmoquímicos e levou a indústria farmacêutica nacional a depender de cerca de 90% de IFAs importados. Nesse contexto, sob a presidência de Leodônio Francisco Schroeder, eleito em 1997, e com a atuação de vice-presidências como as de Nelson Brasil de Oliveira, Kurt Politzer e Marcos Oliveira, a ABIFINA reorganizou suas bases entorno de uma diretriz central: a inovação tecnológica como instrumento de soberania.

Esse movimento ganhou força em 1998, quando a associação intensificou sua atuação técnica junto ao governo, contribuindo para a formulação de políticas públicas baseadas em dados. A entidade colaborou com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) na atualização da CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas), etapa fundamental para viabilizar a primeira Pintec (Pesquisa de Inovação Tecnológica), capaz de mapear a estrutura da inovação no país, e atuou também na ampliação do FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), apoiando a criação dos fundos setoriais que impulsionariam o desenvolvimento científico.

Em 1999, com a sanção da Lei n.º 9.787, o país passou a contar com a política de medicamentos genéricos, que reduziu preços e introduziu os conceitos de biodisponibilidade e bioequivalência, exigindo que a indústria comprovasse cientificamente a equivalência terapêutica em relação aos medicamentos de referência. Para dar suporte e rigor a essa nova realidade, no mesmo ano surgia a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), estabelecendo uma vigilância sanitária moderna que passava a monitorar desde a pureza dos fármacos até a segurança dos agroquímicos. Como relembra Marcia Martini Bueno, que atuou na Anvisa entre 2000 e 2006 e há 20 anos trabalha na Libbs Farmacêutica, “antes da Anvisa, o registro de medicamentos no Brasil era essencialmente teórico, sem a exigência de realização de estudos *in vivo* e *in vitro*. A agência trouxe conceitos e conhecimentos que, até então, estavam restritos à academia”. Mais do que normatizar, a nova agência teve também um papel formador, contribuindo para estruturar capacidades técnicas no país e aproximar o Brasil das melhores práticas internacionais — “a regulação moldou o nosso parque farmacêutico industrial”, sintetiza Bueno.

Em meio a esse ambiente, a Lei dos Genéricos não apenas democratizou o acesso à saúde para milhões de brasileiros, mas também devolveu o fôlego à indústria nacional, criando um mercado que permitiu o reinvestimento em pesquisa. “No final da

década, duas mudanças positivas: o Governo aprovou legislações regulando licenças compulsórias para uso governamental e regras para a comercialização de produtos farmacêuticos genéricos. Essas legislações fortaleceram economicamente as empresas nacionais que puderam aumentar seus investimentos em pesquisa”, recorda Marcos Oliveira.

Nesse cenário, a ABIFINA passou a defender que regulação e inovação caminhassem juntas para garantir a viabilidade do setor. A entidade ajudou a fundar a Protec (Sociedade Pró-Inovação Tecnológica), uma organização voltada à articulação entre setor produtivo, governo e instituições de pesquisa, criada com o propósito de promover políticas públicas de incentivo à inovação e fortalecer a competitividade da indústria nacional, fortalecendo a articulação política em torno do desenvolvimento econômico e do apoio à produção local de genéricos. A entidade contou com a liderança de Roberto Nicolsky, que atuou como diretor-superintendente e teve papel central na formulação e defesa da agenda de inovação no país, contribuindo para a consolidação do marco legal da área. Esse movimento marcou o início de um ciclo de fortalecimento institucional na ABIFINA com a gestão de Luiz Cezar Auvray Guedes, iniciada naquele ano, ao lado de nomes como Leodônio Francisco Schroeder, Kurt Politzer, Nelson Brasil de Oliveira, Fernando de Castro Marques, Marcos Oliveira e João Alexandre Viegas.



Em 1999, a lei dos genéricos mudou o acesso à saúde no Brasil: mais qualidade e medicamentos ao alcance de todos. Imagem: Wilfredor/CC BY-SA 4.0.

biolab
& CO.

biolab
FARMACÉUTICA

Avert
BIOLAB SAÚDE ANIMAL

biolab
GENÉRICOS

AVERT FARMA

exzell
PHARMA

Pet Nutrition

VIVA A EVOLUÇÃO



Ciência, inovação e saúde conectadas por um mesmo propósito.

A Biolab & Co. nasce dessa premissa, expandindo nossa presença no Brasil e no mundo através de investimentos consistentes em pesquisa e desenvolvimento.

Criando soluções de real impacto para a sociedade.

Ultrapassamos fronteiras porque a evolução contínua faz parte da nossa essência.

ACESSE O
NOSSO SITE



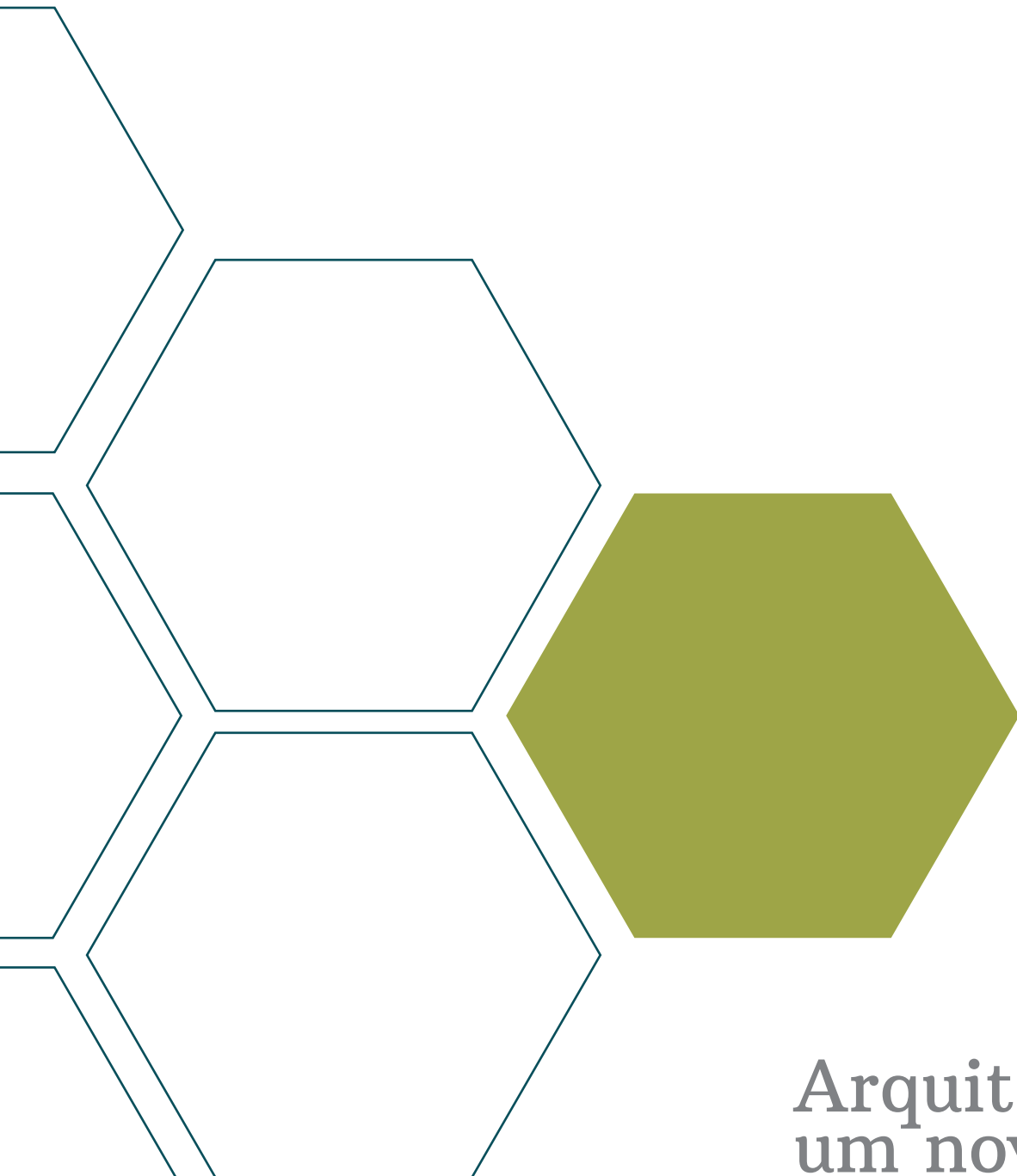


3

CAPÍTULO

3

Arquitetura de
um novo ciclo



A virada do milênio marcou a entrada do Brasil em um período de maior estabilidade macroeconômica, após a superação da hiperinflação e a consolidação das reformas da década anterior. Nesse contexto, o desafio passou a envolver a construção de instrumentos capazes de sustentar a produção nacional, estimular a inovação e ampliar a inserção internacional. Esse movimento ganhou concretude com a divulgação dos primeiros dados da Pintec (Pesquisa de Inovação Tecnológica), que revelaram um quadro de baixa intensidade inovativa no país: entre cerca de 70 mil empresas analisadas, apenas 31,5% haviam introduzido algum tipo de inovação, 6,3% lançavam novos produtos e a maioria concentrava seus esforços na aquisição de máquinas e equipamentos.

Essa baixa densidade tecnológica também se refletia no capital humano. Com pouco mais de 41 mil pessoas dedicadas à pesquisa e desenvolvimento — muitas em jornadas parciais —, a base produtiva nacional evidenciava um descompasso frente aos padrões globais. O diagnóstico apontava uma indústria robusta em escala, mas tímida na geração de conhecimento próprio. Ao mesmo tempo, o contexto internacional avançava em direção oposta, com o fortalecimento dos regimes de propriedade intelectual no âmbito da OMC, ampliando a proteção ao conhecimento e definindo novos limites de acesso às tecnologias, o que, para setores intensivos como o farmacêutico e o de química fina, aumentava o risco de aprofundar a dependência externa.

Foi sob essa tensão que a Conferência Ministerial de Doha, em 2001, marcou um ponto de virada ao reafirmar que as regras de patentes não deveriam se sobrepor ao direito à saúde pública.

Para o Brasil — e para a atuação da ABIFINA —, isso abriu um espaço legítimo de ação, no qual o acesso a medicamentos e o uso da licença compulsória passaram a integrar uma estratégia nacional de desenvolvimento. Como observa Claudia Chamas, “a partir da Declaração de Doha, consolidou-se no plano internacional o entendimento de que o sistema de propriedade intelectual deve ser interpretado de modo compatível com as necessidades de saúde pública, legitimando o uso das flexibilidades de TRIPS. O Brasil teve papel relevante nesse processo, na arena multilateral e em políticas domésticas, afirmando uma abordagem que busca equilibrar incentivos à inovação com o direito à saúde”.

Esse reposicionamento no cenário internacional encontrava eco direto na condução institucional da própria ABIFINA. À frente dessa atuação, a entidade seguia sob a liderança de Luiz Cesar Auvray Guedes, cuja gestão, reconduzida em 2001, atravessava os primeiros anos daquele decênio em diálogo permanente com esse novo ambiente global. Ao seu lado, um corpo de vice-presidências experiente — formado por Nelson Brasil de Oliveira, Fernando de Castro Marques, Kurt Politzer, Leodonio Francisco Schroeder, Marcos Oliveira e João Alexandre Viegas — refletia a diversidade e a densidade técnica necessárias para sustentar uma agenda cada vez mais complexa.

Essa sinergia entre o setor público e a indústria era personificada pela presença de instituições como Bio-Manguinhos no cotidiano da entidade. Akira Homma destaca que o laboratório público, ao buscar parcerias com a iniciativa privada para atender ao SUS, sempre viu na ABIFINA um canal fundamental de representação e construção

conjunta: “Desde o início dos anos 2000, [Bio-Manguinhos] é membro da ABIFINA, com participação de lideranças como Nelson Brasil, no Conselho Político e Estratégico, e Marcos Oliveira, ex-vice-presidente da entidade e diretor de Bio-Manguinhos entre 1999 e 2001. A ABIFINA também atua em eventos e debates do setor, contribuindo para a defesa dos interesses dos laboratórios nacionais de IFAs, química fina e medicamentos”, reforça Homma.

Contudo, naquele período, as negociações da ALCA surgiam como um contraponto desafiador, com a pressão norte-americana buscando impor as chamadas cláusulas “TRIPS-plus”. As regras propostas visavam estender patentes e restringir dados de testes

clínicos, o que retardaria a entrada de genéricos e inviabilizaria a produção local de insumos. Diante disso, a ABIFINA adotou uma tática de resistência ativa nas mesas internacionais. Dante Alario Jr. lembra que a postura precisava ser firme para evitar que a indústria nacional fosse prejudicada no processo de negociação: “Naquela época, se você sentasse à mesa de negociação — como nas reuniões da ALCA — aceitando tudo, era engolido sem piedade. Por isso, nossa posição era estratégica. Eu entrava com uma postura mais rígida, dando o ‘murro na mesa’ e dizendo não às patentes, para que o Nelson Brasil pudesse, logo em seguida, vir com uma postura mais mansa, costurando o acordo possível por trás”.



Conferência Ministerial de Doha realizada entre os dias 9 e 13 de novembro de 2001. Imagem: © WTO.

UMA NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL NO HORIZONTE

Em 2003, inaugurou-se um diálogo renovado entre o Estado e a produção nacional, marcando a retomada da articulação com o setor produtivo sob a convicção de que a reconstrução da indústria era central para o desenvolvimento. Nesse contexto de recomposição institucional e fortalecimento do papel do Estado, surgiu o FCCPF (Fórum de Competitividade da Cadeia Produtiva Farmacêutica), que reuniu governo e setor para pensar o futuro. Coordenado pelos ministérios do Desenvolvimento e da Saúde, o Fórum consolidou-se como um espaço estratégico ao integrar política industrial, regulação sanitária e financiamento tecnológico. O desafio era enfrentar uma cadeia ainda fragilizada: a dependência externa de insumos farmacêuticos já ultrapassava 90% em muitos segmentos, enquanto o déficit comercial do complexo químico e farmacêutico crescia de forma consistente. Ao explicitar esses gargalos, o Fórum introduziu uma abordagem sistêmica inédita na condução das políticas para o setor.

Nesse processo, a ABIFINA assumiu um papel de liderança técnica e política, transformando décadas de resistência em propostas para fortalecer a produção local de insumos e reativar a farmaquímica nacional. Essa atuação foi percebida por quem acompanhava o processo de dentro do Estado, como recorda Pedro Lins Palmeira, então chefe do Defarma (Departamento de Produtos para Saúde), do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), e atual membro do Conselho Consultivo da ABIFINA: “Quando o governo brasileiro voltou a ter uma política industrial ativa, o então presidente do BNDES, professor Carlos Lessa, desejava ter uma caixinha segregada que atuasse especificamente com a indústria de saúde e eu fui escolhido para começar a estruturar a ação do BNDES na indústria de saúde. Como nós partimos do zero, não existia uma estratégia definida para estruturar projetos dentro da área. Aí começamos a interação bastante forte com a ABIFINA”.

Enquanto o Fórum reabria um canal estruturado de diálogo entre o setor produtivo e o governo, a criação da PITCE (Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior), em 2004, consolidou esse movimento como estratégia de Estado, com foco em setores estratégicos — como fármacos, medicamentos e biotecnologia — e na elevação do conteúdo tecnológico da produção para reduzir a vulnerabilidade externa. Nesse contexto, a ABIFINA refinou sua atuação, tornando-se mais propositiva ao defender instrumentos como a subvenção econômica para reduzir riscos da inovação, o financiamento de longo prazo e o uso estratégico das compras públicas de saúde, especialmente o poder de aquisição do SUS, como alavanca para fortalecer a indústria nacional e retomar a produção local de insumos, em uma agenda que integrava política industrial, inovação e acesso à saúde.

A consolidação desse novo ciclo passou pelo fortalecimento da base jurídica, materializado na Lei n.º 10.973, de 2004, a Lei de Inovação, que estruturou um arcabouço para aproximar universidades e empresas e permitir ao Estado compartilhar o risco tecnológico com o setor privado. Ao instituir instrumentos como a subvenção econômica, a atuação de pesquisadores públicos em projetos empresariais e as encomendas tecnológicas — que autorizam o Estado a atuar como primeiro cliente —, a legislação viabilizou projetos antes inacessíveis e reduziu incertezas típicas de setores como a química fina. Mais do que um conjunto de mecanismos, a lei consolidou a inovação como missão de Estado, vinculando o avanço científico à autonomia tecnológica. Nesse processo, a ABIFINA contribuiu para o debate e a defesa de instrumentos de apoio à inovação.

ESTRUTURA, ARTICULAÇÃO E INOVAÇÃO

Às portas de completar duas décadas de história, em 2005, a ABIFINA inaugurou sua nova sede no Rio de Janeiro, em um evento que simbolizou a maturidade de sua trajetória. A nova estrutura — modernizada com o apoio direto das empresas associadas — tornava-se o alicerce físico necessário para sustentar as complexas agendas de inovação e soberania exigidas pelo novo ciclo industrial. Esse espírito de união foi personificado por lideranças como o presidente Luiz Guedes, que apresentou a renovação como um chamado ao compromisso da base, e Luiz Barone, da Milenia Agro Ciências, responsável pela doação de todos os equipamentos multimídia para a sala de reuniões.

No centro da celebração, o vice-presidente Nelson Brasil resgatou o papel protagonista da associação no desenho da nova política industrial e nos intensos embates internacionais sobre propriedade intelectual. Ao projetar o futuro sob essa nova infraestrutura técnica e política, ele sintetizou o sentimento de quem via a resistência se transformar em estrutura de Estado. Para Nelson, a nova sede era o marco de consolidação institucional. O compromisso com a fabricação local e o avanço tecnológico do setor estabeleciam-se como alicerces de uma fase mais robusta e profissional da associação.



Presidente Luiz Guedes em discurso na inauguração da nova sede em 2005.



Nelson Brasil junto aos colaboradores da ABIFINA na abertura da nova casa.

A dimensão desse momento também foi capturada nas palavras do empresário Alberto Mansur, que associou a nova etapa da entidade a uma tradição mais ampla de construção industrial no país: “É uma honra para nós termos colaborado na construção da nova fase da ABIFINA, dentro dos mesmos princípios que nortearam a industrialização química do país [...] caracterizados pela determinação, organização, disciplina e compromissos com a nação”. Ao evocar essa herança, Mansur projetava a associação como espaço de convergência de esforços empresariais e técnicos, capaz de planejar, antecipar desafios e articular, de forma integrada, os diversos segmentos da química fina. Em sua visão, tratava-se não apenas de consolidar uma trajetória, mas de inaugurar uma fase voltada à articulação estratégica do setor, capaz de sustentar o avanço tecnológico e a agregação de valor no país.

Com a nova sede em operação, a ABIFINA intensificou sua atuação nas agendas institucionais de 2005, participando ativamente de seminários e missões que testavam a efetividade da política industrial. Em espaços como eventos da Finep sobre subvenção e encontros da Protec, a entidade levou sua contribuição técnica para discutir a transformação do apoio estatal em inovação concreta, estendendo essa atuação à Anvisa, onde buscou alinhar exigências regulatórias à qualificação da indústria. Ao mesmo tempo, avançou no domínio da informação estratégica ao criar, em parceria com a Protec e no âmbito do IPD-Farma, o CIPI-qf (Centro de Informação para a Inovação na Empresa), uma unidade dedicada a monitorar patentes e transformar dados técnicos em inteligência para o setor. Com ferramentas como o boletim “Alerta Patentes” e apoio em pedidos e prospecção tecnológica, o centro contribuiu para reduzir a assimetria informacional e permitir que as empresas planejassem com maior segurança jurídica.

Essa missão de traduzir o hermético universo da propriedade intelectual para o dia a dia das fábricas é resgatada por Marcos Oliveira, à época coordenador do CIPI-qf e do Comitê de Propriedade Intelectual da entidade, que recorda como ela assumiu o papel de orientação em um terreno ainda árido: “Apesar de sua importância, as leis e práticas relativas à propriedade intelectual eram pouco conhecidas fora do círculo especializado [...]. Para amenizar esta situação, a ABIFINA montou um programa de difusão do conhecimento sobre o sistema. Inicialmente, operamos o ‘Alerta Patentes’, difundindo informações sobre todos os pedidos depositados no INPI visando produtos e processos químicos das áreas de atividade das empresas filiadas. Posteriormente, criamos um curso de introdução ao sistema de patentes, com duração de dois dias. O curso foi ministrado por especialistas da entidade e especialistas contratados nas instalações de empresas e associações interessadas, em diferentes estados do Brasil”.

No final de 2005, a sanção da Lei n.º 11.196, a Lei do Bem, consolidou um dos principais instrumentos de estímulo à inovação empresarial no país, ao permitir que o risco tecnológico fosse compartilhado com o Estado por meio de incentivos fiscais diretos. A legislação autorizou a dedução de até 160% — podendo chegar a 180% — dos gastos com P&D no IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica) e na CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), além de prever depreciação acelerada de equipamentos e redução de 50% do IPI na aquisição de máquinas voltadas à inovação. A construção desse marco contou com a participação técnica da ABIFINA, que acompanhou a tramitação e atuou como instância consultiva, contribuindo para que os incentivos fossem efetivos do ponto de vista empresarial, com parte relevante de suas propostas incorporadas ao texto final.



NA MARCA DOS 20 ANOS

Se 2005 foi marcado pela criação de instrumentos, o ano seguinte trouxe a cobrança por resultados. Em reflexão publicada na época, Nelson Brasil sintetizou o sentimento predominante no setor: embora o país tivesse avançado na estabilização macroeconômica e na formulação de políticas industriais, a implementação prática ainda avançava com dificuldades. Medidas estratégicas — como o uso do poder de compra do Estado para estimular a produção local, o fortalecimento do financiamento à inovação e a correção de distorções tributárias que favoreciam importações — esbarravam em resistências institucionais e entraves burocráticos. Ao mesmo tempo, gargalos estruturais persistiam, como o contingenciamento de recursos do FNDCT, as limitações operacionais do INPI e a dificuldade de acesso mais amplo aos incentivos da Lei do Bem.

Naquele ano, Luiz Cesar Auvray Guedes foi reconduzido à presidência da ABIFINA, garantindo a estabilidade necessária para consolidar as agendas que vinham sendo construídas. Ao seu lado, a estrutura diretiva foi reorganizada de forma a espelhar a crescente necessidade de maior articulação entre política industrial, inovação e produção: Nelson Brasil de Oliveira assumia a 1ª vice-presidência, enquanto Marcos Oliveira ficava à frente da área de Estudos e Planejamento. A representação dos diferentes segmentos da química fina ganhava contornos mais definidos, com Kurt Politzer no segmento químico, Dante Alario Jr. no farmacêutico, Carlos Alberto Studart no agroquímico e Alberto Ramy Mansur no farmoquímico.



Equipe do CIPI-qf, em 2005.

A ABIFINA ampliou sua presença nos principais fóruns de decisão, fortalecendo sua atuação institucional. A autorização de novos quadros no INPI, fruto de articulação da entidade, indicou avanços na área de propriedade industrial. Com isso, a associação expandiu seu alcance, levando a defesa da produção nacional à Anvisa, ao Congresso e a coalizões empresariais, além de intensificar o diálogo com ABDI (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial) e MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços) sobre o uso do poder de compra do Estado. A Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos reforçou essa agenda, enquanto a ABIFINA também se estruturava internamente e ampliava sua atuação em fóruns nacionais e internacionais.

O ano também marcou os 20 anos da ABIFINA. Foi nesse contexto que a entidade reformulou sua comunicação, substituindo o antigo boletim pela revista FACTO. No editorial de estreia, Nelson Brasil deixou claro que a mudança de nome não era casual. “FACTO porque, sem abrir mão do direito de opinar, a ABIFINA manterá firme o compromisso de se apoiar nos fatos. FACTO porque, sem invocar uma pretensa neutralidade, esta publicação estará sempre pronta a acolher a pluralidade de pontos de vista que cerca os fatos políticos e econômicos, buscando entender os interesses em jogo e contribuir para a formulação de uma política industrial que dê força ao Brasil”, destacou no texto. Ao reivindicar os “fatos” como ponto de partida, a publicação assumia o compromisso de expor temas sensíveis daquele período, como o risco de desabastecimento do programa de HIV/Aids devido à fragilidade da base produtiva nacional e à ausência de uma política consistente de compras públicas.

Esse movimento de aproximar o debate da realidade setorial ganhou um novo horizonte com a criação do SIPID (Seminário Internacional Patentes, Inovação e Desenvolvimento). “O passo seguinte das atividades do CIPI-qf foi a organização de seminários internacionais sobre propriedade intelectual, o SIPID, o primeiro dos quais foi realizado no Rio de Janeiro, em 2006. O objetivo era conhecer e divulgar as políticas e estratégias adotadas por outros países, desenvolvidos e em desenvolvimento, na arena da proteção patentária”, recorda Marcos Oliveira. Lançado pela ABIFINA como um fórum de reflexão estratégica, o encontro reuniu autoridades e especialistas sob uma premissa clara, sintetizada

FACTO

ABIFINA

ANO I • JUN/JUL • 2006 • Nº 1

Publicação da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades



Capa da primeira edição da revista FACTO, lançada em 2006.



pelo embaixador Samuel Pinheiro Guimarães: o desenvolvimento não se resume ao crescimento econômico, mas exige uma transformação estrutural ancorada na inovação. Ao posicionar a propriedade intelectual no centro da mesa, o seminário deixava evidente que o tema havia se tornado uma variável decisiva da política industrial brasileira, conectando interesses produtivos, capacidade tecnológica e autonomia nacional.

Ao longo das discussões, essa agenda ganhou densidade com contribuições que ajudaram a iluminar suas múltiplas camadas. O professor Denis Borges Barbosa, do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Propriedade Intelectual da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) chamou atenção para o caráter histórico e pendular do sistema de patentes, marcado por ciclos de maior ou menor abertura conforme os interesses de desenvolvimento dos países, enquanto o jurista Jerome Reichman, professor da Faculdade de Direito da Duke University (EUA), expôs o uso recorrente — e seletivo — de instrumentos como o licenciamento compulsório nos Estados Unidos, desmontando a ideia de que tais mecanismos seriam exceções no cenário internacional.

Esse mosaico de visões foi tensionado, ainda, por contribuições nacionais que aproximaram o debate da realidade brasileira. Newton Silveira, diretor do IBPI (Instituto Brasileiro de Propriedade Intelectual), e Cícero Gontijo, professor da FGV (Fundação Getúlio Vargas) na área de Acordos Internacionais de Comércio, destacaram os entraves práticos ao uso dos instrumentos previstos na legislação. Na interface com a saúde pública, Cristina Possas, então coordenadora da Área de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Programa Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde, evidenciou as dificuldades concretas enfrentadas pelo programa. Já Roberto Jaguaribe, então presidente do INPI, defendeu uma abordagem pragmática, articulando política industrial e propriedade intelectual para extrair benefícios de um sistema global assimétrico.

Realizado em parceria com a Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), o seminário consolidou a propriedade intelectual como uma agenda de centralidade estratégica, unindo governo, indústria e academia em um diálogo inédito. “Realizamos um seminário internacional sobre propriedade industrial tendo especialistas estrangeiros como palestrantes. O seminário foi

um sucesso e desde então vem sendo realizado, estando hoje em sua décima sexta edição”, destaca Marcos Oliveira. Dessa efervescência nasceu, ainda naquele ano, o GAJ (Grupo de Apoio Jurídico) — a tradução concreta das discussões amadurecidas no fórum. Criado para intervir no campo judicial, o GAJ permitiu que a entidade atuasse como *amicus curiae* (amigo da corte) em casos estratégicos, oferecendo subsídios técnicos e reforçando a posição do INPI em disputas sensíveis sobre patente.

Sob a coordenação do Dr. Pedro Barbosa, consultor jurídico da ABIFINA, e com o suporte de especialistas como Vânia Lindoso, ex-chefe do contencioso do INPI, o grupo qualificou o debate ao inserir variáveis econômicas e sociais nas decisões judiciais. Essa intervenção foi decisiva para equilibrar um sistema pressionado por interesses divergentes, consolidando uma frente capaz de influenciar os desfechos reais da propriedade industrial no país. “A ABIFINA trouxe aos juízos uma noção dos aspectos socioeconômicos: qual era a droga, quanto custava, se havia um monopólio fático ou não. Muitos dos medicamentos protegidos por patente não têm sequer equivalentes”, destacou Vânia Lindoso em relato no livro de 30 anos da ABIFINA. Assim, o ciclo iniciado no SIPID encontrava sua tradução prática, unindo a reflexão estratégica à incidência direta nos tribunais.

Naquele ano, esse acúmulo de articulações encontrou expressão concreta em um marco decisório no âmbito das compras públicas de medicamentos, quando Farmanguinhos adotou, com apoio da ABIFINA, o modelo de contratação da fabricação local de antirretrovirais como alternativa às licitações internacionais. A medida representou uma mudança relevante nas práticas então vigentes, ao priorizar critérios de qualidade, rastreabilidade produtiva e fortalecimento da base industrial nacional. Em meio às contestações judiciais movidas por importadores, a decisão foi sustentada no entendimento de que o poder público pode, quando necessário, condicionar suas aquisições à produção local como forma de assegurar a integridade do processo produtivo e o padrão do medicamento fornecido ao sistema público de saúde. “A exigência de rastreabilidade não é apenas um critério técnico, mas um instrumento de garantia sanitária e de fortalecimento da capacidade produtiva do país”, sintetizou Nelson Brasil em editorial da revista FACTO anos depois.





Criado em 2006, o SIPID consolidou-se como um fórum estratégico de debate sobre propriedade intelectual, inovação e desenvolvimento, aproximando indústria, governo e academia em torno dos desafios da soberania tecnológica e industrial brasileira.

AÇÃO E PROTAGONISMO

Em 2007, embora a agenda da ABIFINA dialogasse com o lançamento do PAC e a necessidade de transformar diagnósticos em ações, foi no campo das compras públicas e do abastecimento do SUS que esse debate ganhou maior concretude. Diante dos gargalos gerados por um modelo centrado no menor preço, consolidou-se a percepção de que o poder de compra do Estado deveria ser utilizado como instrumento de política industrial e de soberania sanitária. Nesse contexto, em maio daquele ano, o governo federal editou o Decreto n.º 6.108, concedendo o licenciamento compulsório do efavirenz por interesse público, após tentativas frustradas de negociação por redução de preços e produção local. Como observou Nelson Brasil à época, tratava-se de uma decisão tomada “sem estardalhaços”, mas que representava “uma cabal demonstração de soberania nacional e, ao mesmo tempo, de respeito às leis, aos acordos internacionais e aos superiores interesses nacionais”.

A decisão apoiava-se em uma construção institucional na qual a ABIFINA defendeu, desde a Lei de Propriedade Industrial, as flexibilidades do acordo TRIPS — como a suspensão da exclusividade em situações de interesse público. Desfazia-se, assim, a leitura simplista de “quebra de patentes”, termo combatido por Nelson Brasil ao lembrar que o instrumento, usado globalmente, apenas reequilibrava direitos sem eliminá-los. Afirmava-se que soberania e regras internacionais devem caminhar juntas. “Houve um mal-entendido histórico sobre nossa posição quanto às patentes: a ABIFINA nunca foi ‘contra’ a patente por princípio, era uma questão negocial”, destaca Dante Alario Jr.

A implementação da medida evidenciou a densidade dessa estratégia. Sob a liderança do Ministério da Saúde, estruturou-se uma operação interinstitucional com articulação técnica e diplomática. No plano produtivo, formou-se uma parceria público-privada: Farmanguinhos assumiu a formulação, enquanto a produção do princípio ativo ficou a cargo de um consórcio de

empresas nacionais, como Nortec, Cristália e Globe Química. Como destacou Nelson Brasil, criou-se uma “banca examinadora” e um “mutirão tecnológico e produtivo”, mobilizando capacidades locais para atender às exigências de produção, o que viabilizou a internalização de conhecimento e a redução de custos.

No plano institucional, 2007 teve um momento emblemático com a realização do II SIPID, em julho, quando as tensões e aprendizados do setor ganharam um espaço qualificado de debate. O encontro reuniu especialistas nacionais e estrangeiros em torno de uma questão central: o sistema de patentes deveria priorizar a segurança jurídica dos titulares ou o desenvolvimento e o interesse público? Ao longo das discussões, consolidou-se a percepção de que o Brasil havia, em certos momentos, restringido sua própria margem de ação ao adotar padrões mais rígidos que os exigidos internacionalmente. Ganhou força o entendimento de que as flexibilidades do TRIPS são instrumentos legítimos de política pública, como demonstravam experiências de países como a Índia, ao mesmo tempo em que crescia a preocupação com a ampliação do escopo das patentes, especialmente no setor farmacêutico, e seus impactos sobre concorrência, inovação e acesso a medicamentos.

Se o ano havia sido marcado, na prática, pela experiência do licenciamento compulsório do efavirenz, o SIPID funcionou como seu espelho conceitual. O debate sobre acesso a medicamentos, transparência de custos, qualidade das patentes e limites da harmonização internacional reforçou a ideia de que propriedade intelectual não é um fim em si mesma, mas um instrumento a ser calibrado conforme os objetivos de desenvolvimento de cada país. Ao reunir governo, academia, setor produtivo e especialistas internacionais, o evento consolidou uma importante mudança: a passagem de uma postura reativa para uma atuação mais propositiva e estratégica.



De reuniões de Conselho, do GAJ (Grupo de Apoio Jurídico) a eventos institucionais, cada encontro refletia o compromisso coletivo com o fortalecimento do Complexo da Indústria da Química Fina com a capacidade produtiva brasileira.



4

CAPÍTULO



4

Da base industrial ao
florescer da biodiversidade



O ano de 2008 começou sob uma aparente continuidade, mas nos bastidores da indústria e do governo já se desenhava um novo ciclo. A política industrial dos anos anteriores ganhava corpo e, logo nos primeiros meses, a estruturação do GECIS (Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde) marcou essa transformação. Coordenado pelo Ministério da Saúde, o grupo nasceu como uma instância de articulação interministerial para alinhar regulação, produção e inovação. Ao fortalecer o uso do poder de compra do Estado e a preferência pela fabricação nacional, o GECIS criou a previsibilidade necessária para investimentos, dando maior coerência ao desenvolvimento do CEIS (Complexo Econômico-Industrial da Saúde). Nesse processo, a ABIFINA teve participação direta ao integrar o Fórum Permanente de Articulação com a Sociedade Civil, acompanhando desde o início as discussões estratégicas do setor.

Esse movimento ganhou escala em maio de 2008 com o lançamento da PDP (Política de Desenvolvimento Produtivo), que consolidou uma nova etapa iniciada com a PITCE ao articular financiamento, inovação e comércio exterior sob o lema “inovar e investir para sustentar o crescimento”. Com participação de instituições como BNDES, Finep e MDIC, a política reafirmou o complexo industrial da saúde como setor estratégico, estabelecendo metas de

ampliação de investimentos, inserção internacional e estímulo ao P&D. A engrenagem ganhou precisão com a Portaria MS n.º 978, que definiu produtos estratégicos para o SUS, e a Portaria Interministerial n.º 128, que orientou sua aquisição, criando maior previsibilidade para a produção nacional. O ciclo foi ampliado com o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (Portaria n.º 2.960), que reforçou o uso da biodiversidade como eixo de inovação e desenvolvimento.

A construção dessa agenda carregava a marca da ABIFINA, que há anos defendia a produção local e o uso estratégico das compras públicas como alavancas da competitividade. Como destacou Luiz Antonio Elias, então no BNDES, a entidade teve papel relevante ao aproximar o país de práticas adotadas em economias desenvolvidas, nas quais Estado e setor produtivo atuam de forma integrada no investimento em P&D, reforçando que não há soberania sem inserção qualificada nas redes globais de inovação. Nesse ambiente, a cooperação internacional ganhou novo sentido, como na parceria com Moçambique para a instalação de uma fábrica de antirretrovirais sob a liderança de Farmanguinhos e Fiocruz, enquanto avanços em vacinas e acordos de transferência de tecnologia indicavam maior alinhamento aos padrões internacionais.

CONDUÇÃO RENOVADA, DESAFIOS AMPLIADOS

Essa fase de expansão também se refletiu na condução institucional da ABIFINA. Em abril de 2008, a entidade iniciou um novo ciclo com a posse do Conselho para o biênio 2008–2010, marcando a transição da presidência de Luiz Cesar Auvray Guedes para Luiz Claudio Barone. Na cerimônia, que reuniu lideranças do governo e da indústria, Guedes encerrou sua gestão destacando o papel coletivo na consolidação da entidade: “Temos convicção de que as reivindicações do setor são legítimas e devem ser defendidas na sua profundidade”. Ao assumir, Barone sinalizou continuidade com ajustes de foco diante de um cenário em transformação, enfatizando o desafio de alinhar tempos distintos entre Estado e

setor produtivo: “O governo trabalha numa velocidade e nós em outra. Mas cabe ao setor fazer com que esses momentos se encontrem”, reforçando a ABIFINA como ponte entre as esferas institucionais e a importância da coesão interna para sustentar sua atuação. Esse protagonismo se traduzia em uma atuação ampla e articulada, na qual a ABIFINA transitava entre a diplomacia comercial e a regulação técnica. No plano internacional, participava ativamente dos debates do cenário pós-Doha e das articulações no Mercosul, acompanhando os rumos da inserção brasileira no comércio global. Ao mesmo tempo, atuava junto ao Ministério da Saúde em temas como a desoneração de insumos



Luiz Claudio Barone assume a presidência da ABIFINA para o biênio 2008–2010.

para antirretrovirais — com o efavirenz em destaque —, além de contribuir para iniciativas estruturantes, como a rede de inovação do Sibratec (Sistema Brasileiro de Tecnologia) e a criação de novos laboratórios analíticos. Essa presença também se refletia em missões empresariais voltadas à transferência de tecnologia e em fóruns de biotecnologia, nos quais defendia a construção de marcos regulatórios mais claros.

O III SIPID, realizado no Rio de Janeiro naquele ano, marcou a maturidade de um debate que já não se satisfazia com fórmulas prontas, deslocando-se para o equilíbrio sensível entre a proteção de patentes e a livre concorrência. Com a participação de representantes do Mercosul, o encontro refletiu a posição de

países em desenvolvimento contrários à ampliação excessiva do *enforcement* tecnológico, defendendo que a inovação respeitasse as especificidades de cada nação. Essa discussão ganhou desdobramento concreto em dezembro, quando o GIPI (Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual) decidiu, em consonância com as posições defendidas pela ABIFINA, rejeitar o patenteamento de polimorfos e segundos usos farmacêuticos — uma decisão que alinhou o INPI à política industrial e reforçou o papel das patentes no desenvolvimento.

Essa articulação também se estendia ao campo dos agroquímicos, onde a ABIFINA refinava sua interlocução com o governo para equilibrar as reavaliações regulatórias da Anvisa, ocupando espaços como a Câmara Temática de Insumos Agropecuários e acompanhando o comércio exterior e a regulação internacional. Em paralelo, mantinha atuação crítica junto à ABDI (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial), apontando limites da política industrial na redução da dependência externa. No Complexo Industrial da Saúde, consolidava-se como elo entre BNDES, Fiocruz e Ministério da Saúde, fortalecendo parcerias público-privadas, enquanto ampliava sua presença institucional ao atuar como *amicus curiae* no STF em debates sobre patentes *pipeline* e ao monitorar regulações internacionais, como o REACH europeu, além de participar de fóruns globais como a CPhI Worldwide.

O encerramento de 2009 reuniu reflexão estratégica e avanço regulatório. Em novembro, o IV SIPID, em Brasília, consolidou o debate sobre o equilíbrio entre inovação e acesso como princípio estruturante. Esse fôlego político encontrou ressonância imediata na esfera regulatória com a publicação da RDC n.º 57 e da IN n.º 15, marcos da Anvisa que tornaram obrigatório o registro de IFAs (insumos farmacêuticos ativos) no país. Ao instituir esse novo patamar de controle e rastreabilidade, o governo — amparado pela expertise técnica da ABIFINA — não apenas elevou o padrão de segurança sanitária, mas selou o compromisso de alinhar a indústria nacional às mais exigentes práticas internacionais, transformando a transparência em um ativo de soberania.

INDÚSTRIA, ESTADO E AFIRMAÇÃO PRODUTIVA

Na virada para 2010, o Brasil vivia um paradoxo em que a estabilidade macroeconômica coexistia com a perda de densidade da indústria de alta tecnologia. O câmbio valorizado e os juros elevados atuavam como entraves ao investimento, favorecendo importados e refletindo-se na queda da participação industrial no PIB, no encolhimento dos superávits comerciais e na ampliação dos déficits em inovação. Na química fina, o cenário era de equilíbrio instável entre demanda interna aquecida e dificuldades para sustentar a base tecnológica, marcada por entraves regulatórios, distorções em licitações e incertezas quanto a financiamento e proteção de patentes. Esse quadro evidenciava uma perda gradual de competitividade que exigia coordenação e uma agenda alinhada ao fortalecimento industrial e tecnológico do país.

A ABIFINA iniciou 2010 voltada a transformar diagnósticos em ação, mobilizando seus comitês em um planejamento estratégico

que incluía a defesa da propriedade intelectual e a valorização da biodiversidade e dos fitoterápicos como vetores de inovação. Essa atuação se desdobrava em frentes como audiências na Anvisa, articulação de fundos de biotecnologia e discussões sobre revisões tarifárias, acompanhada internamente por uma reorganização institucional com a reforma do estatuto e o aprimoramento da gestão. O movimento ganhou forma na diretoria eleita para o biênio 2010–2012, sob a presidência de Jean Daniel Peter, com estrutura que integrava coordenação estratégica e representação setorial em áreas como biodiversidade, regulação e propriedade intelectual. Nesse contexto, foram reforçadas diretrizes de política industrial como o uso do poder de compra do Estado e a isonomia regulatória, alinhadas a iniciativas como a MP n.º 495 e ao avanço de investimentos e parcerias por parte das empresas.



Nova diretoria da ABIFINA é eleita, com Jean Daniel Peter na presidência.

O ano de 2011 começou com um anúncio que projetava o Brasil na fronteira da saúde global. Em janeiro, Bio-Manguinhos firmou parceria com o Fraunhofer Center e a iBio Inc. para desenvolver uma vacina contra a febre amarela baseada em plataforma vegetal, com proteínas recombinantes produzidas em plantas, sinalizando a maturidade de um ecossistema capaz de converter conhecimento científico em capacidade produtiva. No mesmo período, a ABIFINA celebrava 25 anos no Museu de Arte Moderna, no Rio de Janeiro, sob a presidência de Jean Daniel Peter, destacando a articulação entre setores público e privado. Em sintonia com o lançamento do Plano Brasil Maior, essa convergência se refletiu em uma vitória no STJ, em conjunto com outras entidades, que garantiu o registro de genéricos do escitalopram, reforçando o acesso à saúde e o avanço das parcerias de desenvolvimento produtivo.

A chegada de Ogari Pacheco, fundador do Cristália, à presidência da ABIFINA no biênio 2012–2014 marcou a consolidação de uma liderança voltada a aproximar ciência e indústria. À frente da entidade, ele buscou dar mais efetividade ao Plano Brasil Maior, priorizando o adensamento da cadeia produtiva, o estímulo a insumos nacionais e a desburocratização da Anvisa, com a articulação institucional como eixo central. Como o próprio dirigente sintetiza: “após consolidar a farmoquímica e a biotecnologia, fui desafiado a assumir a presidência da ABIFINA, onde cumpri três mandatos. Essa experiência foi positiva em dois sentidos: deu maior visibilidade ao nosso trabalho e me permitiu levar conceitos próprios para a entidade. Isso proporcionou à associação a chance de crescer, atrair mais associados e tornar-se ainda mais respeitada no cenário nacional”. Sua atuação reforçava a ideia de que a autonomia tecnológica dependia tanto da capacidade produtiva quanto de um ambiente regulatório que favorecesse a inovação, sustentado pela cooperação entre setor público e privado.

Em 2012, esse esforço encontrou um cenário simbólico na Rio+20, no qual a ABIFINA contribuiu para qualificar o debate entre inovação e sustentabilidade, defendendo a necessidade de marcos regulatórios estáveis e políticas de fomento capazes de conciliar desenvolvimento econômico e preservação ambiental. No mesmo período, a sanção da Lei n.º 12.715 fortaleceu o Complexo Industrial da Saúde ao instituir bases legais para as PDPs, permitindo a dispensa de licitação em projetos de transferência tecnológica e transformando a contratação direta em um instrumento estratégico de Estado, ao dar ao setor privado o respaldo necessário para assumir riscos em troca do acesso ao mercado público e da internalização de conhecimento. Esse ambiente favoreceu iniciativas como a parceria entre Bio-Manguinhos/Fiocruz e a GSK para a produção da vacina contra varicela, ampliando o acesso pelo SUS e evidenciando o potencial do novo marco regulatório em impulsionar inovação e saúde pública.



Uma nova diretoria da ABIFINA é eleita e Dr. Ogari Pacheco torna-se seu novo presidente, iniciando uma das gestões mais longevas da história da entidade.

Entre 2012 e 2013, a ABIFINA se consolidou como articuladora de uma retomada industrial voltada a enfrentar a dependência externa. Em fóruns como o ENIFarMed, impulsionou debates sobre biofármacos e parcerias público-privadas, enquanto, em Brasília, atuava nas discussões do Novo Marco Legal da Biodiversidade. Ao questionar os limites da antiga Medida Provisória n.º 2.186, aproximou indústria e governo na construção de propostas que transformassem o patrimônio genético brasileiro e compromissos internacionais em vetores de inovação, conectando a riqueza natural do país a uma base de química fina mais soberana. Nesse mesmo período, o parque fabril avançava com apoio das PDPs e de um processo de verticalização, com empresas nacionais ampliando plantas e investindo em rotas de síntese para moléculas complexas, em uma estratégia orientada à redução da dependência externa e ao fortalecimento da capacidade produtiva doméstica. Um exemplo emblemático dessa maturação foi a internalização do pramipexol, para o tratamento de Parkinson, fruto de um esforço articulado entre Farmanguinhos/Fiocruz, Boehringer Ingelheim e a Nortec Química.

Outra experiência emblemática desse movimento teve início em 2012, com a parceria entre a Libbs Farmacêutica e Farmanguinhos/Fiocruz para a produção do imunossupressor tacrolimo. O acordo previa a transferência de tecnologia e o fornecimento do insumo farmacêutico ativo, permitindo o domínio da cadeia produtiva no país e gerando economia relevante ao sistema público. Inserida na estratégia de fortalecimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde, a iniciativa expressava a lógica das PDPs ao articular competências públicas e privadas em torno da autonomia produtiva. Como recorda Marcia Martini Bueno, da Libbs, “identificamos uma oportunidade de ingresso em uma PDP porque já contávamos com uma formulação em desenvolvimento e com uma planta de fermentação em nossa unidade de fármacos — etapa essencial

para a produção do IFA do tacrolimo”. Segundo ela, a experiência ampliou a compreensão sobre a complexidade dessa cadeia produtiva e reforçou a importância da integração entre os diferentes atores, em um processo contínuo, no qual desafios vêm sendo superados com dedicação, comprometimento e parcerias.

Em meados de 2013, a ABIFINA elevou o tom ao entregar um diagnóstico sobre o descompasso entre o vigor farmacêutico e a fragilidade de sua base produtiva. Em meio ao alerta provocado pelo déficit comercial químico na agenda do governo federal, a entidade estruturou o Projeto de Desenvolvimento Industrial da Química Fina, concebido como um roteiro para a reconfiguração do setor. O estudo evidenciava uma dependência expressiva, com mais de 90% dos insumos estratégicos ainda importados. Para enfrentar esse cenário, a proposta articulava o uso das compras públicas, o aprimoramento dos marcos regulatórios e ajustes no regime de propriedade intelectual, com o objetivo de verticalizar cadeias produtivas e aproximar os segmentos farmaquímico e agroquímico, fortalecendo a construção de uma base industrial mais integrada e autônoma.

Essa visão estratégica de integração foi alimentada por levantamentos técnicos que se tornaram divisores de águas para o setor. Thais Clemente, da Ourofino Agrociência, destaca que a entidade foi o pilar para que a indústria de defensivos agrícolas compreendesse seu papel macroeconômico: “A ABIFINA faz parte da minha história profissional. Foi dentro da entidade que aprendi a real dimensão do que é defender os interesses e a competitividade da indústria nacional. Um marco desse trabalho foi o estudo gigantesco que realizamos com o BNDES entre 2011 e 2012 sobre a cadeia de defensivos agrícolas. Esse estudo é referência até hoje. Infelizmente, muitas das fragilidades que previmos naquela época — por falta de políticas públicas — estão acontecendo agora”.

Essa arquitetura de soberania, apresentada no Projeto de Desenvolvimento Industrial da Química Fina, era o reflexo de décadas de uma luta personificada por Nelson Brasil. Enquanto a ABIFINA enfrentava as urgências do presente, reservou o dia 21 de novembro para celebrar a trajetória do homem que, aos 85 anos, ainda emprestava à causa da indústria nacional a vitalidade de um jovem. Durante o evento, o presidente Ogari Pacheco sintetizou o respeito do setor ao entregar-lhe uma medalha de reconhecimento: “Hoje eu gostaria de ser Nelson Brasil... um homem destemido que carrega o país até no nome”. A homenagem na sede da Firjan não celebrava apenas o engenheiro egresso do CENPES (Centro de Pesquisas, Desenvolvimento e Inovação Leopoldo Américo Miguez de Mello) ou o ex-diretor da Carbonor, mas a voz que, desde os anos 1980, atravessou as negociações do GATT e as trincheiras contra a Alca para defender o chão de fábrica brasileiro.

Nelson seguia sendo o mestre que ensinou a gerações que o poder de compra do Estado e as encomendas tecnológicas eram as ferramentas reais para desatar o nó da dependência externa. Ao lado de sua companheira de vida, Marta Azambuja, ele reforçou ali que sua maratona pela ética e pelo desenvolvimento econômico nunca foi um esforço solitário, mas um projeto de união que permitiu à ABIFINA — e ao próprio Brasil — sonhar com um destino diferente. “Dr. Nelson sempre foi um líder brilhante, justo e correto. Sou muito grata pela oportunidade de trabalhar ao lado de um chefe dedicado às grandes causas nacionais, mas também a formar jovens profissionais para darem o melhor de si e vestirem a camisa, como ele sempre diz. Muito do que sou hoje aprendi com ele, que sabe ser firme, cobrando resultados, mas também sabe reconhecer um trabalho bem-feito, valorizando a sua equipe e colaboradores”, destacou à época a então gerente de administração e finanças da entidade, Claudia Craveiro.



Nelson Brasil é homenageado na ABIFINA em uma noite especial em 2013, quando comemorou 85 anos de vida; e mais de 20 anos de dedicação à entidade.





Reuniões de conselho, encontros com autoridades, cursos e eventos setoriais compuseram uma trajetória de articulação permanente da ABIFINA em defesa da produção e da inovação brasileiras.

O MARCO DA BIODIVERSIDADE

Em 2014, a recondução de Ogari Pacheco à presidência da ABIFINA deu continuidade ao esforço de consolidação da base industrial em um contexto de cautela política. À frente da entidade, ele preservou os avanços da década anterior, mantendo a inovação tecnológica como eixo estratégico e reforçando o foco em biotecnologia e pesquisa, com uma diretoria que articulava experiência política e rigor científico. Nesse período, a gestão também estruturou um programa de capacitação tecnológica aprovado pelo MCTI, voltado a orientar os associados em temas como propriedade intelectual e gestão da inovação. O ciclo formativo integrou teoria e prática e ampliou a capacidade da indústria nacional de transformar conhecimento em produção.

Aquele período revelou uma ABIFINA atuando como elo entre o rigor técnico e a articulação institucional. O diálogo se intensificou com a

nova presidência do INPI, em busca de soluções para os entraves da propriedade intelectual, enquanto a entidade acompanhava consultas da Anvisa sobre temas como intercambialidade e terceirização produtiva, além de contribuir na organização das pautas do setor e no acompanhamento de projetos estruturantes, como a transferência de tecnologia da vacina contra o HPV para o Instituto Butantan. Ao longo do ano, a agenda ganhou densidade em fóruns internacionais e no cenário doméstico, marcado pela consolidação das PDPs, avanços regulatórios e a tramitação do Marco Legal da Biodiversidade. Nesse contexto, a ABIFINA ampliava sua influência ao articular soluções que integravam regulação, ciência e desenvolvimento industrial, conectando temas como bioequivalência, nanotecnologia e propriedade intelectual à construção de capacidades produtivas no país.



Dr. Ogari Pacheco é reeleito presidente da ABIFINA para o biênio 2014–2016.



Em novembro de 2014, o SIPID chegou à sua quinta edição como um espaço de referência ao reunir indústria, academia e governo em um ambiente de diálogo e diagnóstico coletivo. O encontro buscou interpretar um cenário político em transição e reforçou a percepção de que a inovação em saúde dependia de convergência entre atores, mas ainda carecia de instrumentos que garantissem previsibilidade e horizonte de longo prazo. Os debates evidenciaram um paradoxo: enquanto o mercado de saúde se expandia, a base produtiva nacional, especialmente a farmoquímica, permanecia vulnerável à dependência de importações e à instabilidade regulatória. Nesse contexto, consolidou-se a compreensão de que o Estado precisaria atuar para além da regulação, assumindo papel indutor do desenvolvimento, com as PDPs surgindo como instrumento estratégico.

O ano de 2015 encontrou o Brasil em um cenário de forte desaceleração econômica, marcado por juros elevados, câmbio apreciado e perda de dinamismo industrial, fatores que ampliavam a dependência externa e a insegurança do ambiente de negócios. Nesse contexto, ganhou força a defesa de um pacto desenvolvimentista capaz de recolocar o investimento produtivo no centro da agenda econômica, com o Estado utilizando seu poder de compra e políticas de estímulo à inovação como instrumentos de indução. O desafio era estrutural: reconstruir a produtividade nacional em bases mais estáveis, reduzindo a vulnerabilidade frente às oscilações do capital financeiro e fortalecendo a capacidade industrial doméstica.

Apesar dos desafios econômicos do período, uma vitória: a sanção da Lei n.º 13.123, o novo Marco Legal da Biodiversidade, representou um avanço decisivo ao encerrar um longo período de insegurança jurídica que dificultava a pesquisa e o desenvolvimento

no país. Ao substituir exigências prévias por um sistema mais ágil de cadastro e ao estabelecer regras mais equilibradas para repartição de benefícios, a nova legislação criou condições mais favoráveis para que a biodiversidade brasileira fosse incorporada à inovação industrial. Nesse processo, a ABIFINA atuou como articuladora, contribuindo desde os debates técnicos, por meio de iniciativas como o Comitê Bio, até a construção de consensos institucionais que culminaram na Coalizão pela Biodiversidade, acompanhando a transição entre a formulação e a implementação do novo marco.

No final de 2015, em meio ao agravamento da crise econômica e à instabilidade do ambiente de investimentos, o VI SIPID, realizado na Firjan, reuniu representantes da indústria, do governo e da academia em torno do desafio de sustentar a inovação em um cenário adverso. O encontro refletiu a resiliência de um setor pressionado por ajustes fiscais e contingenciamentos, mas ainda orientado pela busca de autonomia tecnológica e pelo fortalecimento da base produtiva nacional. Mais uma vez, a química fina demonstrava seu papel estratégico, defendendo que, mesmo diante de restrições, o desenvolvimento de longo prazo dependia da continuidade de políticas voltadas à soberania industrial.

O debate sobre propriedade intelectual ganhava cada vez mais centralidade como instrumento estratégico, com o aumento de depósitos de patentes por empresas nacionais e a aproximação entre INPI e Anvisa sinalizando avanços institucionais, ainda que limitados por entraves como *backlog* (acúmulo de pedidos de patentes) e insegurança jurídica. No cenário internacional, acordos mais restritivos ampliavam as tensões entre inovação e acesso, enquanto, no plano doméstico, biossimilares avançavam sob políticas de incentivo e a produção de IFAs permanecia como ponto sensível.



Denis Barbosa

O LEGADO DE DENIS BARBOSA

Em abril de 2016, a ABIFINA foi impactada pela notícia do falecimento do Dr. Denis Borges Barbosa, jurista cuja atuação marcou profundamente o campo da propriedade intelectual no Brasil. Com formação acadêmica que transitava entre o país e instituições como a Columbia University, Denis construiu uma trajetória que unia rigor técnico e reflexão sobre o papel da propriedade intelectual no desenvolvimento nacional, atuando como professor, autor prolífico e consultor próximo da associação por muitos anos. Como sintetiza seu filho, o Dr. Pedro Borges Barbosa, consultor jurídico da ABIFINA, “Denis já tinha tido a oportunidade de viver o espírito público do serviço prestado com excelência pelo INPI [...] quando ingressou na iniciativa privada, levou consigo a visão publicista e desenvolvimentista que a Propriedade Intelectual deve ter para merecer a proteção constitucional”. Sua produção intelectual, amplamente citada em decisões judiciais e presente em diferentes instâncias do Judiciário, contribuiu para consolidar interpretações que articulam proteção ao conhecimento e interesse público, reforçando sua influência no debate institucional.

Além de sua atuação acadêmica e profissional, Denis se destacou pela generosidade na difusão do conhecimento e pela capacidade de formar gerações, mantendo uma presença ativa em tribunais, salas de aula e fóruns internacionais. Como destaca Pedro Borges Barbosa, “Denis escreveu dezenas de livros e centenas de artigos sobre propriedade intelectual e desenvolvimento nacional [...] tais textos permitem, diacronicamente, a formação de um raciocínio crítico aos leitores”, evidenciando a permanência de sua contribuição no tempo. Nesse espírito, a ABIFINA instituiu em 2016 o Prêmio Denis Borges Barbosa de Propriedade Intelectual e Interesse Público, como forma de reconhecer e perpetuar seu legado. Para sua família, conforme relata Pedro Barbosa, o reconhecimento carrega forte dimensão simbólica, sendo uma homenagem que dialoga com a própria visão de Denis sobre um direito voltado ao desenvolvimento e à circulação do conhecimento, mantendo vivo um pensamento que continua a orientar práticas e debates no campo da inovação.



O Prêmio Denis Borges Barbosa de Propriedade Intelectual e Interesse Público reconhece personalidades cuja trajetória contribui para o fortalecimento da propriedade intelectual como instrumento de inovação, desenvolvimento nacional e difusão do conhecimento, refletindo o legado de Denis Barbosa.



5

CAPÍTULO



5

Legado, ruptura e recomeço



No ano em que a ABIFINA alcançava seu trintenário, a palavra “crise” dominava as análises sobre o cenário nacional. Em editorial da revista FACTO, Nelson Brasil oferecia um diagnóstico que fugia das respostas imediatas: mais do que medidas pontuais, o país necessitava de um Projeto de Estado — uma arquitetura de políticas públicas de longo prazo, com metas claras, coordenação efetiva e capacidade de alinhar governo, setor produtivo e sociedade em torno de uma estratégia comum de desenvolvimento. Para ele, a recorrência das crises no Brasil não era casual, mas fruto da ausência histórica dessa visão estruturante. O desafio, portanto, não se limitava a reagir à conjuntura adversa, mas exigia romper o ciclo de avanços fragmentados e consolidar um projeto nacional capaz de sustentar, no tempo, a reindustrialização, a inovação e a soberania produtiva.

É sob esse horizonte que a atuação da ABIFINA ganhava ainda mais sentido. Ciente de seus ideais e propósitos, a entidade avançou naquele ano registrando momentos memoráveis, convicta de que, apesar do cenário adverso, a agenda estratégica não poderia ser interrompida. Um dos primeiros marcos foi a recondução de Ogari Pacheco à presidência, eleito por unanimidade para um terceiro mandato consecutivo. Sua posse inaugurava um novo plano estratégico, orientado pela diversificação tecnológica e pelo fortalecimento institucional. A proposta era ampliar a base de associados, qualificar o corpo técnico e criar novas fontes de receita, intensificando o apoio direto às empresas.



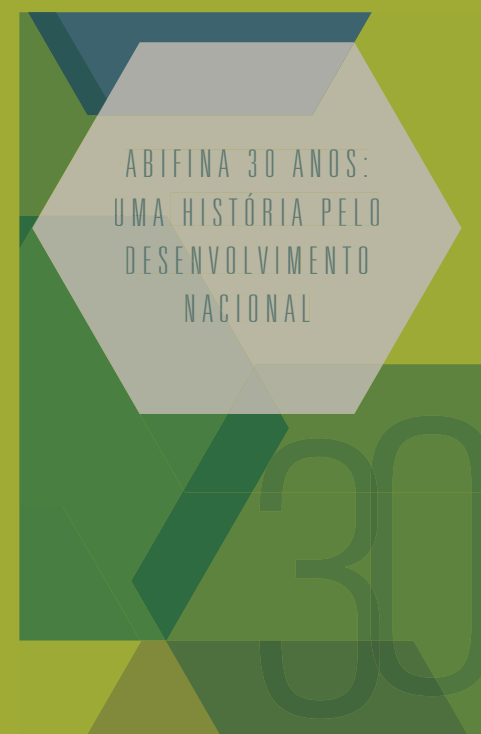
Dr. Ogari Pacheco é reconduzido à presidência da ABIFINA em 2016.

Enquanto projetava seus próximos passos, a ABIFINA celebrava sua trajetória ao completar três décadas em junho, revisitando uma história construída em paralelo à evolução da química fina e a momentos decisivos da vida nacional. Desde a Constituinte de 1988 até a consolidação da propriedade industrial e a estruturação do Complexo Industrial da Saúde, a entidade participou ativamente desses processos, contribuindo para caminhos orientados pela autonomia e pelo desenvolvimento do país. A celebração ocorreu no dia 17 daquele mês, no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, em um encontro de reconhecimento institucional. Na ocasião, o lançamento do livro “ABIFINA 30 anos: uma história pelo desenvolvimento nacional” registrou esse percurso, como resumiu Marcos Oliveira em matéria publicada sobre o tema na época: “Foi uma satisfação trabalhar no livro, porque ele nos leva de volta ao princípio, quando as coisas começaram a acontecer”.

O ano também marcou os 20 anos da LPI (Lei da Propriedade Industrial) no Brasil, tema central do VII SIPID, em meio a tensões entre a proteção do interesse público e interpretações mais amplas de patentes, no contexto de pressões associadas a cláusulas “TRIPs Plus”. No encontro de 20 de setembro, representantes do setor público e privado debateram esses desafios, com destaque para a análise do embaixador Celso Amorim sobre o multilateralismo e discussões sobre anuidência prévia e litigância. A edição também instituiu o 1º Prêmio Denis Barbosa de Propriedade Intelectual e Interesse Público, homenageando o jurista e reconhecendo a farmacêutica EMS, em uma premiação entregue por Pedro Marcos Barbosa que simbolizou o compromisso de articular propriedade intelectual, desenvolvimento industrial e acesso à saúde.

O período revelou avanços que evidenciavam a maturidade e a capacidade de renovação da ABIFINA. A criação do Comitê Nano ampliou a atuação ao reunir especialistas, empresas e governo em torno da nanotecnologia, enquanto o GAJ completava dez anos consolidado como espaço estratégico de interlocução com

o Judiciário. No mesmo movimento, a revista FACTO também celebrava uma década, reforçando o papel da comunicação na difusão dos debates do setor. Paralelamente, a entidade passou a integrar o CGen (Conselho Nacional do Patrimônio Genético), representada por Ana Claudia Oliveira, inserindo-se no núcleo de deliberação do marco da biodiversidade. Nesse contexto, a regulamentação da Lei n.º 13.123 e a implementação do SisGen (Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado) sinalizavam a transição para um sistema mais ágil de gestão do patrimônio genético, conectando regulação, pesquisa e inovação.



Lançamento do livro de 30 anos publicado pela ABIFINA em 2016.





Em comemoração aos seus 30 anos, a ABIFINA reuniu lideranças do setor em um evento no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, marcado pelo lançamento do livro "ABIFINA 30 anos: uma história pelo desenvolvimento nacional". Imagens: André e Ian Telles.

ALIADA EM TEMPOS DE TRANSIÇÃO

Em 2017, a indústria de química fina operava sob um novo contexto político, marcado pela transição de governo e por um ajuste fiscal que alterava a dinâmica das relações entre Estado e setor produtivo, com impactos na previsibilidade das parcerias e das compras públicas. Nesse cenário, a ABIFINA intensificou sua atuação em busca de maior segurança normativa, direcionando esforços para reduzir incertezas e sustentar o desenvolvimento do setor. Esse movimento se refletiu na agenda do Marco Legal da Biodiversidade, com destaque para a entrega, em agosto, do “Manual de Acesso ao Patrimônio Genético Brasileiro”, elaborado por Ana Claudia Oliveira e lançado no auditório da Finep. Ao traduzir a Lei n.º 13.123 em orientações práticas, o manual ampliou a clareza jurídica sobre o acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado, reforçando sua aplicação no ambiente de inovação industrial.

Em dezembro, a oitava edição do SIPID reuniu debates sobre o futuro do INPI e a proposta de enfrentar o *backlog* de patentes por meio de exame sumário, medida vista por alguns como solução pragmática, mas criticada pela ABIFINA e por vozes como a do desembargador André Fontes, que alertavam para o risco de insegurança jurídica. Realizado na Firjan, o encontro reforçou a percepção de que o fortalecimento estrutural da autarquia era o caminho mais consistente, em contraste com soluções pontuais, ecoando a crítica do Dr. Pedro Marcos Barbosa à fragilidade institucional do órgão. No mesmo período, a ABIFINA instituiu o Prêmio Alcebiades de Mendonça Athayde de Mérito Industrial, em homenagem ao fundador da Libbs, destacando valores como ética, investimento no país e independência tecnológica, e reforçando o compromisso com uma indústria nacional orientada por visão de longo prazo.

A ABIFINA iniciou 2018 conciliando a valorização de sua trajetória com novos desafios, em um contexto em que os biossimilares ganhavam centralidade como um campo de elevada complexidade científica e jurídica, exigindo estratégias mais sofisticadas diante das exigências de equivalência e das disputas em torno da propriedade intelectual. Nesse cenário, a entidade reforçou sua governança com a posse da diretoria para o biênio 2018–2020, com a recondução de Ogari Pacheco à presidência, símbolo de continuidade institucional. A entrada de Sergio José Frangioni como 1º vice-presidente acrescentou uma visão voltada à ampliação da articulação entre os agentes do setor e à inserção internacional, com ênfase em coordenação, qualidade e redução da dependência externa, mantendo a atenção à proteção da propriedade intelectual.



Pacheco segue como presidente da ABIFINA no biênio 2018–2020.



UM MARCO NO HORIZONTE

Em 2018, a ABIFINA atuou de forma vigilante em frentes regulatórias estratégicas, acompanhando, no âmbito da Anvisa, a construção do novo marco para IFAs. A entidade mobilizou o conhecimento técnico de suas associadas para contribuir com o aprimoramento das diretrizes do Dossiê de IFA (Difa) e da Carta de Adequação (Cadifa), buscando conciliar alinhamento aos padrões internacionais com agilidade operacional. Essa mesma orientação guiou sua participação no debate sobre a modernização do registro de agroquímicos, defendendo critérios objetivos e maior celeridade sem abrir mão da segurança sanitária. Internamente, também se fortaleceu com a criação do cargo de diretor-executivo, assumido por Antonio Carlos da Costa Bezerra, cuja experiência regulatória ampliou a capacidade de atuação e a presença institucional da entidade.

Em julho, a reunião do Conselho Administrativo da ABIFINA conferiu destaque a trajetórias relevantes para a saúde pública, com a entrega da 2ª edição do Prêmio Alcebiades Athayde a Akira Homma e a despedida de Jarbas Barbosa da presidência da Anvisa, em reconhecimento a uma gestão de projeção internacional. No mesmo período, o novo diretor-executivo, Antonio Carlos da Costa Bezerra, iniciou uma agenda ativa de articulação institucional, envolvendo temas como patentes na Anvisa e diálogo com o BNDES e entidades setoriais. Paralelamente, o IX SIPID reforçou a importância de um ecossistema de inovação baseado em segurança jurídica, eficiência do INPI e cooperação entre Estado, indústria e academia, consolidando a propriedade intelectual como instrumento de equilíbrio entre inovação e acesso.

Como resposta direta a esse anseio por clareza, a ABIFINA lançou, na época, o MAP (Monitoramento de Anuência Prévia).

Mais do que uma base de dados, o MAP surgiu como um guia estratégico para as associadas, acompanhando o complexo fluxo de patentes farmacêuticas entre a Anvisa e o INPI. Ao consolidar informações sobre *blockbusters* e subsídios técnicos, a ferramenta transformou o cipoal regulatório em inteligência de mercado, provendo às empresas a transparência necessária para navegar em um cenário no qual cada decisão de patente definia o futuro da produção nacional.

Sob a retomada de um paradigma liberal, com maior abertura comercial e recuo do Estado, a articulação setorial ganhou novo significado para a ABIFINA, que passou a enfatizar a soberania tecnológica como condição essencial diante do risco de exposição abrupta à concorrência global. Ao final de 2018, em meio à renovação dos Poderes, a entidade defendia a necessidade de um pacto nacional que posicionasse o setor produtivo no centro de uma estratégia de desenvolvimento soberano. Em 2019, esse diagnóstico foi aprofundado em editorial da revista FACTO, no qual Antonio Carlos Bezerra analisou os efeitos da desindustrialização, apontando a redução da participação da indústria para menos de 12% do PIB e a perda de protagonismo internacional. Embora reconhecesse iniciativas como a Reforma da Previdência como sinais de disciplina fiscal, o texto destacava que elas eram insuficientes para reverter a fragilidade produtiva, defendendo a necessidade de políticas públicas estruturantes capazes de reduzir o “Custo Brasil” e recompor o papel da indústria como eixo do desenvolvimento nacional.

Nesse cenário de busca por novos eixos de desenvolvimento, 2019 marcou um divisor de águas tecnológico com a aprovação, pela Anvisa, do primeiro biossimilar 100% nacional: a somatropina

No fim do ano, o novo marco de IFAs avançava para suas etapas

na duração de direitos, com efeitos diretos no SUS.



Ao longo desse período, o SIPID ampliou sua capacidade de articulação e debate, promovendo discussões estratégicas sobre inovação, regulação, propriedade intelectual e desenvolvimento da indústria nacional.



A TRAVESSIA DA PANDEMIA

O ano de 2020 irrompeu com a rápida disseminação do SARS-CoV-2, identificado no fim de 2019 em Wuhan e declarada a pandemia pela OMS em 11 de março. Em poucas semanas, o avanço global do vírus transformou um evento inicialmente localizado em uma crise de escala sistêmica, com milhões de casos e centenas de milhares de mortes já em abril. No Brasil, o primeiro registro em fevereiro marcou o início de uma curva de expansão acompanhada com apreensão, demonstrando impactos simultâneos sobre a saúde pública, as cadeias produtivas e a dinâmica da globalização, em um contexto no qual a capacidade de resposta dos sistemas nacionais passou a ser testada de forma inédita.

Nesse cenário emergencial, a indústria farmoquímica e farmacêutica foi colocada no centro dos esforços globais, mobilizada na busca por tratamentos e vacinas em uma verdadeira corrida contra o tempo, ainda cercada por incertezas científicas e limitações técnicas. Mais de quatro dezenas de projetos vacinais surgiam em paralelo, explorando desde tecnologias tradicionais até plataformas inéditas, como mRNA e DNA, todas ainda em estágios iniciais e distantes de uma aplicação imediata. Segundo Akira Homma, havia também outro desafio: “a sociedade precisava ter as vacinas o mais rapidamente possível”, mas, como ele observa, “os países mais desenvolvidos e ricos contrataram quatro a cinco vezes mais vacinas do que o necessário para seu país”. Nesse movimento, “eles contrataram as vacinas em desenvolvimento de várias vertentes tecnológicas, não deixando possibilidade para outros países contratarem as possíveis vacinas, sobretudo por países em desenvolvimento como o nosso, com menos recursos financeiros”.

No auge da incerteza, a propriedade intelectual passou a orientar decisões estratégicas na pandemia, com a ABIFINA cruzando o mapa global de patentes com a realidade brasileira para identificar oportunidades em moléculas e vacinas. Nesse contexto, o MPP (Monitoramento de Pedidos de Patentes) se consolidou como

ferramenta de inteligência, ampliando em 2020 sua atuação para áreas como saúde animal e, posteriormente, análises voltadas ao SUS, FDA, biossimilares e cannabis, ao transformar dados do INPI em subsídios estratégicos. Paralelamente, a dependência de insumos importados expôs fragilidades produtivas, enquanto a publicação, em 1º de abril de 2020, do novo marco regulatório de IFAs pela Anvisa, com a introdução do Difa e da Cadifa, representou um avanço relevante, alinhando o país às melhores práticas internacionais.

Aquele marco regulatório veio acompanhado de uma renovação institucional que priorizava a continuidade em um momento de exceção. No dia 31 de março, por videoconferência, a ABIFINA elegeu a diretoria para o biênio 2020–2022, reconduzindo Sergio Frangioni à presidência do Conselho Administrativo — posto que já ocupava em virtude do licenciamento de Ogari Pacheco. Sua permanência sinalizava estabilidade em meio à turbulência, ancorando a entidade em uma condução já testada pelo rigor dos fatos.

Mais do que uma recomposição de nomes, consolidava-se o legado de um ciclo particularmente produtivo. A gestão que se encerrava reuniu conquistas que fortaleceram a musculatura técnica e política da entidade, como a redução da alíquota de importação da ametrina no setor agroquímico e a atuação consistente como *amicus curiae* em disputas judiciais, contribuindo para conter distorções no sistema de patentes. Nesse mesmo percurso, iniciativas estruturantes como o MAP e o MPP transformaram o emaranhado regulatório em inteligência estratégica, enquanto a entidade também atuou no enfrentamento do *backlog* do INPI e na defesa das PDPs, compondo um conjunto de ações que sustentou a transição para o novo biênio e preparou a ABIFINA para responder, em tempo real, a uma crise sem precedentes.



1ª edição da revista FACTO em 2020 apresenta os desafios da pandemia nesse período.

Sob a pressão da pandemia e da desinformação, a ABIFINA denunciou à Anvisa fraudes digitais envolvendo supostas curas milagrosas, reforçando a vigilância sanitária e o enfrentamento de riscos à saúde pública. A atuação se ampliou em articulações contra fraudes de produtos naturais na internet, com presença em espaços como o CNCP (Conselho Nacional de Combate à Pirataria), ao Ministério da Justiça, e diálogo com entidades como a CNI. Em paralelo, a entidade avançou internamente ao instituir seu primeiro Código de Conduta Ética, ao mesmo tempo em que contribuiu para iniciativas estruturantes como o GT-Farma e a parceria com a Fiocruz, voltadas ao fortalecimento da produção nacional de IFAs e à redução da dependência externa.

O XI SIPID, realizado em formato virtual, evidenciou a capacidade de mobilização da ABIFINA em um contexto de exceção e se consolidou como um espaço de análise crítica sobre os impactos da extensão dos prazos patentários. Reunindo especialistas nacionais e internacionais, o seminário discutiu como mecanismos de proteção excessiva, como prorrogações automáticas previstas na legislação brasileira e instrumentos adotados em outras jurisdições, podiam elevar custos, retardar a entrada de genéricos e pressionar os sistemas de saúde. Com ampla participação, o encontro reforçou a compreensão de que os entraves não estavam na ausência de proteção à inovação, mas nos gargalos institucionais e no desalinhamento entre política industrial e interesse público.

Esse debate encontrou desfecho relevante em maio de 2021, quando o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional o parágrafo único do artigo 40 da Lei da Propriedade Industrial, encerrando a extensão automática do prazo de patentes. Atuando como *amicus curiae*, a ABIFINA contribuiu para a consolidação de uma interpretação orientada ao interesse público, à soberania nacional e ao acesso à saúde. Na sequência, o XII SIPID ampliou a discussão ao abordar temas como exclusividade de dados e

manutenção de monopólios, reiterando a necessidade de equilíbrio regulatório para proteger a inovação sem comprometer o acesso. Paralelamente, a entidade expandiu sua atuação institucional ao integrar o Fórum da Geração Ecológica no Senado e ao representar o segmento no Comitê Gestor da Farmacopeia Brasileira, além de lançar seu primeiro relatório de sustentabilidade, sinalizando a incorporação de práticas ambientais e de eficiência produtiva como parte de uma agenda estratégica mais ampla.

“O protagonismo da ABIFINA foi essencial em um embate que

durou 25 anos: a derrubada do parágrafo único do Artigo 40 da Lei de Propriedade Industrial. Embora o STF tenha batido o martelo em 2021, os argumentos que embasaram a Procuradoria-Geral da República foram construídos pela ABIFINA. Nenhuma outra entidade poderia ter esse protagonismo, pois muitas representam multinacionais que tinham interesse nessas extensões. A ABIFINA, sendo uma entidade de nacionais e laboratórios oficiais, teve a independência necessária para lutar até o fim pela volta da normalidade mundial, acelerando as PDPs e o acesso ao SUS”, destaca Odilon Costa.

ENTRE A HERANÇA E O HORIZONTE

A transição para o novo ciclo encontrou uma ABIFINA estruturada, que, entre 2020 e 2022, consolidou sua governança e influência em propriedade intelectual. Ao encerrar o período, Sergio Frangioni destacou o esforço coletivo: “nossas conquistas não seriam possíveis sem o esforço das gestões anteriores e do trabalho de gente como Dr. Nelson Brasil e Ogari Pacheco — são méritos também de uma equipe técnica capacitada e comprometida”. Sobre esse alicerce, iniciou-se a gestão 2022–2024 sob a presidência de Marcus Soalheiro, da Nortec Química. Em um cenário de incertezas globais, Soalheiro focou na soberania produtiva, ressaltando que “não é possível conduzir qualquer pauta sem enfrentarmos o tema da desindustrialização”. Em um mundo que redesenhava suas cadeias produtivas no pós-pandemia, a missão da ABIFINA

inseria-se em um debate maior sobre soberania, transformando conhecimento técnico em ação política.

Em 2022, o cenário global era marcado por instabilidades profundas, com a guerra entre Rússia e Ucrânia e os gargalos logísticos da pós-pandemia pressionando custos e cadeias de suprimento. Esse contexto de energia cara e escassez de insumos atingiu severamente a indústria brasileira, mas também abriu janelas de oportunidade para a realocação de plantas produtivas em economias emergentes. Diante desse quadro e da urgência do ano eleitoral no Brasil, a ABIFINA mobilizou-se para converter diagnósticos em proposições concretas, apresentando recomendações robustas voltadas ao fortalecimento do Complexo



Industrial da Química Fina, com foco central em produção local, inovação e sustentabilidade como eixos de soberania.

Nesse esforço de transformar leitura de cenário em orientação estratégica, a entidade lançou, em junho de 2022, o “Estudo Setorial sobre o Complexo da Química Fina no Brasil”, desenvolvido pela consultoria Gesner Oliveira. A iniciativa, como relembra Marcus Soalheiro, partiu da percepção de que a pandemia recolocou a soberania em saúde no centro do debate público: “Quando você escuta o cidadão comum, na rua, falar de IFA, você tem de colocar o assunto no holofote”. A partir desse diagnóstico, a ABIFINA patrocinou um estudo voltado a subsidiar medidas concretas para a retomada do setor e influenciar o debate eleitoral. O documento reafirmou a química fina como alicerce de uma política de desenvolvimento industrial, embasando a agenda apresentada a presidentiáveis e posteriormente ao governo eleito. Como destaca Soalheiro, o movimento se inseria em um processo mais amplo de reconstrução: “Estava claro que as palavras de ordem no país seriam reconstruir, retomar e fazer melhor”. Ao propor caminhos que integravam eficiência tributária, avanços tecnológicos e princípios ESG (*Environmental, Social, and Governance*), a ABIFINA posicionou o setor para enfrentar o “Custo Brasil” e reduzir a dependência externa em áreas vitais como saúde e agronegócio.

O ano ainda reservaria um momento de solene pausa. Em 23 de setembro, aos 93 anos, despedia-se Nelson Brasil de Oliveira, presidente de honra da entidade. Mais que uma liderança, Nelson foi um arquiteto de caminhos, cuja trajetória — da Petrobras ao topo da indústria — foi guiada pela convicção inabalável de que o desenvolvimento nacional exige bases produtivas sólidas. Voz decisiva em marcos como a Rodada Uruguai e a Lei de

Propriedade Industrial, ele equilibrou com maestria o rigor da proteção intelectual e o imperativo do interesse público. Sua marca, contudo, transcendeu cargos e títulos; residia na firmeza generosa e no profundo senso de propósito que, ainda hoje, ecoam no setor que ele ajudou a desbravar e moldar.

Sob a luz desse legado, o ambiente de transição após as eleições daquele ano abriu espaço para a reconstrução de uma política industrial mais consistente, capaz de integrar ciência, tecnologia, regulação e sustentabilidade. Nesse contexto, a ABIFINA apresentou sua Agenda Setorial e Temática como um roteiro estratégico voltado não apenas às urgências imediatas, mas ao redesenho das bases do desenvolvimento, defendendo a redução de vulnerabilidades externas e a conversão da capacidade científica em força industrial, em uma perspectiva de recomeço que não partia do zero, mas se apoiava em trajetórias já consolidadas para recolocar o país em uma rota de maior autonomia.

Nesse mesmo período, a defesa de um ambiente regulatório equilibrado se firmou como eixo central da atuação institucional. O XIII SIPID aprofundou o debate sobre as tensões entre extensão de patentes e acesso à saúde, confirmando como a ampliação de monopólios poderia encarecer sistemas e retardar a chegada de genéricos. Ao final de 2022, essa agenda se ampliou com iniciativas como o Movimento Consumo Seguro, parcerias com a Embrapii (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial) em bioeconomia, o lançamento do “Panorama Internacional Farmo” e a inserção em espaços como a Academia de Ciências Farmacêuticas, consolidando a articulação entre ciência, produção e institucionalidade, e confirmando a maturidade de um setor que avançava de forma mais integrada, resiliente e orientada ao futuro.

Nos 40 anos da ABIFINA,
a Nortec Química reafirma
sua posição de **liderança**
como a **maior fabricante**
de Insumos Farmacêuticos
Ativos (IFAs) da
América Latina.



Com atuação global e um portfólio de mais de 50 moléculas desenvolvidas com tecnologia própria, a empresa se destaca na produção de anestésicos locais e antirretrovirais, desempenhando um papel essencial na ampliação do acesso à saúde e no fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

Sua infraestrutura industrial de alta performance, aliada a investimentos contínuos em Pesquisa & Desenvolvimento, sustenta uma trajetória marcada pela inovação, excelência e responsabilidade.



INOVAÇÃO

Desenvolvemos IFAs com base em ciência, tecnologia e excelência em P&D, impulsionando soluções seguras, eficazes e sustentáveis para o futuro da saúde.



QUALIDADE

Processos rigorosos e certificações que garantem a excelência em cada etapa.



SUSTENTABILIDADE

Compromisso com práticas responsáveis e respeito ao meio ambiente.



RELACIONAMENTOS

Parcerias sólidas que geram confiança e resultados duradouros.

 NORTEC QUÍMICA

nortecquimica.com.br



6

CAPÍTULO



6

Quatro décadas de
articulação industrial e
novos caminhos produtivos

Em 2023, a reindustrialização deixou de ser apenas uma formulação retórica para se consolidar como uma urgência histórica. Não se tratava apenas de uma mudança de discurso, mas de uma resposta aos choques globais que expuseram a fragilidade das cadeias produtivas e a dependência brasileira de insumos estratégicos. À luz das lições da pandemia e das tensões geopolíticas recentes, o país se viu diante de uma escolha central: manter uma inserção periférica na dinâmica industrial ou recolocar a indústria como eixo de um projeto de Estado. Nesse contexto, a neoindustrialização passou a ganhar consistência como proposta de reconstrução do parque produtivo, aliada à incorporação de padrões tecnológicos e ambientais contemporâneos. Ficou claro que a química fina não poderia ficar à margem desse processo. Tratava-se de um setor estratégico para inovação, autonomia produtiva e resposta a demandas críticas, no centro do desafio de reduzir vulnerabilidades e sustentar o desenvolvimento de longo prazo.

Em março daquele ano, a ABIFINA levou ao Ministério da Saúde a proposta de retomada do GECEIS, concretizada em abril com o relançamento do colegiado em uma configuração que integrava a força do SUS à dimensão econômica da indústria. Em paralelo, a entidade aprofundou o diálogo com o Ministério da Ciência e Tecnologia, apresentando propostas para o fortalecimento dos insumos farmacêuticos e da produção nacional, em sintonia com a Rede Pró-IFA, além de retomar a interlocução com o BNDES, sinalizando a reativação de um importante instrumento de financiamento à inovação e ao comércio exterior. Esse movimento culminou, em maio, em um novo patamar de articulação, com a reunião entre o vice-presidente e ministro Geraldo Alckmin e representantes do Complexo Industrial da Química Fina, em agenda liderada pela ABIFINA, que consolidou a convergência entre produção local, compromisso socioambiental e inovação como eixos estruturantes da política industrial.

Ao longo do segundo semestre, esse movimento ganhou escala e visibilidade, com a reativação de espaços institucionais e o anúncio de instrumentos voltados à retomada do desenvolvimento. Em julho, após sete anos de paralisação, o CNDI (Conselho Nacional

de Desenvolvimento Industrial) voltou a se reunir no Palácio do Planalto, recolocando a política industrial no centro da agenda governamental. Ali, o discurso de uma nova industrialização vinha acompanhado da sinalização de investimentos e da ênfase no Complexo Econômico-Industrial da Saúde como eixo estratégico. No mês seguinte, o lançamento do novo PAC reforçou esse direcionamento ao prever aportes expressivos em infraestrutura e setores-chave, incluindo a saúde, nos quais se projetavam recursos voltados à ampliação da capacidade produtiva nacional de fármacos, vacinas e insumos.

A atuação da entidade se deu na densidade das agendas em disputa. Em fóruns técnicos e políticos, como o Gipi (Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual), cuja agenda foi intensificada naquele ano, a ABIFINA assumiu papel ativo na construção e coordenação de iniciativas da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual, ao mesmo tempo em que levava contribuições concretas sobre temas sensíveis ao setor. Em paralelo, manteve interlocução com diferentes áreas de governo, do Ministério da Saúde ao Itamaraty, defendendo o fortalecimento das PDPs, a nacionalização de insumos e cautela em acordos internacionais que pudessem restringir políticas públicas.

Naquele período, a ABIFINA lançou o Observatório de Ilegais, iniciativa que passou a organizar dados dispersos para oferecer um diagnóstico preciso sobre a pirataria no campo. A proposta deu voz aos números: apenas no primeiro semestre, identificou 210 toneladas de defensivos apreendidos, com o herbicida paraquate representando metade desse volume. O projeto gerou o informativo Monitoramento de Ilegais AgroVet, que semanalmente começou a trazer transparência aos riscos do mercado clandestino. Em paralelo, a entidade lançou seu 1º Relatório ESG da Química Fina, publicação que sistematizou ações, indicadores e iniciativas das associadas nos eixos ambiental, social e de governança, dando visibilidade às práticas já adotadas pelo setor e ampliando o debate sobre sustentabilidade, biodiversidade e responsabilidade corporativa na indústria.

No último quadrimestre de 2023, a ABIFINA articulou avanços regulatórios e difusão técnica. Em setembro, a Lei n.º 14.785 modernizou o marco dos defensivos agrícolas, enquanto o debate sobre conhecimento tradicional avançava no CGen (Conselho de Gestão do Patrimônio Genético). Iniciativas como o MPP DAY e o Sisgen DAY reforçaram sua atuação na Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual, com projeção internacional em fóruns como o Mercosul, a DNDi e a CPhI Worldwide. No país, a entidade manteve presença técnica em temas regulatórios e, em dezembro, o Seminário Internacional de IFAs consolidou parcerias e impulsionou a Coalizão Fitoterápicos. O ciclo foi coroado pela RDC n.º 831/2023 da Anvisa, que trouxe maior segurança jurídica

e alinhamento internacional às bulas de genéricos e similares.

No encerramento daquele ano, o XIV SIPID marcou o retorno presencial de governo, indústria e academia, estabelecido como espaço central de reflexão sobre a propriedade intelectual. O seminário destacou um dos principais pontos de tensão do setor: a judicialização crescente e as estratégias de extensão de patentes que, ao prolongarem monopólios, restringiam a concorrência e dificultavam o acesso a medicamentos. Especialistas apontaram que o uso recorrente do Judiciário pressionava o equilíbrio do Sistema Nacional de Patentes e impunha barreiras à entrada de novos agentes.



ABIFINA lança a primeira edição do Relatório ESG da Química Fina.

NOVA GESTÃO, NOVAS AGENDAS

Em março de 2024, a ABIFINA definiu as diretrizes de seu novo biênio ao renovar sua governança em Assembleia Geral Ordinária, equilibrando continuidade e renovação. Odilon Costa, da Cristália, assumiu a presidência do Conselho Administrativo, sucedendo Marcus Soalheiro, que passou à 1ª vice-presidência após conduzir a entidade em um período desafiador. A nova estrutura, ampliada com duas vice-presidências e novas lideranças, trouxe maior diversidade à diretoria sem perder a base de experiência acumulada. Ao assumir o cargo, Odilon destacou o compromisso com o fortalecimento institucional: “É com imenso orgulho e comprometimento que assumo a presidência do Conselho Administrativo da nossa estimada entidade [...] vejo esta posição como uma oportunidade de contribuir ainda mais para o crescimento não só da ABIFINA, mas da indústria de química fina como um todo”. Em sua gestão, a escuta ativa dos associados tornou-se eixo central, materializada em um levantamento de percepções que orientou as prioridades estratégicas, com destaque para a Nova Indústria Brasil (NIB) e o futuro das PDPs.



Odilon Costa assume a presidência da ABIFINA em 2024. Na foto, brinda o momento com Marcus Soalheiro, a quem sucedeu.

Lançada em janeiro de 2024, a NIB se consolidou como a principal diretriz de política industrial do governo federal até 2033, articulando desenvolvimento econômico, inovação e

financiamento público com protagonismo de instituições como BNDES, Finep e Embrapii. Para a química fina, a política trouxe um horizonte estratégico ao posicionar o Complexo da Saúde como missão central e estabelecer a nacionalização de medicamentos e IFAs como meta, em diálogo direto com as PDPs e com o adensamento tecnológico necessário para reduzir a dependência externa. Esse movimento ganhou densidade em junho, com a Portaria GM/MS n.º 4.472, que reorganizou o marco das PDPs ao incorporar aprendizados acumulados e novos desafios, como a transformação digital, ampliando o escopo para plataformas tecnológicas e soluções estratégicas ao SUS.

Em paralelo, a entidade acompanhou a criação do PDIL (Programa de Desenvolvimento e Inovação Local), instituído pela Portaria GM/MS n.º 4.473, concebido como um ecossistema de alianças entre instituições públicas, organizações sem fins lucrativos e *startups* para impulsionar soluções inovadoras em saúde. Ao mesmo tempo, manteve atuação ativa em agendas regulatórias, como a aprovação das diretrizes para a bula digital pela Anvisa, em julho, acompanhando a construção de um modelo voltado à ampliação do acesso à informação com garantia de direitos. Essa atuação foi complementada pela ampliação de sua inserção internacional, com a entrada no APIC (*Active Pharmaceutical Ingredient Committee*), fortalecendo a presença da indústria nacional nos debates globais sobre insumos farmacêuticos.

Essa vocação pela excelência também se estendeu ao campo da biodiversidade, com a participação no CNPMF (Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos), no qual a entidade passou a representar o setor na formulação de políticas voltadas ao uso sustentável da riqueza natural brasileira, reforçando a cadeia de fitoterápicos como eixo estratégico de desenvolvimento. No fim do ano, a ABIFINA promoveu a XV edição do SIPID, ampliando o debate para além da propriedade intelectual e incorporando os dilemas mais amplos da política industrial em curso. Em um contexto de retomada de instrumentos e expansão do financiamento público, o seminário colocou em perspectiva os desafios da NIB, destacando que sua efetividade dependeria menos do volume de recursos e mais da consistência na execução e da coerência das estratégias adotadas.

QUÍMICA FINA EM MOVIMENTO

Em 2025, a reorganização das cadeias globais deixou de ser tendência para se afirmar como realidade, redesenhando o comércio internacional e abrindo oportunidades estratégicas para o Brasil. A dependência de insumos farmacêuticos, antes um ponto de fragilidade, passou a impulsionar políticas voltadas à autonomia produtiva, com instrumentos como as PDPs, o PDIL e a NIB sinalizando mudanças no desempenho do setor. Ainda assim, o período permaneceu marcado por desafios, exigindo o equilíbrio entre regulação, inovação e segurança jurídica em um contexto de transição delicada. Foi nesse cenário que ganhou força um ciclo inédito de financiamento, sob o qual a química fina se transformou em um campo ativo de investimentos e novos projetos.

Na prática, esse conjunto de políticas passou a redesenhar a produção nacional de IFAs. A reconfiguração das PDPs, o avanço do PDIL e o impulso da NBI se materializaram na expansão de plantas e em investimentos em rotas tecnológicas mais sofisticadas. Para dimensionar esse movimento, a Fiocruz, em parceria com a ABIFINA e a Abiquifi, realizou o Terceiro Censo da Indústria Farmoquímica Brasileira, cujo diagnóstico revelou um cenário ambivalente: ao mesmo tempo em que apontava sinais consistentes de reativação e maior integração entre indústria, academia e Estado, evidenciava entraves persistentes, como a capacidade ociosa e a dependência de importações. Assim, embora o rumo da autonomia estivesse delineado, sua consolidação ainda demandava continuidade e ajustes regulatórios precisos.

Para cultivar esse ambiente de oportunidades e enfrentar os desafios do período, a ABIFINA renovou sua estrutura e visão estratégica. Em fevereiro, Andrey Vilas Boas de Freitas assumiu a

presidência executiva, trazendo experiência nas áreas regulatória e concorrencial, enquanto Eder Maffissoni passou a responder pela vice-presidência da Cadeia Química, reforçando o eixo industrial. Com a aprovação do Planejamento Estratégico 2025, em março, a entidade definiu como prioridades o fortalecimento de sua atuação em Brasília e a ampliação da produção nacional, consolidando uma agenda voltada a transformar a nova geopolítica em ganhos concretos de soberania para a indústria farmoquímica. “Retornei à ABIFINA recentemente como membro do Conselho Consultivo e minha percepção atual é de renovação. Vejo com muito bons olhos a estrutura de um CEO profissional, capaz de transitar tanto na interface econômica e industrial quanto na política. Esse formato de presidência executiva profissionalizada traz uma agilidade necessária para os tempos atuais. Estão trazendo ideias novas e oxigenando a estratégia, o que é vital para enfrentar os desafios de um setor que se torna cada vez mais complexo”, destaca Pedro Palmeira.



Andrey Vilas Boas de Freitas assume a presidência executiva da ABIFINA, dando um importante passo para consolidar a profissionalização da associação.

Em paralelo, a entidade aprofundou sua conexão com o setor produtivo, intensificando visitas a laboratórios e centros de inovação e fortalecendo uma rede de cooperação que se estendeu de eventos como a FCE Pharma ao Fórum Brasil-Índia. Esse movimento de escuta foi acompanhado por uma agenda técnica robusta, com capacitações *on-line* sobre temas estratégicos, como Sisgen, sistema PCT, *skinny label* e patentes biológicas. Complementando essa atuação, a ABIFINA lançou um estudo sobre mais de 1.500 patentes farmacêuticas com expiração até 2030, mapeando oportunidades produtivas e revelando a lógica dos “blocos de proteção” que retardavam a concorrência. Ao identificar cerca de mil produtos potencialmente fabricáveis, a iniciativa ofereceu ao setor um instrumento valioso de previsibilidade, permitindo antecipar investimentos e mitigar a dependência externa em um cenário ainda marcado por desafios estruturais.

A repercussão do estudo rapidamente ultrapassou o campo técnico e ganhou dimensão institucional. Desde seu lançamento, em maio, em diálogo com o MDIC, a iniciativa da ABIFINA desencadeou uma agenda intensa de interlocução, convertendo o diagnóstico em plataforma estratégica de cooperação. Ao circular por espaços como BNDES, Finep, INPI, Ministério da Saúde e o Judiciário, a entidade transformou informação em instrumento de articulação, atraindo a atenção de ministérios, agências de fomento e organismos internacionais. Nesse processo, o tema das patentes e da produção local passou a ocupar posição central em uma dinâmica colaborativa, alinhando agendas públicas e privadas em torno do fortalecimento da soberania nacional.

A XVI edição do SIPID marcou uma inflexão ao se dividir entre

Rio de Janeiro e Brasília, consolidando-se como espaço central de debate sobre a reindustrialização. Nos primeiros dias, o foco esteve na Nova Indústria Brasil e em entraves como a insegurança jurídica, reunindo governo, indústria e academia em uma análise direta dos desafios do setor. Em Brasília, o debate avançou para o campo jurídico, com destaque para temas como litigância em patentes, proteção de dados e o equilíbrio entre concorrência e inovação. O evento também evidenciou a evolução da ABIFINA na produção de inteligência, com estudos inéditos, como o mapeamento de patentes da biodiversidade e o uso de painéis interativos como ferramenta estratégica. Essa maturidade se refletiu na formalização de parcerias com Finep, INPI e a Prefeitura do Rio de Janeiro, fortalecendo o uso do conhecimento técnico na formulação de políticas e investimentos.

Ao final de 2025, os movimentos institucionais consolidaram os avanços construídos ao longo do ano. No Senado, a instalação da FPFARMA, com participação ativa da ABIFINA, trouxe a soberania produtiva e a segurança sanitária para o centro da agenda legislativa. No campo jurídico, o STJ reafirmou o limite de 20 anos de proteção ao negar a prorrogação da patente da semaglutida, decisão alinhada à tese da entidade e relevante para ampliar a previsibilidade e o espaço concorrencial no sistema de propriedade industrial. Em paralelo, a ABIFINA ampliou sua inserção internacional ao integrar o CEBC (Conselho Empresarial Brasil-China), aproximando-se de um dos principais polos globais da indústria química e farmacêutica. Esses marcos, em conjunto, indicaram um encerramento de ciclo no qual política, regulação e inserção externa passaram a atuar de forma mais coordenada, fortalecendo a indústria nacional diante das dinâmicas globais.



Em meio aos desafios da nova geopolítica industrial e da reconstrução produtiva nacional, a ABIFINA intensificou sua atuação em agendas estratégicas, ampliando parcerias, promovendo debates e fortalecendo sua contribuição para a química fina. Também celebrou seus 39 anos de trajetória dedicados ao desenvolvimento da indústria nacional.



A ABIFINA vem fortalecendo sua atuação por meio de parcerias estratégicas com entidades como SENAI, SESI, EMBRAPPII, ACFB, QUIFARMO, APIC, Fiocruz, Finep, INPI e Prefeitura do Rio. As cooperações impulsionam inovação, desenvolvimento tecnológico, pesquisa científica e competitividade para a indústria nacional.







ABIFINA & ACFB unem forças

Mais ciência, mais inovação,
mais Brasil!



ABIFINA 



ACADEMIA
DE CIÊNCIAS
FARMACÊUTICAS
DO BRASIL

BODAS DE ESMERALDA

Os primeiros meses de 2026 marcaram o início de um novo ciclo para a ABIFINA. Em 27 de março, durante Assembleia Geral Ordinária realizada em formato híbrido, foi eleita a nova composição dos órgãos de governança da entidade para o biênio 2026–2028, sob a presidência de Marcelo Mansur no Conselho Administrativo. Em um ano emblemático — no qual a ABIFINA completaria quatro décadas de atuação —, a renovação da liderança consolidou uma agenda voltada ao fortalecimento da indústria nacional, à ampliação da autonomia tecnológica e ao reposicionamento estratégico dos IFAs no centro das políticas industriais e sanitárias do país. Sustentada pelos avanços institucionais acumulados nos anos anteriores, a nova gestão iniciou seu mandato reforçando a interlocução com governo, órgãos reguladores e setores produtivos, em torno de temas estruturantes como soberania sanitária, inovação, competitividade e fortalecimento das cadeias produtivas estratégicas. “Temos uma pauta consistente e uma oportunidade importante de mobilização já nos próximos encontros. Precisamos engajar os associados, ampliar a participação e comunicar bem essa nova fase da ABIFINA”, destacou Mansur.

Logo surgiu o primeiro grande movimento institucional da nova gestão: a realização da 1ª edição do IFA Summit ABIFINA, promovida nos dias 7 e 8 de abril, na Inovateca do Parque Tecnológico da UFRJ, reunindo representantes da indústria, autoridades públicas e especialistas nacionais e internacionais para discutir os desafios e oportunidades da produção de IFAs no Brasil. Concebido como um espaço permanente de mobilização



Marcelo Mansur assume a presidência do Conselho Administrativo da ABIFINA no ano em que a entidade completa 40 anos de trajetória em prol do setor.



Realização da IFA Summit ABIFINA, em 2026.



e articulação estratégica — nos moldes das iniciativas contínuas desenvolvidas pela entidade em outras áreas —, o encontro evidenciou o entendimento de que o fortalecimento da base farmoquímica nacional depende da integração entre política industrial, regulação, inovação e sustentabilidade.

A agenda regulatória e técnica daquele ano avançou com a implementação de dois marcos históricos monitorados pela entidade: o novo marco regulatório de fitoterápicos da Anvisa e o novo modelo de precificação de medicamentos da CMED. Somados à atuação direta da ABIFINA na otimização de dossiês de IFAs e redução de passivos na agência, esses novos marcos regulatórios foram fundamentais para restabelecer a segurança jurídica, trazendo a previsibilidade necessária para atrair investimentos. Paralelamente, nos bastidores da normalização da ABNT — com normas futuras em ESG, nanotecnologia e suplementos —, bem como na atuação legislativa em frentes parlamentares de biodiversidade e cannabis medicinal, a entidade ampliou as fronteiras da indústria e reforçou que a autonomia tecnológica se constrói coletivamente.

A renovação da ABIFINA, no entanto, não se limita à recomposição de nomes, mas aponta para o aprofundamento de uma agenda estratégica voltada à soberania produtiva e tecnológica do país. Como observa Marcus Soalheiro: “A ABIFINA acaba de eleger uma nova diretoria, marcada pelo signo da renovação e de jovens, mas competentes, lideranças. Esta renovação traz mais energia ao encaminhamento das questões que são o core da entidade. Precisamos transformar as ações articuladas de política industrial em políticas de Estado”. Para ele, a trajetória da entidade segue sendo um ativo central na

construção de soluções duradouras para a indústria nacional.

Essa percepção é compartilhada por diferentes atores do setor. Para Claudia Chamas, a evolução recente reflete a maturidade institucional alcançada: “A ABIFINA desempenhou um papel relevante ao dar visibilidade a essas questões e ao promover o diálogo entre diferentes atores, contribuindo para a construção de uma agenda estratégica para o setor”. Segundo ela, essa agenda se sofisticou diante dos novos desafios ligados à biotecnologia, ao fortalecimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde e à inserção do Brasil em cadeias globais de maior valor agregado.

A defesa da soberania produtiva também aparece como eixo central nos depoimentos ligados à base industrial. Ogari Pacheco afirma: “A ABIFINA tem cumprido o seu papel histórico com excelência, mas deve seguir firme no estímulo das empresas brasileiras para seguirem essa trilha da autonomia”. Já Thais Clemente reforça que o fortalecimento da indústria nacional ultrapassa a dimensão econômica: “Nosso maior desafio sempre foi mostrar ao governo que ter uma indústria nacional não é apenas uma questão econômica, mas de soberania e segurança”.

Quatro décadas depois, a trajetória da ABIFINA se revela menos como uma sucessão de marcos isolados e mais como um processo contínuo de construção coletiva. Pedro Palmeira sintetiza esse sentimento ao recordar uma homenagem recebida da entidade: “Guardo no coração uma placa que recebi da ABIFINA. Essa plaquinha materializa uma trajetória de respeito e construção conjunta. É um prazer e um dever preservar essa memória”.

ABIFINA 40 ANOS: A MATURIDADE DE UM PROJETO DE NAÇÃO

Por Andrey Vilas Boas de Freitas
Presidente-executivo da ABIFINA

Assumir a presidência executiva da ABIFINA um ano antes da comemoração de seu quadragésimo aniversário é, acima de tudo, um exercício de responsabilidade com o tempo e com a história da indústria nacional. Quarenta anos não representam apenas uma efeméride cronológica; simbolizam a maturidade de uma instituição que se consolidou como o amálgama entre o rigor técnico, a defesa da soberania produtiva e o compromisso inabalável com o interesse público. Ao aceitar este desafio em 2025, fi-lo motivado pela convicção de que a ABIFINA é um espaço privilegiado para a construção de soluções institucionais que transcendem governos e se projetam como políticas de Estado.

Minha trajetória, construída na interface entre formulação e implementação de políticas públicas, regulação, defesa da concorrência e do consumidor, permitiu-me reconhecer na ABIFINA uma entidade singular. Encontrei uma instituição com histórico robusto, sustentada por uma equipe técnica altamente qualificada e por uma base associativa comprometida com temas centrais ao desenvolvimento nacional. Trata-se de uma casa que compreende a química fina não como um setor isolado, mas como um eixo estruturante da capacidade produtiva e tecnológica do país.

Celebramos essas quatro décadas, no entanto, em um contexto marcado por contradições persistentes. Se, por um lado, dispomos de competências científicas relevantes, infraestrutura acumulada e empresas com elevado potencial inovador, por outro ainda convivemos com elevada dependência externa, déficit comercial expressivo e subutilização de capacidades produtivas. Essas tensões refletem, em grande medida, os desafios mais amplos da indústria brasileira contemporânea.

Ao mesmo tempo, o momento atual abre uma janela de oportunidade que não pode ser negligenciada. A retomada da política industrial, em bases mais coordenadas e estruturadas, sinaliza uma revalorização do papel do Estado na indução do desenvolvimento. A Nova Indústria Brasil, ao articular investimentos públicos e privados, fortalecer instrumentos de financiamento e priorizar áreas estratégicas como saúde, biotecnologia e inovação, dialoga diretamente com uma agenda historicamente defendida pela ABIFINA. Iniciativas voltadas ao desenvolvimento de insumos farmacêuticos ativos, vacinas, biofármacos e novas tecnologias indicam um movimento consistente de reconstrução de capacidades nacionais. Esse processo, contudo, ainda demanda consolidação. A experiência recente mostra que o principal desafio não está apenas na formulação de políticas, mas em sua continuidade. Transformar iniciativas como a Nova Indústria Brasil em políticas de Estado exige previsibilidade, coordenação



interinstitucional, governança inclusiva e capacidade de gerar resultados concretos percebidos pela sociedade. Sem esses elementos, corre-se o risco de reproduzir ciclos de avanço e descontinuidade que historicamente marcaram a trajetória industrial brasileira.

As lições deixadas pela pandemia de COVID-19 e as atuais reconfigurações das cadeias globais de valor reforçam um diagnóstico já conhecido: a autonomia produtiva e tecnológica deixou de ser uma agenda setorial para se afirmar como uma necessidade estratégica. Nesse contexto, a química fina, a biotecnologia e os insumos estratégicos ocupam posição central. Fortalecer essas áreas implica não apenas ampliar a produção local, mas também estruturar cadeias produtivas mais resilientes, intensivas em conhecimento e articuladas com o sistema de inovação.

Minha gestão tem buscado transformar esse diagnóstico em uma agenda propositiva. Avancamos no fortalecimento da atuação institucional da ABIFINA, ampliando o diálogo com órgãos de governo, agências reguladoras e o Congresso Nacional. Temos trabalhado na qualificação da agenda regulatória, no aprimoramento da comunicação estratégica e na valorização do conhecimento técnico produzido pela entidade como insumo para políticas públicas. O objetivo é tornar a ABIFINA cada vez mais proativa, sem abrir mão de sua independência e de seu rigor técnico.

Olhar para o futuro exige, sobretudo, capacidade de escolha. A construção de uma política industrial de Estado passa pela definição de prioridades claras, pela redução da fragmentação institucional e pela criação de condições para que o setor produtivo possa planejar investimentos de longo prazo. Isso envolve o aperfeiçoamento do ambiente regulatório, o fortalecimento de instrumentos de financiamento compatíveis com o perfil de risco do setor, o estímulo à inovação e à pesquisa científica, e a formação e retenção de talentos qualificados. Nesse cenário, a ABIFINA tende a consolidar um papel ainda mais estratégico. Mais do que representante setorial, a entidade se aprimora cotidianamente para ser uma ponte institucional entre Estado, indústria, academia e sociedade, contribuindo para a tradução de conhecimento técnico em políticas públicas eficazes, promoção do diálogo baseado em evidências e na construção de consensos em torno de agendas estruturantes, mesmo em ambientes de elevada complexidade.

Ao longo de sua trajetória, a ABIFINA demonstrou capacidade de adaptação sem perder coerência. Esse talvez seja seu principal ativo. Para as próximas décadas, o desafio é aprofundar essa vocação, consolidando-se como uma instituição cada vez mais influente, relevante e comprometida com uma visão de longo prazo que associe desenvolvimento industrial, soberania tecnológica, inovação e interesse público. O legado que se pretende construir não se limita a resultados imediatos. Ele se expressa na capacidade de contribuir para que o Brasil transforme conhecimento, capacidade produtiva e regulação em desenvolvimento efetivo. Celebrar 40 anos, portanto, é transformar trajetória em direção — não apenas reconhecendo a história construída, mas assumindo, com clareza, o desafio de estruturar o futuro que o país ainda precisa construir.





EQUIPE ABIFINA: DEDICAÇÃO E AMOR PELA ENTIDADE

A ABIFINA CHEGA AOS
40 ANOS SUSTENTADA
PELO TRABALHO
DE PROFISSIONAIS
QUE, AO LONGO DO
TEMPO, AJUDARAM A
CONSTRUIR E MANTER
VIVA SUA MISSÃO.



7

CAPÍTULO



7

Vozes que constroem:
depoimentos de
parceiros de jornada

Entre representantes do poder público, lideranças institucionais e nomes ligados à trajetória da ABIFINA, os depoimentos a seguir evidenciam a relevância da entidade para o desenvolvimento industrial, científico e estratégico do país.



Foto: João Risi/MS.

ALEXANDRE PADILHA

Ministro de Estado da Saúde

“Há quatro décadas, a ABIFINA contribui para um Brasil mais soberano e inovador nas áreas da saúde, química fina e biotecnologia. Ao fortalecer a indústria nacional e a capacidade produtiva do país, a entidade ajudou a ampliar o acesso da população a medicamentos, vacinas e insumos estratégicos no SUS, impactando milhões de brasileiros. Sua atuação é fundamental para consolidar um Complexo-Econômico-Industrial da Saúde forte, resiliente e preparado para o futuro.”



ALVARO TOUBES PRATA

Diretor-Presidente da Embrapii (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial)

“Ao longo de quatro décadas, a ABIFINA consolidou-se como uma das principais articuladoras da agenda de fortalecimento da química fina, da biotecnologia e da indústria farmoquímica no Brasil. Sua atuação permanente junto ao governo e entidades setoriais contribuiu para inserir o setor no centro das políticas industriais e de inovação. É admirável o dinamismo com que a ABIFINA defende uma maior autonomia estratégica da indústria brasileira. Ao promover o diálogo qualificado entre empresas e Estado, a entidade ajudou a consolidar um ambiente mais favorável ao investimento em P&D. Para a Embrapii, a ABIFINA é parceira fundamental na mobilização das empresas do setor com objetivo de transformar conhecimento científico em inovação, competitividade e desenvolvimento para o país.”



Foto: Pedro Carrilho

CELSO AMORIM

Embaixador e Assessor-Chefe da Assessoria Especial da Presidência da República

“Não há desenvolvimento sustentado sem capacidade nacional de formular políticas industriais e tecnológicas. O debate sobre TRIPS e saúde mostrou a importância de se preservar a soberania dos países em desenvolvimento na construção de políticas públicas estratégicas. Cabe à diplomacia preservar esse espaço, mas também a uma política industrial ativa transformá-lo em capacidade produtiva. Instrumentos como compras governamentais e o apoio a setores estratégicos são decisivos para a inovação. Nesse contexto, a ABIFINA cumpre papel relevante na defesa da indústria nacional e merece reconhecimento por sua atuação firme e consistente ao longo de seus 40 anos.”



EDUARDO EUGENIO GOUVÊA VIEIRA

Presidente do Conselho Superior da Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro) e ex-CEO da Ipiranga Química

“Acompanho a trajetória da ABIFINA desde sua fundação, primeiro como diretor e depois como presidente da Abiquim. Assisti à luta do saudoso Nelson Brasil para que o país se tornasse independente de determinadas moléculas da indústria de química fina. E após assumir a presidência da Firjan, em 1995, fiz com que a Federação e a ABIFINA fechassem uma parceria, a qual se mostrou muito gratificante. Nas comemorações dos 40 anos da entidade dou os parabéns aos dirigentes, colaboradores e empresários que, com grande ardor, se dedicam a uma missão em benefício do Brasil que continua desafiadora.”



FERNANDA DE NEGRI

Secretária de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (SCTIE/MS)

“A consolidação do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS) no Brasil resulta da articulação entre atores públicos, privados e institucionais voltados ao fortalecimento da capacidade produtiva, tecnológica e inovativa na saúde. Ao longo de seus 40 anos, a ABIFINA contribuiu para dar visibilidade à produção local de química fina e IFAs, historicamente marcados pela dependência externa. A entidade também ajudou a consolidar a compreensão de que o acesso à saúde depende da capacidade nacional de produzir tecnologias e insumos críticos. Seu papel ao longo dessas quatro décadas evidencia a importância de instituições que atuam na interface entre Estado e setor produtivo, fortalecendo a soberania nacional.”



JOANA MEIRELLES

Superintendente da Área de Saúde e Transformação Digital da Finep
(Financiadora de Estudos e Projetos)

“Ao longo de quatro décadas, a ABIFINA tem sido protagonista na articulação entre setor produtivo, governo e academia para o fortalecimento da indústria nacional de química fina, fármacos e biotecnologia. Sua atuação tem sido fundamental para a construção de políticas públicas e avanço da inovação nacional, propósito que compartilha com a Finep. Parabenizamos a ABIFINA pelos 40 anos e agradecemos a parceria no apoio à inovação e à soberania industrial brasileira.”



JOÃO PIERONI

Superintendente de Desenvolvimento Produtivo e Inovação do BNDES
(Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)

“Ao longo de suas quatro décadas, a ABIFINA tornou-se referência na construção das indústrias farmacêutica e farmoquímica no país. Sua atuação qualificada em temas como biodiversidade e propriedade intelectual fortalece marcos estratégicos para a indústria. Para o BNDES, a ABIFINA é parceira essencial na construção de uma agenda de desenvolvimento soberano e competitivo.”



JOSÉ GOMES TEMPORÃO

Pesquisador da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) e ex-Ministro da Saúde (2007-2010)

“Ao longo de quatro décadas, a ABIFINA consolidou-se como uma das principais vozes na defesa do desenvolvimento produtivo e tecnológico da química fina, da biotecnologia e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde no Brasil. Sua atuação tem sido decisiva na articulação entre indústria, Estado e sistema científico, contribuindo para a formulação de políticas públicas, para o fortalecimento da capacidade produtiva nacional e para a redução de vulnerabilidades estratégicas do país em insumos, medicamentos e tecnologias em saúde.”





Foto: Ascom/Anvisa.

LEANDRO SAFATLE

Presidente da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária)

“Ao longo de sua história, a ABIFINA consolidou-se como importante representante da indústria nacional de química fina, biotecnologia e insumos estratégicos para a saúde no Brasil. A entidade tornou-se um importante elo entre o setor produtivo, a ciência e o Estado brasileiro, contribuindo de forma decisiva para o desenvolvimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde. Sua atuação em defesa da inovação, da base produtiva local de Insumos Farmacêuticos Ativos e do aprimoramento tecnológico nacional tem sido fundamental para que o país acompanhe as transformações tecnológicas globais e transforme conhecimento científico em desenvolvimento econômico e social, promovendo soberania sanitária para nosso país. Para a Anvisa, a atuação da ABIFINA também tem sido extremamente relevante na construção de um ambiente regulatório mais moderno, previsível e alinhado aos desafios contemporâneos da saúde. O diálogo técnico qualificado entre a Anvisa e a ABIFINA contribui para o aprimoramento contínuo dos marcos regulatórios, estimulando a inovação sem abrir mão do rigor sanitário e da proteção da saúde da população. Em um cenário marcado por rápidas transformações tecnológicas e pelos crescentes desafios da saúde, esse alinhamento institucional torna-se essencial para promover autonomia tecnológica, sustentar uma indústria nacional cada vez mais competitiva e, principalmente, promover o acesso sustentável a tratamentos seguros, modernos e eficazes para a população. Trata-se de um esforço conjunto que visa transformar potencial industrial e científico em benefícios concretos para a sociedade.”



Foto: Luara Baggi (ASCOM/MCTI)

LUCIANA BARBOSA DE OLIVEIRA SANTOS

Ministra de Estado da Ciência e Tecnologia

“A presença de entidades como a ABIFINA amplia a coordenação entre indústria, pesquisa e Estado, criando condições mais consistentes para o avanço tecnológico. Sua atuação contribui para adensar cadeias produtivas estratégicas, ampliar a autonomia nacional e dinamizar áreas-chave como o Complexo Industrial da Saúde, a química fina e a biotecnologia. Ao fomentar cooperação, investimento e qualificação, fortalece-se a capacidade do país de responder a desafios e gerar valor de forma sustentável. Trabalhando juntos fortalecemos a soberania nacional e garantimos o mais importante: saúde e qualidade de vida para quem mais precisa.”



LUIS FELIPE GIESTEIRA

Secretário Adjunto de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços (SDIC/MDIC)

“Na visão da SDIC/MDIC, o papel desempenhado pela ABIFINA é singular para a formulação de políticas públicas voltadas a promover inovação, competitividade e desenvolvimento industrial nos setores da saúde, da química fina e da biotecnologia. A entidade atua como interlocutora qualificada entre o Estado e segmentos da indústria nacional intensivos em tecnologia, contribuindo para a elaboração de diagnósticos técnicos, bem como com a identificação de gargalos e o desenho de propostas estruturantes. Sua participação representa apoio fundamental para o adensamento produtivo e tecnológico no País, em linha com as diretrizes da Nova Indústria Brasil e no rumo do desenvolvimento industrial sustentável e de longo prazo.”



MARCOS OLIVEIRA

Membro do Conselho Consultivo da ABIFINA

“Nos quarenta anos de sua existência, a ABIFINA mostrou admirável coerência, objetividade e dedicação na luta pelo desenvolvimento da química fina em nosso país. Tive o privilégio de participar de sua trajetória, da qual muito me orgulho.”



MÔNICA FELTS DE LA ROCA SOARES

Diretora Científica (DCTI) do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico)

“Nada mais encorajador do que lançar novos desafios tendo em vista a inovação e o desenvolvimento da pesquisa científica no país. Temos a necessidade de que governo e setor produtivo estabeleçam essa interação, essa ‘química fina’, baseada no investimento que fortalece a formação e a carreira dos pesquisadores e cientistas, com oportunidades de consolidação e fixação de doutores no Brasil. Não existem lados da ciência; governo e setor privado devem promover sinergia, com diálogos qualificados e melhor governança na produção de bens e melhorias para a sociedade brasileira. A ABIFINA, em 40 anos, renova seu papel estratégico na construção de políticas públicas.”



PEDRO MARCOS NUNES BARBOSA

Sócio da Denis Borges Barbosa Advogados

“A ABIFINA exerce um papel de protagonista e de auxiliar nos debates públicos sobre direitos intelectuais, concorrência e na ótica desenvolvimentista industrial brasileira. Como protagonista, a ABIFINA participa ativamente dos debates no Poder Legislativo sobre minutas de Projetos de Lei e Audiências Públicas que visam a reforma e a adaptação regulatória no Brasil. Como *amicus curiae* ou como assistente do INPI, Anvisa ou União, a ABIFINA realiza sustentações orais, intervém com peças processuais que complementam argumentos trazidos pelos entes públicos, bem como inova com dados de mercado pertinentes.”

Entre empresas associadas e lideranças do setor, os depoimentos a seguir refletem os vínculos construídos ao longo da trajetória da ABIFINA e a atuação conjunta em prol do desenvolvimento da indústria nacional.



ALBERTO RAMY MANSUR

Presidente do Conselho de Administração da Nortec Química S.A.

“A ABIFINA e a Nortec Química caminham juntas há 40 anos na defesa da indústria farmoquímica nacional. A Nortec Química busca constantemente contribuir com sua perspectiva como fabricante independente de insumos farmacêuticos ativos, enquanto a ABIFINA promove a construção de soluções em conjunto com fabricantes verticalizados, indústrias farmacêuticas e parceiros, visando impulsionar continuamente os investimentos em uma indústria tão estratégica para o país.”



DANTE ALARIO JR.

Sócio-Fundador da Biolab & Co.

“A ABIFINA teve importância fundamental ao dar credibilidade e voz ao setor farmoquímico, sempre com dados reais e propostas bem elaboradas. Participei como parte de um trabalho coletivo, nunca individual, ao lado de pessoas como o saudoso Nelson Brasil, lutando por um país menos dependente. A entidade abriu portas, sustentou posições com ética e firmeza, e defendeu os produtores de insumos com responsabilidade. Mesmo numa luta difícil, quase inglória, seu papel segue essencial: continuar brigando pelo setor e mantendo viva a busca por menor dependência externa.”



GEORGE DE CAMPOS CASSIM

Gerente de Relações Governamentais da Libbs Farmacêutica

“A ABIFINA tem exercido um papel relevante na defesa e no fortalecimento da produção nacional na área da saúde, especialmente em pautas estruturantes para o setor. Para a Libbs, essa atuação sempre esteve alinhada à visão de investir no desenvolvimento produtivo local. Destaco também a contribuição da entidade na construção da política das PDPs, com atuação importante na defesa da produção nacional de biossimilares, na ampliação da capacidade produtiva do país e no fortalecimento da inovação no Complexo Econômico-Industrial da Saúde.”



JAIME RABI

Presidente da Microbiológica

“AABIFINA está presente na vida da Microbiológica cotidianamente. Através dos seus informativos facilita o acesso a informações relevantes, fortalece o *networking* entre empresas do setor e representa os interesses coletivos junto a órgãos reguladores, contribuindo para um ambiente de negócios mais favorável e sustentável. Tem desempenhado um papel fundamental na defesa e no desenvolvimento da indústria de insumos farmacêuticos estratégicos para o Brasil. Sua relevância está estruturada na defesa da produção local, na promoção da independência tecnológica e na articulação com órgãos reguladores para fortalecer a soberania industrial brasileira. Dessa forma agrega valor ao nosso esforço inovador e potencializa oportunidades de crescimento.”



LEÔNCIO CUNHA

Diretor Superintendente da ITF Chemical Ltda.

“A indústria farmoquímica nacional está submetida a uma rigorosa e extensa normatização por parte de diversas autoridades governamentais, destacadamente os órgãos regulatórios, de compliance, ambientais e legislativos. O corpo técnico da ABIFINA está capacitado a intermediar junto a praticamente todos os agentes que, de alguma forma, legislam e consequentemente influenciam na autorização e manutenção das licenças de operação do setor. O canal de comunicação direto com o Ministério da Saúde e com a Anvisa, solidificado pela ABIFINA ao longo dos seus 40 anos de existência, facilita sobremaneira as tratativas técnicas e legais demandadas pelos seus associados, numa frequência intensa e relevante para a resolução tempestiva dos seus interesses estratégicos, comerciais e de boas práticas de fabricação.”



JULIANA MEGID

Diretora-Executiva de Relações Institucionais da EMS

“A EMS tem uma história com a ABIFINA e sempre trabalhamos muito próximos. É um orgulho e uma honra sermos parte da única associação do setor que consegue trabalhar três pilares, empresa farmacêutica, farmoquímica e laboratório oficial. Isso faz com que tenhamos uma representatividade ímpar para algumas pautas e nos dá uma abrangência de pensamentos que é muito importante para o setor. Esperamos poder continuar ativamente contribuindo para a evolução e para o sucesso da associação. Contem conosco e com nossa atividade na defesa da indústria brasileira forte e na soberania da área da saúde no país.”



LUIZ EDUARDO VALENTE MOREIRA

Diretor Superintendente da Fábrica Carioca de Catalisadores S.A.

RODRIGO COELHO PINTO

Diretor da Fábrica Carioca de Catalisadores S.A.

“A ABIFINA exerce um papel de grande relevância para a Fábrica Carioca de Catalisadores S.A. ao reconhecer sua posição como a única produtora de catalisadores e aditivos para refino de petróleo no Brasil. Sua atuação destaca-se, ainda, pelo caráter estratégico na promoção da inovação, no fortalecimento da competitividade industrial e no fomento ao desenvolvimento tecnológico nacional. Além disso, ao promover a articulação entre indústria, governo e academia, favorece a construção de um ambiente mais integrado e orientado ao desenvolvimento de soluções sustentáveis no país.”



MARCELO HAHN

CEO da Blau Farmacêutica

“A ABIFINA exerce um papel fundamental para empresas como a Blau, sobretudo em um setor tão estratégico quanto o farmacêutico. A atuação da Associação contribui para o fortalecimento da indústria nacional, para a representatividade das empresas e para a construção de um ambiente favorável à inovação. Esse esforço conjunto permite que medicamentos produzidos no Brasil, com elevados padrões regulatórios, ganhem projeção internacional. Para a Blau, caminhar ao lado da ABIFINA é reforçar seu propósito de desenvolver produtos que contribuam para a saúde das pessoas e para um futuro mais sustentável.”



SERGIO FRANGIONI

Diretor Geral da Blanver

“A ABIFINA tem um papel central no fortalecimento da indústria farmacêutica nacional e na construção de um ambiente mais competitivo para empresas brasileiras. Ao longo de 40 anos, a entidade se consolidou como voz relevante na defesa da inovação, da produção local e do acesso à saúde. Para a Blanver, que compartilha dessa trajetória, a atuação da entidade é essencial para alinhar o setor, ampliar a capacidade produtiva e posicionar o Brasil de forma estratégica no cenário global.”



SILVIA SANTOS

Diretora da Farmanguinhos

“Ao longo de quase 40 anos de atuação, a ABIFINA consolidou-se como uma das principais defensoras da indústria nacional de química fina, biotecnologia e saúde no Brasil. Para Farmanguinhos, seu trabalho é estratégico por fortalecer o debate sobre produção nacional, inovação, soberania sanitária e desenvolvimento tecnológico, contribuindo também para políticas públicas que ampliam a capacidade do nosso país de produzir medicamentos e insumos essenciais ao SUS.”



THIAGO RENNÓ DOS MARES GUIA

Vice-Presidente Executivo da Bionovis

“A ABIFINA desempenha um papel relevante para a Bionovis ao atuar na defesa de um ambiente regulatório e institucional mais favorável à inovação e à produção nacional. Por meio da interlocução com o poder público, a entidade contribui para avanços em políticas industriais e científicas. Isso apoia a Bionovis na consolidação de projetos em biotecnologia, ampliando segurança para investimentos e fortalecendo sua competitividade no país.”



VINÍCIUS ALVARENGA

Diretor Superintendente da CBL

“A ABIFINA, desde seu início, tem tido papel destacado no desenvolvimento no Brasil de uma cadeia de valor completa para a indústria do lítio, essencial para diversos segmentos, como fármacos psiquiátricos, por exemplo. O apoio da ABIFINA à CBL foi um dos elementos fundamentais para nosso crescimento.”



WALKER LAHMANN

Diretor-Executivo de Relações Institucionais da Eurofarma

“Fortalecer o setor farmacêutico brasileiro é um dos grandes valores que compartilhamos com a ABIFINA. Seu trabalho incentiva práticas que garantem mais segurança, qualidade e inovação, aproxima empresas e promove a troca de conhecimento, indo ao encontro dos propósitos da Eurofarma de desenvolver soluções que cuidem das pessoas e construam um mercado mais confiável e sólido para profissionais, pessoas e parceiros.”



Patrocinadores





biolab & CO.

A Biolab&Co é a marca que integra ciência, inovação e saúde, atuando nas áreas de saúde humana, veterinária e nutrição animal. Movida pelo conhecimento e pela colaboração, a companhia tem como missão desenvolver e oferecer soluções terapêuticas que geram impacto positivo na sociedade, sempre pautada pela ética, pelo propósito e pela integridade.

O grupo reúne seis marcas e um portfólio com mais de 500 produtos. Sua estrutura é composta pelas unidades de negócios: Biolab Farmacêutica, Biolab Genéricos, Avert Saúde Humana, Avert Biolab Saúde Animal, Exzell Pharma e Pet Nutrition.

Com a visão de ser o grupo farmacêutico brasileiro de referência em

seus mercados, a Biolab & Co. opera três unidades produtivas no estado de São Paulo e uma em Minas Gerais, além de dois centros de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I). O grupo também expande fronteiras com sua operação no Canadá, onde comercializa produtos e mantém um centro de PD&I próprio – o único fora do país de uma farmacêutica brasileira.

O resultado desse investimento se converte em mais de 50 parcerias internacionais e um histórico de mais de 400 pedidos de patentes, refletindo uma cultura de evolução contínua e foco no essencial com excelência. Atualmente, mais de 50% de sua receita é proveniente de produtos inovadores e exclusivos.



+55 (11) 91705-3878

imprensa@textoassessoria.com.br

www.biolabeco.com.br

Facebook: Biolab Farmacêutica

Instagram: @Biolab Farmacêutica

LinkedIn: Biolab & Co. e Biolab Farmacêutica





A Nortec Química teve sua origem em 1982, a partir de um acordo de cooperação técnica entre a NORQUISA e a FIOCRUZ, com foco na produção nacional de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs), em uma época em que o Brasil dependia totalmente de importações. Inicialmente, foram desenvolvidos IFAs estratégicos como Fenitoína, Lidocaína e medicamentos para doenças negligenciadas, todos ainda produzidos atualmente.

Instalada no polo industrial de Duque de Caxias (RJ), a empresa contou com apoio da FINEP e parceria tecnológica com a COPPE/UFRJ, especialmente na área de tratamento de efluentes. Em 2002, o BNDES passou a integrar sua estrutura acionária, fortalecendo sua governança e impulsionando o crescimento da companhia.

A aquisição da unidade de IFAs da Roche, em Jaguaré (SP), consolidou a Nortec como líder mundial na produção de benzodiazepínicos, como

Clonazepam, Bromazepam e Diazepam.

Em 2026, a Nortec Química se destaca como a maior produtora de IFAs da América Latina, com mais de 50 moléculas ativas em seu portfólio, atuando em áreas como anestésicos, anti-epiléticos, medicamentos anti-AIDS, cardiovasculares, antifúngicos e tratamentos para doenças negligenciadas. A empresa também é referência mundial em anestésicos locais, líder ocidental em medicamentos anti-AIDS e única produtora global de Benznidazol.

Com certificações da Anvisa, FDA e órgãos europeus, a Nortec atende mais de 250 laboratórios farmacêuticos e conta com cerca de 320 colaboradores altamente qualificados. A empresa valoriza uma gestão participativa e celebra há décadas sua trajetória e compromisso com a saúde pública.



+55 (21) 3651-7300

comercial@nortecquimica.com.br

www.nortecquimica.com.br

LinkedIn: Nortec Química S.A.



A Blanver Farmoquímica e Farmacêutica é uma empresa brasileira fundada em 1984, especializada no desenvolvimento, fabricação e comercialização de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs) e medicamentos voltados principalmente à saúde pública. A companhia destaca-se pela liderança no fornecimento de IFAs para o tratamento do HIV e pela introdução, em 2020, do primeiro genérico de PrEP (Profilaxia Pré-Exposição ao HIV) no Brasil. Também atua de forma expressiva no tratamento da Hepatite C, disponibilizando medicamentos genéricos de elevada qualidade e eficácia, além de contar com portfólio para osteoporose.

Com visão estratégica e foco em inovação, a Blanver firmou parcerias internacionais para licenciamento de produtos nas áreas de Oncologia, Hematologia e Doenças Raras, ampliando o acesso a terapias de alta complexidade nos setores público e privado. A empresa reforça seu compromisso com a geração de valor, a expansão do acesso e a melhoria da qualidade de vida dos pacientes brasileiros, tendo as parcerias como um pilar central de sua atuação.

+55 (11) 3199-8700
www.blanver.com.br
Facebook: Blanver
Instagram: @Blanver.farma
LinkedIn: Blanver-farma



Há mais de **40 anos**,
levando saúde,
promovendo
qualidade de vida e
transformando vidas.



A Blanver é uma empresa 100% brasileira, referência no desenvolvimento, fabricação e comercialização de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs) e medicamentos.

Especialista nos segmentos de HIV, Hepatite e Osteoporose, a companhia também atua no licenciamento e distribuição de medicamentos nas áreas de Oncologia, Hematologia, Suplementação de Ferro e Doenças Raras, expandindo continuamente seu impacto na saúde.

Com foco em ampliar o acesso a tratamentos de qualidade, **a Blanver promove inovação e contribui para um sistema de saúde mais acessível e sustentável, impactando positivamente milhares de vidas.**

**Nossas
Unidades:**



Taboão da Serra - SP | Unidade Farmacêutica



Indaiatuba - SP | Unidade IFA



Mairiporã - SP | Unidade de Produção

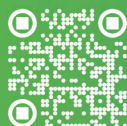


Itajaí - SC | Unidade de Distribuição



São Paulo e Barcelona | Escritórios

Saiba mais
sobre a Blanver:



@blanver



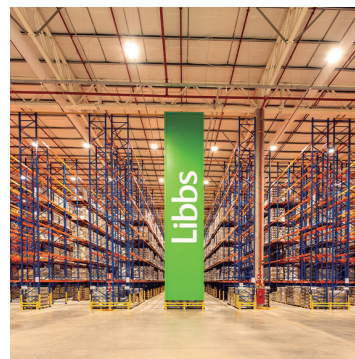
/blanver-farma



blanver.com.br



@blanver.farma



Libbs

A Libbs é uma empresa farmacêutica 100% brasileira, com o propósito de transformar conhecimento em saúde. Atuamos de forma colaborativa, com foco em melhoria contínua, pesquisa e inovação, para oferecer produtos e soluções de alta qualidade. Com 68 anos de história e cerca de 4 mil colaboradores, estamos pelo nono ano consecutivo entre as melhores empresas para trabalhar no Brasil, segundo o GPTW (*Great Place to Work*).

Nossa atuação abrange as especialidades de cardiologia, dermatologia, gastroenterologia, ginecologia, hematologia, oncologia, sistema nervoso central e sistema respiratório. Em 2025, levamos saúde a mais de 13,5

milhões de pessoas por meio de um portfólio com 99 marcas e mais de 240 apresentações.

Nossa Biotec é a primeira planta de anticorpos monoclonais em escala industrial do país e conta com uma Planta Piloto dedicada ao desenvolvimento de biomoléculas, escalonamento de bioprocessos e produção de material clínico, por meio de parcerias ou como CDMO. Investimos cerca de 10% do faturamento em P&D, mantemos o Programa de Incentivo à Pesquisa (PIP), apoiamos estudos clínicos independentes e campanhas de prevenção, diagnóstico precoce e tratamento sempre abertos.

0800-0135044

libbs@libbs.com.br

www.libbs.com.br

Facebook: LibbsFarmaceutica

Instagram: @libbsfarma

LinkedIn: company/libbsfarmaceutica

Somos *inspirados* pela *vida*

Acreditamos que compartilhar conhecimento pode apoiar decisões mais conscientes, promover bem-estar e aproximar as pessoas do cuidado com a saúde.

Acesso à informação



Conteúdo relevante e confiável para apoiar escolhas conscientes.

Para todos



Plataformas acessíveis para diferentes públicos e necessidades.

Compromisso com a saúde



Conhecimento científico compartilhado com responsabilidade.

Ampliar o acesso à informação de qualidade também é uma forma de promover saúde.



A Vida Plena:
conteúdos sobre saúde e bem-estar para a população em geral.



Trate da Vida:
relacionamento e conteúdo científico para profissionais da saúde.



Pioneira no desenvolvimento de IFAs e medicamentos biotecnológicos no Brasil, a Blau Farmacêutica tem orgulho de integrar a ABIFINA, entidade que há 40 anos atua no fortalecimento da indústria nacional, promovendo um ambiente orientado à inovação, à competitividade e à sustentabilidade.

Com mais de 35 anos de trajetória e forte presença na América Latina, a companhia é líder no segmento farmacêutico hospitalar, com um amplo portfólio de marcas próprias de medicamentos de alta complexidade. Operamos em três unidades de negócios: Onco-Hemato & Especialidades, Farma/ Varejo e Estética, para atender às diversas

demandas do mercado e assegurar produtos com elevados padrões de qualidade, segurança e eficácia.

A Blau possui alta capacidade produtiva, sustentada por cinco plantas industriais, com investimentos contínuos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, além de atuação internacional com exportação para suas subsidiárias na América Latina e diversos países. Nosso foco é permanente em inovação e no desenvolvimento de soluções para ampliar o acesso a medicamentos, contribuindo para que mais pacientes possam ter tratamentos essenciais à saúde.

+55 (11) 4615-9400

www.blau.com

Facebook: [blaufarmaceutica](https://www.facebook.com/blaufarmaceutica)

Instagram: [@blaufarmaceutica](https://www.instagram.com/blaufarmaceutica)

LinkedIn: [company/blaufarmaceutica](https://www.linkedin.com/company/blaufarmaceutica)



A Microbiológica nasceu na UFRJ (março '81), motivada pela ideia de desenvolver, no Brasil, uma organização fundamentada em ciência. Percebeu, na política de nacionalização de insumos farmacêuticos (RENAME/CEME/MS, 1983), a oportunidade de contribuir para atenuar a dependência do país numa área considerada estratégica. Na busca por sua autonomia tecnológica, na fronteira do conhecimento, a empresa tem desenvolvido competências essenciais em síntese orgânica e química medicinal, focando na descoberta, desenvolvimento e produção de princípios ativos fundamentados em ácidos nucleicos. Evoluiu para uma

atuação estratégica orientada pela eficiência, pela qualidade assegurada e por padrões internacionais. Essa transição permitiu ampliar sua inserção no mercado global e buscar, na integração interdisciplinar com instituições públicas e privadas, soluções inovadoras para problemas ainda sem solução na medicina humana e relevantes para o SUS. Ao fortalecer seus vínculos com universidades e centros de P&D, honra sua origem, contribuindo para a necessária aproximação da academia com a indústria. Sócia institucional da SBPC, ABC, Abiquifi e ABIFINA, a Microbiológica reafirma seu compromisso com a ciência, a tecnologia e a saúde pública no Brasil.

+55 (21) 3296-3202
microbiologica@microbiologica.ind.br



EXPEDIENTE BB EDITORA

R. Barão do Triunfo, 88 - 7º andar - conj. 715
Campo Belo - São Paulo (SP) - CEP 04602-000
Tel.: +55 (11) 95327-7111
Instagram: @bbeditora_
LinkedIn: bb-editora

Diretora Comercial
Renata Hernandez

Financeiro
Antonio Alonso

Redação
Andréa Mota

Criação
Rafael Sanches

